

MILTON FRANCISCO DA SILVA

A PROGRESSÃO REFERENCIAL-ANAFÓRICA NA FALA COTIDIANA

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Iara Bemquerer Costa

CURITIBA

2004



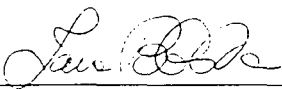
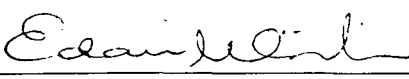
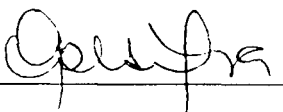
PARECER

Defesa de dissertação do mestrando MILTON FRANCISCO DA SILVA para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

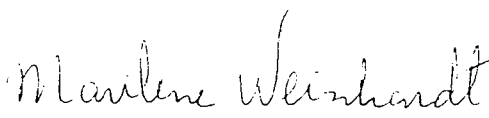
As abaixo assinadas IARA BEMQUERER COSTA, EDAIR MARIA GÖRSKI e ODETE PEREIRA DA SILVA MENON argüíram, nesta data, o candidato, o qual apresentou a dissertação:

“A PROGRESSÃO REFERENCIAL-ANAFÓRICA NA FALA COTIDIANA”

Procedida a argüição segundo o protocolo aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que o candidato está apto ao título de **Mestre em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	Aprovado Não aprovado
IARA BEMQUERER COSTA		Aprovado
EDAIR MARIA GÖRSKI		Aprovado
ODETE PEREIRA DA S. MENON		Aprovado

Curitiba, 13 de abril de 2004.


Prof.^a Marilene Weinhardt
Coordenadora

DEDICO

À MINHA FAMÍLIA,
POR COMPARTILHAR DA ALEGRIA DESTE TRABALHO

AGRADEÇO

À PROFA. IARA,
PELOS ENSINAMENTOS E PELA ATENÇÃO DISPENSADA

ÀS PROFAS. ODETE MENON,
RENY GREGOLIN E EDAIR GÖRSKI,
PELAS SUGESTÕES NA QUALIFICAÇÃO E NA DEFESA

AO SOBRINHO JOÃO MAIKEL,
QUE SOUBE ENTENDER AS TENSÕES EXTRATEXTO

À AMIGA LUZ CARPIN,
PELA SUGESTÃO *DESATANTE* DE ALGUNS NÓS

À LÚCIA *DO OLIMPO*, VALDETE,
LÚCIA FLÔRES E ROSILDA,
COLEGAS NO DDLV-CCE-UFSC,
PELO APOIO EM HORAS DESTE TRABALHO

AO ODAIR,
PELO APOIO TÉCNICO E BUROCRÁTICO

AO MARCOS E À FRAN,
PELA AMIZADE NESSE PERCURSO

AO COLEGA ALBERTO,
PELA GENTILEZA NO ABSTRACT

AO CNPQ,
PELA BOLSA CONCEDIDA

RESUMO

O presente estudo insere-se no campo da Lingüística de Texto, tendo como cerne de discussão o processo referencial e anafórico na produção de texto oral. Objetiva-se compreender como se dá a progressão referencial na fala cotidiana. Assume-se como conceito principal o de referenciação defendido por Mondada e Dubois (2003), o qual implica compreender o referente como objeto de discurso, isto é, como objeto construído textualmente. Desse modo, o referente, uma vez introduzido no texto, pode ser abandonado, reativado, enriquecido, fragmentado, levando em conta, por exemplo, aspectos léxico-estereotípicos, a negociação dos interlocutores, o contexto situacional, conhecimentos de língua e de mundo compartilhado. Outro conceito crucial é o de anáfora, o qual é exposto a partir de Marcuschi e Koch (2002), ao proporem uma noção ampliada para o fenômeno anafórico. Conforme essa proposição, o elemento anafórico, na busca de construir seu referente, pode-se ancorar em um item lexical explícito no cotexto antecedente ou subsequente, pode-se ancorar em informações difusas cotextualmente, ou ainda, seu referente pode-se constituir sem a presença dessas informações. A hipótese assumida aqui é a de que a anáfora, entendida de modo ampliado, é uma estratégia utilizada na construção de objetos de discurso e no processo de progressão referencial. Como *corpus* utiliza-se de textos extraídos do Banco de Dados Lingüísticos do *VARISUL* – Variação Lingüística Urbana na Região Sul do Brasil.

ABSTRACT

This dissertation in the Text Linguistics field discusses the referential and anaphoric process in oral text production. It aims to understand how the referential progression in everyday speech works. It's assumed the referenciation in the terms of Mondada and Dubois (2003) as the main conception, which implies the referent as a discourse object i.e. it is built textually. In this way, the referent introduced in the text may be abandoned, reactivated, enriched, fragmented, taking into account, for instance, the pre-textual word meaning, interlocutor negotiation, situational context, knowledge of language, world and shared world knowledge. The discourse object construction does not depend on a correspondent object existence in the real and extra-textual world. Another crucial conception is anaphora, exposed by Marcuschi and Koch (2002), in their proposal of an extended conception for this phenomenon. According to them, the anaphoric element, when building its referent, may be hooked in an explicit lexical item in the previous cotext or in the subsequent one. It also may be hooked in cotextually difused information, or even the referent can be built without the presence of any of that information. The hypothesis assumed in this study is that the anaphora, in such an extended view, is a strategy used in the discourse object construction and in the referential progression process. It is used *corpus* texts from the VARSUL (Urban Language Variation in Brazil's South Region) Data Base.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 DA NOÇÃO DE REFERÊNCIA AO PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO	6
1.1 HALLIDAY E HASAN (1976): REFERÊNCIA E CORREFERÊNCIA	8
1.2 O CONCEITO DE SIGNIFICADO E A CO-SIGNIFICAÇÃO	16
1.2.1 A relação co-significativa	20
1.2.2 Anáfora pronominal e nominal conforme Milner (2003)	23
1.3 A REFERENCIAÇÃO E AS BASES DA PROGRESSÃO REFERENCIAL	26
1.3.1 Aspectos da relação entre as palavras e o mundo	28
1.3.2 (Re)Categorização: (re)focalizando o referente por suas propriedades	32
1.3.3 Inferenciação: a relevância do implícito	39
1.3.4 Mecanismos textuais da progressão referencial	41
2. ANÁFORA: ESTRATÉGIAS DE PROGRESSÃO REFERENCIAL	47
2.1 <i>CONTINUUM</i> ANAFÓRICO: AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE ANÁFORA	49
2.1.1 Estratégias anafóricas de progressão referencial	56
2.2 ANÁFORAS DIRETA E INDIRETA: RELENDO MARCUSCHI E KOCH (2002)	77
2.2.1 (Sub)Tipos da AI: refinando a idéia de <i>continuum</i> anafórico	82
2.2.2 Refletindo sobre a Anáfora Associativa	89
3 CONSTITUIÇÃO DE UM <i>CORPUS</i> ORAL	96
3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO <i>CORPUS</i>	98
3.2 TRANSCRIÇÃO: A FALA <i>EM FORMA DE ESCRITA</i>	99
4 ANÁLISE: A PROGRESSÃO REFERENCIAL NO TEXTO ORAL	106
4.1 A CONSTITUIÇÃO TEXTUAL DE UMA REDE REFERENCIAL PROGRESSIVA	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	142
ANEXO A	145

INTRODUÇÃO

Em Linguística de Texto, um dos pontos centrais de estudo são as relações estabelecidas entre as palavras enunciadas na interação verbal. Entre essas relações, destaca-se o processo que envolve os recursos lingüísticos de que os interlocutores se servem para a construção da rede referencial ao longo da fala/conversa/diálogo. Certamente as relações entre as palavras são de ordem diversa, mas que, em linhas gerais, muitas delas podem ser denominadas por relações anafóricas, a qual trata-se de relações de remissão ou retomada correferencial estabelecidas por pronomes ou nomes em geral. Essas formas lingüísticas, no sentido de construir o próprio referente, retomam correferencialmente o referente de um nome já mencionado, remetem a outros referentes e a informações difusas. Entende-se aqui que, à medida que os referentes são construídos, ocorre um processo denominado progressão referencial, constituindo, assim, uma *rede referencial progressiva*, um “amarramento” formal e semântico ao longo do texto (da fala cotidiana, usual, comum). O tema do presente estudo é a progressão referencial constituída na fala cotidiana, mediante relações anafóricas variadas.

A progressão referencial (ou referenciação) pode ser assim entendida: os referentes, uma vez introduzidos, podem ser abandonados e reativados com novas propriedades, enriquecidos com novas informações cotextuais, podem ser fragmentados, perderem propriedades, ou ainda apenas orientarem a construção de novos referentes. Didaticamente, a progressão referencial pode ser pensada acerca de um só referente, de modo a observar a introdução do referente e como ele é reativado no desenrolar da fala. Reativação que pode se dar por repetição do item lexical que o introduziu, por forma pronominal, por expressão sinônima, por expressão nominal nova, entre outras formas lingüísticas. Aliás, para reativar referentes, na fala cotidiana, é típico o emprego de expressões como “Ah! aquilo que eu falei antes...”, “como já te disse...”, “como eu ia dizendo...”. Trata-se de um processo dinâmico em que o referente está sujeito às orientações do discurso, em que o referente adquire e perde propriedades, modifica-se, evolui. Isto é, a idéia de progressão referencial implica pensar em construção do referente ao longo da conversa/fala/diálogo, redefinindo-o a cada reativação. Nesse sentido, o referente é entendido como *objeto de discurso*.

A progressão referencial, porém, não se limita a um só referente. Ela pode ser pensada também envolvendo a introdução de novos referentes, os quais de certa maneira estabeleçam relação semântico-referencial com o(s) referente(s) já introduzido, isso porque, à medida que o texto é enunciado, os referentes em geral imbricam-se, um contribuindo na construção do outro (processo que ocorre como espécie de cruzamento no desenrolar da fala). Isto é, em

dada conversa os referentes não são constituídos de forma autônoma, mas sim em conjunto, proporcionando uma unidade textual. Desse modo, parece possível falar tanto de uma progressão referencial que se dá como processo de construção de um só referente quanto de uma progressão referencial que cobre todo o texto, envolvendo a construção de todos os referentes. Com essas características, o caso em que a progressão cobre todo o texto permite postular a existência de uma *rede referencial progressiva* que perpassa o texto por inteiro. Atenção será dispensada a essa *rede* ao longo deste trabalho.

Na progressão referencial, leva-se em conta a carga semântico-referencial prévia de cada item lexical que serve de designação, como também fatores discursivos e cognitivos particulares a cada texto, os quais parecem fornecer grande contribuição para que o referente se constitua de modo bastante particular em dada situação da fala cotidiana. Em outros termos, conhecer um sistema lingüístico é fundamental, mas ele não é tudo, porque, no processo referencial que permeia o texto, os indivíduos lançam mão também das inferências/informações implícitas no cotexto, do conhecimento de mundo armazenado na mente, do conhecimento compartilhado, do contexto situacional.

Para desenvolver a temática apresentada aqui, necessita-se assumir uma noção de texto condizente com uma abordagem lingüístico-formal de sua produção. Entende-se o *texto oral cotidiano* como processo de construção que se dá mediante vários fatores, entre eles, a progressão referencial e as relações anáforas, as seqüências textuais descritivas, narrativas ou argumentativas, a unidade temática (ou tópico discursivo, assunto). Esses fatores, de certo modo, serão o cerne do presente estudo, uma vez que o suporte teórico assumido consiste na progressão referencial-anafórica e o *corpus* para análise tem entre seus critérios de seleção, o gênero/tipo/seqüência textual (particularmente narração e argumentação), além do tópico discursivo. Outros fatores também integram o processo de construção da fala, embora eles não sejam cruciais a este estudo, por exemplo, o contexto situacional, a inserção e papel social de dada conversa/diálogo, aspectos de ordem pragmática, a cooperação entre os interlocutores.

Este trabalho objetiva compreender como se dá a progressão referencial na oralidade, particularmente na fala cotidiana do tipo entrevista/inquérito. A hipótese subjacente a esse objetivo é a de que a anáfora (com suas diferentes estratégias) é um mecanismo textual/coesivo amplamente empregado na construção de referentes e no processo de progressão referencial, isto é, os referentes e a progressão são construídos mediante alguma estratégia anafórica (mas não necessariamente, pois o referente pode ser introduzido sem se envolver em qualquer relação anafórica). Considerando que a progressão se constitui por anáforas, propõe-se aqui explorar a construção da *rede referencial progressiva* que parece

perpassar todo o texto, e, para tanto, serve-se das reflexões tecidas sobre a construção de referentes e sobre as estratégias anafóricas diversas. E ainda, partindo da hipótese formulada por Marcuschi (1998a), segundo a qual cada tipo de texto utiliza prioritariamente determinadas estratégias anafóricas para a progressão referencial, propõe-se também observar a frequência de cada estratégia no *corpus* em questão, dando, assim, uma resposta a essa hipótese proposta por Marcuschi.

Os objetivos neste trabalho, portanto, são os seguintes: compreender como se dá a progressão referencial-anafórica na fala cotidiana; identificar a construção da *rede referencial progressiva* tecida no desenrolar da fala/conversa; identificar a frequência de cada estratégia anafórica empregada na fala cotidiana (entendendo-a como de dois tipos: narrativa e argumentativa).

O presente estudo compõe-se de quatro capítulos. No primeiro deles, expõe-se os conceitos de referência e de anáfora concebidos por Halliday e Hasan (1976) e por Milner (2003), no sentido de constituir uma base a ser ampliada pela postura de Mondada e Dubois (2003). Desse modo, o primeiro capítulo, seguindo orientação de Mondada e Dubois (2003), volta-se para a construção de referentes e a progressão referencial, que é desenvolvida no decorrer da conversa. Para as autoras, os referentes – entendidos como *objetos de discurso* – são introduzidos, desenvolvidos, “manipulados”, redefinidos, construídos no âmbito do discurso/texto.

Mondada e Dubois sugerem substituir o termo referência (termo corrente em estudos sobre o mesmo assunto) pelo termo *referenciação*, visto que referenciação pode expressar o processo de progressão referencial constituído ao longo do texto, além de expressar a dinamicidade/diversidade referencial presente na produção textual. Para o estudo da referenciação, Mondada e Dubois consideram como questão relevante a construção discursiva de categorias, as quais, tal como os referentes, são constituídas no âmbito do texto. A categorização é um processo que se dá a partir de propriedades atribuídas ao referente, de modo que a atividade de categorizar um referente é entendida, de certo modo, como a escolha de uma de suas propriedades que o falante faz ao designá-lo. A categoria pode ser entendida como um agrupamento de referentes/objetos, a partir de uma propriedade comum.

No segundo capítulo, está em foco a *anáfora*: fenômeno natural de ordem do texto apenas parcialmente explicado e conhecido. Os múltiplos estudos a respeito dão indicações de que seu conceito é marcado por divergências. É possível falar de uma noção canônica, ou ‘noção estrita’, e de uma ‘noção ampla’. A ‘noção estrita’, denominada por vezes de *anáfora correferencial*, se dá como relação anafórica entre uma forma pronominal/nominal e uma

forma nominal explícita no cotexto antecedente, havendo entre ambos uma relação a rigor de retomada correferencial. Essa noção – apresentada aqui a partir de Halliday e Hasan (1976) e DE Milner (2003) – não é a que se volta o presente estudo, mas sim uma ‘noção ampla’, que é exposta a partir de proposição de Marcuschi e Koch (2002), e de Marcuschi (2001a).

Frente a essas noções, antes que contrapô-las, a postura é de fundi-las, porque a anáfora tida como correferencial é uma das estratégias integrantes da ‘noção ampla’. A diferença entre as duas noções está nas formas diferentes de ancoragem do elemento anafórico: conforme a ‘noção estrita’, a ancoragem deve se dar em um item nominal previamente mencionado no texto; enquanto que, conforme a ‘noção ampla’, há formas de ancoragem diferenciadas, ou seja, o elemento anafórico não ancora necessariamente em item nominal explícito no cotexto. Por vezes, ele ancora em formas verbais, em informações difusas, em inferências, em conhecimentos ativados ao longo do texto. Na ‘noção ampla’ a relação entre o elemento anafórico e o elemento-fonte/âncora nem sempre é de correferencialidade ou retomada. E ainda, quando há âncora ou informações difusas no cotexto, ela(s) pode(m) se localizar antes ou após o elemento anafórico. Para que ocorra anáfora, portanto, importa a presença do elemento anafórico em busca de um referente ou de orientações referenciais: basta que um item lexical (nome ou pronome) esteja em busca de informações cotextuais para satisfazer-se referencialmente. Os suportes teóricos fundamentais sobre a anáfora são tomados de Marcuschi e Koch (2002), que propõem um conjunto de estratégias anafóricas apontando vários aspectos e critérios que permitem hierarquizá-las.

Ainda no segundo capítulo aborda-se a chamada *Anáfora Indireta* a partir do trabalho de Marcuschi (2001a). Esse tipo de anáfora caracteriza-se como introdução de referente novo, podendo a relação entre o elemento anafórico e o elemento-âncora ser de ordem semântica (com base no léxico), conceitual (com base em conhecimentos de mundo) ou inferencial (com base em inferências fundadas no texto). Conforme a base que tem a anáfora ela se classifica como *Anáfora Associativa*. Atenção é dedicada a essa subclasse no sentido de refletir sobre os aspectos cognitivo-discursivos e léxico-estereotípicos que orientam a construção do referente e a relação de associatividade entre dois sintagmas nominais. O conceito de *Anáfora Indireta* e seus subtipos de certo modo refinam e ampliam as estratégias anafóricas integrantes da proposição de Marcuschi e Koch (2002). E esse conjunto é que é considerado na análise a ser desenvolvida no quarto capítulo.

No terceiro capítulo, faz-se exposição de aspectos metodológicos da coleta de dados e da análise, e apresenta-se o *corpus* de que se serve este estudo. Esse *corpus* constitui-se de 34 textos extraídos do “Banco de Dados Lingüísticos do VARSUL – Variação Lingüística Urbana

na Região Sul do Brasil” – os quais caracterizam-se como texto oral comum, fala cotidiano, do tipo entrevista/inquérito, e são agrupados conforme o gênero/tipo/seqüência textual (argumentação ou narração) e o tópico discursivo. Os textos argumentativos são de tópico relacionado ao tema *política*, enquanto os textos narrativos são de tópico relacionado ao tema *trabalho* ou ao tema *acidente/morte*. A escolha desse tipo de texto se dá com o intuito de compreender, à luz de um conceito ampliado de anáfora, como o processo de construção de objetos e de progressão referencial ocorrem e quais estratégias anafóricas são mais recorrentes nesse processo.

No quarto capítulo, desenvolve-se a análise, a qual consiste na descrição da progressão referencial-anafórica na fala. Trata-se de uma análise empírica de caráter sobretudo qualitativo, mas que também se realiza no sentido de observar as estratégias anafóricas mais recorrentes, ou, a frequência de cada estratégia: isso de certo modo é uma resposta quantitativa à hipótese de que cada tipo de texto emprega preferencialmente determinadas estratégias. Essa análise se dá não apenas considerando que se trata de texto falado cotidiano, mas também que são produção textual do tipo argumentativo ou narrativo e que possuem particularidades quanto ao tópico discursivo.

1 DA NOÇÃO DE REFERÊNCIA AO PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO

O cerne deste estudo é uma abordagem lingüística do processo referencial constituído na produção do texto falado. uma abordagem da coesão tecida pelos constituintes lingüísticos da superfície textual. Ou seja, centra-se nas questões lingüístico-formais da progressão referencial que se constitui no desenrolar do texto. Em linhas gerais, o processo referencial assume papel relevante na produção de texto por dizer respeito àquilo “de que os interlocutores falam” e ao “modo como falam de algo”, despertando a atenção de lingüistas não apenas da Lingüística de Texto, mas de diversas áreas, como a Pragmática, a Semântica, a Análise da Conversação e do Discurso.

Essa abordagem pressupõe uma noção de texto na qual sejam relevantes os elementos lingüístico-formais empregados pelos interlocutores em dado evento comunicativo. Uma contribuição para se pensar essa noção encontra-se nas seguintes palavras de Marcuschi (1983, p.13, grifo nosso):

A Lingüística Textual trata o **texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas**. Por um lado **deve preservar a organização linear que é o tratamento estritamente lingüístico abordado no aspecto da coesão** e, por outro, deve considerar a organização reticulada ou tentacular, não linear portanto, dos níveis de sentido e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico e funções pragmáticas.

Entende-se aqui que a coesão constituída/tecida por elementos lingüísticos diversos em grande medida condiciona a constituição de um texto como unidade. Em outros termos, a coesão pode ser entendida como espécie de “amarramento” intratextual semanticamente organizado e coerente a dado evento de comunicação, a dada ação humana, a dada inserção social dos interlocutores.

Pertinentes também são as palavras de Koch (1997, p.22, grifo nosso) ao conceituar texto como

manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenados pelos falantes, durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a **depreensão de conteúdos semânticos**, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais.

Tal como para Marcuschi, para Koch a relação/organização tecida pelos elementos

lingüístico-formais também é relevante no processo de produção textual, de modo que a coesão textual pode ser entendida como recurso de construção de sentidos, de apreensão e compreensão da carga semântico-referencial que o texto veicula. Koch aponta ainda para algo também interessante e indissociável da produção textual: a fala como processo de interação e como forma de os indivíduos interagirem segundo as práticas socioculturais (que dizem respeito ao contexto situacional, à forma de inserção dos sujeitos no mundo, às orientações sociais que insidem sobre os sujeitos em dado contexto). No presente trabalho essa questão não é explorada, pois, a princípio, fugiria do estudo da coesão, embora compartilhe-se a postura de Koch.

Na abordagem a se realizar aqui, as formas lingüísticas, portanto, são cruciais, uma vez que se entende que a coesão (ou a progressão referencial) é dependente delas, e se constitui a partir delas. As formas lingüísticas, porém, não são puramente os únicos elementos-integrantes desse processo; há também, por exemplo, as informações cotextuais que circundam cada expressão referencial, o conhecimento de mundo ativado juntamente com essa expressão, o conhecimento e uso de língua particular do falante, o contexto (situacional) de realização da fala cotidiana/entrevista. Frente a essa diversidade, assume-se a postura de que esses elementos sempre se voltam para as formas lingüísticas em prol da realização da coesão.

Lê-se nas palavras de Koch citadas acima: a coesão/progressão referencial¹ é um recurso para expressar e interpretar conteúdos semânticos, e que se realiza em parte durante o processo de produção textual, e não como dado *apriorístico*. Isso é uma questão fundamental neste estudo.

Considerando que um texto é constituído sobretudo pelo processo coesivo, parece necessário, portanto, reconhecer os instrumentos lingüísticos de que os interlocutores lançam mão ao tornar um texto um ato de comunicação unificado (lembrando-se das palavras de Marcuschi). Mais especificamente, a atenção se volta para a compreensão de como se constrói a progressão referencial que perpassa o texto.

Inicialmente pode-se lembrar do clássico trabalho *Cohesion in English*, de Halliday e Hasan (1976), sobre o qual parece importante falar por dois motivos: no Brasil vários estudos em Lingüística de Texto apoiaram-se nesse trabalho, a exemplo disso são os estudos de Possenti (1988), Fávero (1991) e Koch (1993). O segundo motivo concerne diretamente ao

¹ Inicialmente, os termos *coesão* e *progressão referencial* são tomados como sinônimos, mas deve-se ter em conta que as expressões recobrem diferentes domínios não totalmente superpostos. O conceito de *progressão referencial* será desenvolvido detalhadamente na seção 1.3.

presente estudo, no qual assume-se uma perspectiva diferente da de Halliday e Hasan no que tange à noção de *referência* e de *anáfora*. Assume-se uma concepção ampliada de *referência* e de *anáfora*, apoiando-se em estudos como o de Mondada e Dubois (2003), o de Marcuschi (2001a) e o de Marcuschi e Koch (2002).

1.1 HALLIDAY E HASAN (1976): REFERÊNCIA E CORREFERÊNCIA

Para Halliday e Hasan, a referência é um dos mecanismos coesivos fundamentais para que um texto tenha significado e se constitua como texto. Isto é, os mecanismos coesivos conectam as partes do texto dando-lhe *textura*. Coesão, conforme Halliday e Hasan (1976, p.3), “refere-se às relações de significado que existem dentro do texto, e que o definem como um texto”². Em linhas gerais, os autores compreendem a coesão como um conceito semântico, visto que entre os enunciados do texto se estabelecem relações de sentido; mais especificamente, a interpretação de um elemento (forma pronominal, nominal, adverbial, verbal) depende da de outro elemento. Ainda nas palavras dos autores: “a coesão ocorre quando a **interpretação** de algum elemento na fala depende da interpretação de um outro elemento. Um **pressupõe** o outro, no sentido de que aquele não pode ser efetivamente decodificado, exceto recorrendo a este.” (p.4, grifo dos autores). Em suma, um texto que tem *textura* é um texto em que certos itens lexicais estão interconectados, no sentido de um item fornecer informações para a interpretação referencial de outro; por exemplo, uma forma nominal fornece informações referenciais para uma forma pronominal, ou seja, o pronome recorre ao nome para, assim, também fazer referência a dado objeto. Desse modo, a expressão *itens interconectados* deve ser entendida de modo restrito.

Um dos mecanismos de coesão é a *referência*, a qual Halliday e Hasan subdividem em intratextual e extratextual. O primeiro tipo é também chamado de referência endofórica, que ocorre entre dois ou mais itens lexicais da superfície textual; enquanto o segundo tipo, também chamado de referência exofórica, ocorre entre um item lexical e algo extratextual, mas não como relação direta e de etiquetagem de objetos/fatos do mundo da realidade. Em ambos os tipos, os itens lexicais referem-se indicialmente a objetos, indivíduos, fatos relevantes para a construção de determinado texto: grosso modo, postura condizente com

² A idéia de texto aqui talvez aponte para um reducionismo, por mostrar enfaticamente a interrelação de formas linguísticas como núcleo do texto. Apesar disso, a concepção de Halliday e Hasan serve como ponto de partida para a abordagem acerca da progressão referencial-anafórica.

abordagens sobre *texto e referência* na Lingüística em geral.

Pelo fato de a problemática do presente estudo centrar-se nas relações coesivas e referenciais estabelecidas ao longo do texto, interessa refletir sobre a referência intratextual/endofórica. Conforme Halliday e Hasan, ela ocorre quando um elemento retoma algo já mencionado (o que se caracteriza como relação anafórica) ou antecipa algo posterior (o que se caracteriza como relação catafórica), constituindo, assim, *elos coesivos* entre dois itens lexicais. A noção de *elo* volta-se para a relação entre duas expressões referenciais. Quando a coesão (ou progressão referencial) se dá entre várias expressões, constitui-se uma *cadeia coesiva/referencial*, com vários *elos*.

Nessa linha de raciocínio, entende-se que o referente é igual a si mesmo dentro de uma *cadeia coesiva/referencial*, de modo a referência ser entendida como relação de identidade referencial sustentada por formas lingüísticas. Em outras palavras, uma marca da referência endofórica é a *correferência* (identidade referencial) como processo coesivo: o que significa “total identidade referencial entre o item de referência e o item pressuposto”, como observa Koch (1993, p.21). Nesse caso, *item pressuposto* (*elemento substancial*, nos termos de Halliday e Hasan) é o elemento lingüístico cotextual a que recorre o item de referência em busca de um referente, daí dizer, por exemplo, que um elemento retoma algo já mencionado. Koch (p.20) também esclarece que “são elementos de *referência* os itens da língua que não podem ser interpretados semanticamente por si mesmos, mas remetem a outros itens do discurso necessários à sua interpretação.” Aqui, *itens do discurso* são entendidos como elementos que se encontram na superfície textual (cotexto). Exemplo da reflexão de Koch pode ser observado na possível cadeia referencial constituída por *Pedro – ele – ele*, em que *Pedro* é o elemento pressuposto e os demais são elementos de referência; a relação ocorre no sentido de *ele* retomar correferencialmente *Pedro*.

Além de Koch, outro trabalho que explora a noção de referência exposta por Halliday e Hasan é o de Fávero (1991). Fávero (p.18) observa que “há certos itens na língua que têm a *função* de estabelecer *referência*, isto é, não são interpretados semanticamente por seu sentido próprio, mas fazem referência a alguma coisa [intratextual ou extratextual] necessária a sua interpretação.” Exemplo típico desses “itens na/da língua” – de que falam as duas autoras – são as formas pronominais *ele(s)* ou *ela(s)* quando retomam o referente de uma forma nominal expressa no cotexto antecedente.

Para Halliday e Hasan a referência endofórica pode-se dar de diferentes maneiras, conforme o tipo de “itens na/da língua”: *pessoal* (o item é um pronome pessoal ou possessivo, por exemplo, *ele, os e seu*), *demonstrativa* (o item é um pronome demonstrativo ou advérbio

indicativo de lugar, por exemplo, *este* e *ali*) e *comparativa* (ocorre indiretamente, por meio de identidades ou similaridades, por exemplo, com o uso de expressões como *igual a*, *diferente do*, *tal como*). Para esses autores a forma lingüística é um elemento relevante na relação de referência.

Os demais mecanismos coesivos estudados por Halliday e Hasan são *substituição*, *coesão lexical*, *elipse* e *conjunção*, cada qual com particularidades coesivas que os distinguem entre si, por vezes ocorrendo com identidade referencial (correferência). A saber:

- a) *Substituição*: é a colocação de um item no lugar de outro(s) ou até mesmo de uma oração inteira. A substituição geralmente ocorre com o uso de forma nominal (particularmente pronomes pessoais, numerais, indefinidos, nomes genéricos como *coisa*, *gente*, *pessoa*).
- b) *Coesão lexical*: ocorre pela repetição de itens nominais idênticos ou por itens que se referem a mesmo objeto (correferencialmente, portanto), estabelecendo relação, por exemplo, de sinonímia, paráfrase, hipo-/hiperonímia, contigüidade³. Um exemplo de contigüidade – caso em que os itens empregados pertencem a um mesmo campo significativo/semântico –, conforme Halliday e Hasan, é a relação entre *folha* e *faia*, em que *folha* pertence ao mesmo campo semântico de *faia*, mas sem estabelecerem correferência: *folha* refere-se a uma parte da planta *faia*. A *coesão lexical* é particularmente interessante ao estudo a se desenvolver aqui, sobretudo pelo fato de tratar de formas nominais variadas que estabelecem relações coesivas de diferente ordem (por exemplo, do tipo parte-todo, todo-parte e associação).
- c) *Elipse*: é a omissão de um item lexical já explícito e que, portanto, é recuperável no cotexto. Nesse caso, há um “espaço vazio” que seria ocupado pela repetição do item anterior, por sinônimo, por pronome. Embora nenhuma forma lingüística seja mencionada, o “espaço vazio” em geral “retoma” o referente do item já expresso: a *elipse* é também chamada de *anáfora zero*. Esse tipo de mecanismo coesivo não será objeto de reflexão no presente estudo, uma vez que o interesse aqui se volta para a progressão referencial constituída por elementos lexicais expressos na fala-entrevista.
- d) *Conjunção*: esse mecanismo coesivo é de ordem diferente dos mecanismos de coesão assumidos aqui. Ele ocorre particularmente nas relações entre as orações e/ou parágrafos. Exemplos de elementos conjuntivos são advérbios e locuções adverbiais, locuções conjuntivas e prepositivas, conjunções coordenativas e subordinativas, itens

³ Esses tipos de relação dizem respeito às anáforas denominadas *Anáfora Indireta*: à qual dedica-se atenção especial no capítulo seguinte.

continuativos⁴ como *então* e *daí*. Pelo fato de a conjunção não dizer respeito especificamente à designação de referentes/objetos, ela também não integra a proposta de trabalho a se desenvolver na sequência.

Embora para Halliday e Hasan todos esses mecanismos sejam relevantes para examinar a coesão textual, particularmente no presente estudo a *elipse* e a *conjunção* não são objetos de reflexão, isso pelo fato de a *elipse* não ser condizente com item lexical expresso no cotexto (embora diga respeito ao processo referencial que envolve os mecanismos a serem examinados aqui) e por entender que a *conjunção* é mecanismo de outra ordem que não referencial. Não obstante, tanto *elipse* quanto *conjunção* contribuem para a construção semântica geral do texto. A propósito, o que Halliday e Hasan tratam como *referência*, *substituição* e *coesão lexical* são mecanismos que condizem com o fenômeno denominado *progressão referencial*, mesmo sabendo que ao longo do presente estudo a nomenclatura empregada por esses autores não será mantida ou que o processo referencial em questão (no que concerne ao aspecto lingüístico-formal e procedural, por exemplo) será ampliado. O recorte a favor da *referência*, *substituição* e *coesão lexical* se dá no sentido de examinar o processo que envolve as formas lingüísticas, que envolve a referência em geral no texto⁵.

Em suma, Halliday e Hasan tratam cada mecanismo coesivo de modo independente, cada qual com formas lingüísticas mais ou menos típicas, as quais são entendidas como recurso para constituição de *coesão* e *textura*.

Essa breve exposição, entretanto, motiva a pensar a *referência* noutra perspectiva: como mecanismo que diz pouco sobre a forma lingüística empregada no papel de “item de referência” ou no de “item pressuposto”, e diz muito sobre a relação correferencial estabelecida entre tais itens. Ou seja, a *referência endofórica* pode ser pensada como algo que diz respeito ao processo ocorrido entre formas lingüísticas. Isso é particularmente interessante ao presente estudo, uma vez que para se pensar a *progressão referencial* é indispensável atentar para essa espécie de processo, ao menos na perspectiva empreendida aqui. Os mecanismos de *substituição* e *coesão lexical* – em que não ocorre necessariamente correferência –, por sua vez, sugerem um olhar mais atento às formas lingüísticas, talvez até

⁴ A expressão *itens continuativos* é empregada por Fávero (1991, p.14) ao comentar a conjunção como mecanismo coesivo. *Itens continuativos* seriam um tipo de elemento de conjunção.

⁵ Compartilha-se aqui a postura de Fávero (1991, p.15) ao questionar que “a separação entre referência, substituição e elipse não resiste a uma análise mais acurada, pois a substituição também é uma forma de referência e, se a elipse é, como eles [Halliday e Hasan] mesmos o dizem, uma substituição por (Ø), porque considerá-la um tipo à parte?”. De modo semelhante a autora questiona também a respeito da coesão lexical: “por que considerar a coesão lexical um tipo à parte se ela também tem a função de estabelecer referência?” (p.17). Fávero, por sinal, propõe uma reorganização dos *mecanismos coesivos* apresentados por Halliday e Hasan, a qual não é detalhada no presente estudo.

mesmo incorporando as formas que Halliday e Hasan consideram típicas da *referência*. Reitera-se, o cerne deste estudo é uma abordagem lingüística e textual da referência, sem descartar, contudo, o processo que envolve os elementos formais.

O entendimento de que a *referência* volta-se ao *processo* e os mecanismos de *substituição* e *coesão lexical* voltam-se à forma lingüística não é a postura de Halliday e Hasan, mas sim apenas uma leitura de seus conceitos em prol da abordagem a ser explorada na seqüência. A “nova perspectiva” sobre a referência será assunto da seção 1.3, apoiado sobretudo em Mondada e Dubois (2003).

O trabalho de Halliday e Hasan apresenta ainda um aspecto interessante ao estudo da progressão referencial ao defender a formação de cadeias coesivas/referenciais por meio das formas lingüísticas ao longo do texto, o que implica idéia de continuidade e de amarramento intratextual. A postura desses autores é uma grande contribuição para a abordagem da progressão referencial a ser empreendida no presente trabalho, em que o olhar se volta para os elementos lingüístico-formais. Deve-se ter em conta que a progressão referencial não se explica pela formação de cadeias puramente, como se pode ler ainda nesse capítulo e no capítulo subsequente.

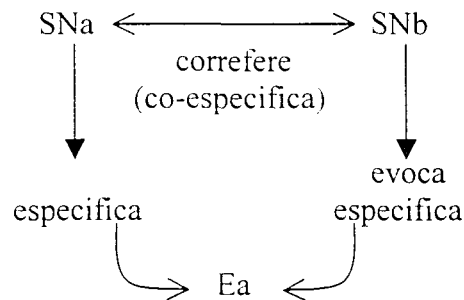
A idéia de continuidade e amarramento intratextual inerente à constituição de cadeias referenciais e a idéia de processo inerente ao conceito de referência entendido a partir de Halliday e Hasan (1976) dizem respeito diretamente à noção de *anáfora*, às relações anafóricas estabelecidas entre expressões (sobretudo nominais e pronominais) enunciadas.

A noção de *anáfora* defendida por esses autores é considerada aqui apenas como ponto de partida para se pensar uma ‘noção ampla’ para o fenômeno. Segundo Halliday e Hasan, a *anáfora* ocorre entre dois elementos formais expressos na superfície do texto: pontualizáveis, portanto. Um item/expressão lexical (denominado no presente estudo preferencialmente como *elemento anafórico*) retoma correferencialmente outro item (*elemento-fonte, antecedente*) presente no cotexto retrospectivo; assim, o referente do *elemento anafórico* é o mesmo referente do item antecedente.

Essa noção de *anáfora* diz respeito à sua concepção canônica, a qual implica que uma forma pronominal ou nominal retoma correferencialmente um antecedente nominal explícito no cotexto, e exclusivamente tal antecedente. Isto é, qualquer termo (tido como elemento anafórico), para que tenha sentido (particularmente de ordem referencial), deve-se vincular a outro termo, de modo que entre ambos passe a existir identidade referencial. Caso o elemento fonte seja expresso no cotexto prospectivo, não ocorre *anáfora*, mas sim, *catáfora*. Conforme

Halliday e Hasan (p.17), a relação de anáfora é um “apontar para trás”, enquanto que a de catáfora é um “apontar para frente” no texto.

Esse tipo de anáfora, por vezes, é chamado de *anáfora correferencial*⁶, dada a relação de correferencialidade que lhe é inerente. Os autores Kleiber, Schnedecker e Ujma (1994) assumem o seguinte esquema proposto por Webber (1988)⁷ para representar as anáforas correferenciais:



Aqui, **Ea** significa que a especificação (E) que **SNa** (sintagma nominal como antecedente) e **SNb** (sintagma nominal como *elemento anafórico*) realizam é sobre um só referente (**a**): o referente introduzido por **SNa** é também especificado/reactivado por **SNb**. Aproveitando das palavras de Marcuschi (2001a, p.221), esse esquema retrata uma situação em que

um *SNa* (um sintagma qualquer na função de antecedente) evoca [introduz] e especifica um referente, sendo que um outro *SNb* (um sintagma ou um pronome na função de anáfora) apenas corretere e co-especifica mas não introduz algo diverso. Trata-se de uma *reativação*. O símbolo *Ea* indica que a especificação referencial é uma só.

O esquema apresentado e o comentário de Marcuschi em grande medida corroboram

⁶ Ao apresentar vários tipos de anáfora, Apothéloz (2003, p.71) fala brevemente de *anáfora fiel* e *infidel*, que dizem respeito à *anáfora correferencial*, particularmente à ocorrência entre duas expressões nominais. Segundo Apothéloz, a *anáfora fiel* ocorre “sempre que um referente anteriormente introduzido no texto é retomado por meio de um SN definido ou demonstrativo cujo nome nuclear é aquele mesmo por meio do qual foi introduzido”, enquanto que a *anáfora infidel* ocorre “sempre que o nome da forma de retomada é diferente daquele da forma introduzida (trata-se, mais freqüentemente, de um sinônimo ou de um hiperônimo), ou quando lhe é acrescentada uma determinação qualquer”. O termo *fiel*, por exemplo, é usado também com outra concepção: Ilari, Buin e Zanin (2003, p.363) observam que “as anáforas por hipo/hiperonímia são sempre anáforas fiéis”. E, a princípio, a relação hipo/hiperonímica não se dá pela repetição de nome-núcleo. Isso mostra que *anáfora fiel/infidel* é um termo marcado por divergências. Esses conceitos são apresentados aqui apenas com o intuito de mostrar outra visão sobre o “mesmo” fenômeno anafórico, uma vez que essa denominação – *fiel* e *infidel* – não é levada em conta no desenrolar deste estudo.

⁷ WEBBER, B. L. *Tense as Discourse Anaphor*. In: Computational Linguistics, 14(2), pp.61-73. 1988.

as idéias de Halliday e Hasan, sobretudo no diz respeito à formação de cadeias coesivas por itens lingüísticos correferenciais do cotexto.

Embora o presente estudo volte-se para a *referência endofórica* no sentido de examinar a coesão tecida pelos elementos lingüísticos da superfície do texto, parece interessante fazer algumas considerações no que tange à relação entre *referência endofórica* e *exofórica*. A referência exofórica não está de todo descartada deste estudo, visto que a construção de referentes dentro do texto não se dá isolada do mundo (entendido como extratextual ou extralingüístico, como a realidade concreta, social, histórica), mas pelo contrário, porque, como será argumentado nas seções 1.3.1 e 1.3.2, os objetos construídos no âmbito do texto têm como ponto de partida o mundo, no sentido de os interlocutores em geral falarem de algo presente no mundo. Além disso, os objetos do texto estabelecem, de certo modo, alguma relação (não de etiquetagem ou de identidade) com os objetos do mundo.

Freqüentemente, a referência endofórica e a exofórica são entendidas tal como as entendem, por exemplo, Halliday e Hasan (1976). Isto é, a *exofórica* ocorre quando o objeto designado encontra-se na situação extralingüística, e a *endofórica* quando o objeto designado acha-se no cotexto, na superfície textual. Essa concepção pode ser problemática se se atentar para as seguintes palavras de Apothéloz (2003, p.64): “o referente de uma expressão endofórica, a não ser que esta não seja metalingüística, não está situado, ele próprio, no texto. O que está eventualmente localizado no texto é somente uma outra expressão designando este referente”. Na verdade, apenas quando uma expressão endofórica é metalingüística – quando rotula parte do texto, por exemplo, *sua pergunta, esse tema, esta opinião* – é que seu referente de fato encontra-se no cotexto. A expressão metalingüística, porém, não é a questão principal neste momento.

Apothéloz propõe um entendimento diferente do de Halliday e Hasan para a referência: “as qualidades de *exofórico* e *endofórico* indicam a referência aos objetos, respectivamente, ainda não designados no texto e aos já designados” (p.64). O próprio autor lança uma crítica à reformulação do conceito, ao dizer que, “mesmo assim formulada, esta distinção perde uma boa parte de seu interesse desde que se considera que uma expressão referencial, anafórica ou não, opera sobre uma representação e não sobre um segmento [parte] textual” (p.64). Apothéloz parece atentar para características da referência pertinentes ao processo de construção de objetos no âmbito do texto, e, portanto, interessantes ao presente estudo. Ao dizer que uma expressão referencial opera sobre uma *representação*, parece que, mesmo indiretamente, Apothéloz fala do referente introduzido e desenvolvido

discursivamente. Isso faculta entender que a *representação* é uma entidade do âmbito do texto, e, de certo modo, correspondente ao *objeto* designado pela expressão exofórica e, por vezes, retomado e (re)trabalhado pela expressão anafórica (endofórica).

Após essa reflexão, parece que a relação das palavras do texto com o objeto extralingüístico/extratextual não pode mais ser entendida como típica ou exclusiva da expressão exofórica, da expressão que introduz o referente. A postura aqui é de que a *representação* ativada com dada expressão exofórica tornou-se um objeto discursivo que pode ser retomado e (re)trabalhado por qualquer expressão endofórica/anafórica. Assim, essa expressão também estabelece relação com o objeto extralingüístico. Em outros termos, as expressões referenciais que constituem uma cadeia coesiva operaram com/sobre uma única *representação*, mesmo que essa sofra alterações no desenrolar do texto.

Em suma, parece melhor não falar em expressão exofórica, mas em expressão com que se introduz referente novo; e nem em expressão endofórica, mas em expressão apenas anafórica, a qual retoma (mas não necessariamente) o objeto/*representação* introduzido pela expressão anterior. Ao longo deste estudo, a expressão introdutora de objeto – a que a expressão anafórica recorre em busca de informações referenciais – é denominada de elemento-fonte, fonte, âncora, e o objeto que ela designa será denominado de referente, de antecedente. Apesar de ser freqüente a relação entre ambas as expressões, nem sempre o referente da expressão introdutora de objeto é reativado/retomado, pois nem sempre há expressão anafórica em busca de tal referente; nesse caso não cabe chamar-lhe de antecedente. Por fim, entende-se aqui que a distinção entre ambas as expressões é um procedimento indispensável para o desenvolvimento do presente estudo.

Outra perspectiva de *anáfora correferencial* e que também condiz com o mesmo esquema acima é a de Milner (2003). Com esse trabalho o autor contribui de modo significativo para o estudo da *referência* ou *anáfora* em geral. Milner preocupa-se em conceituar e descrever os diversos aspectos do fenômeno anafórico, em que o conceito de *significação* é crucial. A propósito, esse conceito é especialmente interessante ao presente estudo, pois, a princípio, ele é subjacente a mais de um elemento do suporte teórico assumido aqui. Na seqüência, expõem-se a *significação* e a *anáfora* a partir de Milner.

1.2 O CONCEITO DE SIGNIFICADO E A CO-SIGNIFICAÇÃO

Ao longo deste estudo, fala-se de uma carga semântico-referencial dos itens lexicais, e essa carga tem como elemento integrante o significado, de sorte que uma reflexão acerca do processo de significação torna-se relevante para pensar a progressão referencial-anafórica. Além dessa justificativa, os itens lexicais que compõem determinada cadeia referencial podem ser co-significativos, podem possuir o mesmo significado. Em outros termos, a *significação* é um processo levado em conta no conceito amplo de anáfora a ser exposto no capítulo seguinte.

Para um conceito de *significado* orienta-se pelo trabalho de Milner (2003), para quem o significado consiste no conjunto de condições que satisfaz um objeto do mundo facultando sua designação por meio de uma expressão nominal que comporte um nome-núcleo. Nas palavras de Milner (p.86), “a cada unidade lexical individual, é relacionado um conjunto de condições que devem satisfazer um segmento da realidade para poder ser a referência de uma seqüência [expressão nominal] onde intervirá crucialmente a unidade lexical em causa”. Parece que o *conjunto de condições* de que fala o autor pode ser entendido como as propriedades, ações, atributos diversos – concretos ou abstratos, estereotípicos ou da subjetividade do falante –, pertencentes e caracterizadores do objeto do mundo focalizado (*segmento da realidade*). Conforme o conceito de Milner, esse conjunto de condições ou de propriedades, não corresponde à realidade dos objetos no mundo, mas sim, apóia-se neles, de modo que no texto projeta-se uma “representação” dos objetos.

Ao conjunto de condições caracterizadoras de um item lexical Milner denomina *referência virtual/significação*, a qual “se prende ao que se chama naturalmente de sentido lexical, e, de fato, a referência virtual de uma unidade é exatamente aquela que **tenta representar a definição do dicionário**”⁸ (p.86, grifo nosso). A definição do dicionário, portanto, não é a rigor o significado, a *referência virtual*, o conjunto de condições ou propriedades, de um objeto referido. Entre *definição* e significado há certa aproximação que diz respeito ao eu processo de constituição. Noutro momento diz Milner (p.89): a *referência virtual* “pode ser concebida como um conjunto de traços exigidos *a priori* de um referente possível”.

⁸ De modo geral a definição do dicionário tem papel fundamental no uso lingüístico, porque, na medida em que ela é uma espécie de paráfrase, tradução ou representação verbal da entidade *sentido/significado* “ela obtém um estatuto claro: as condições exigidas para considerar uma realidade” (Milner, p.86). A *definição* não representa de fato a referência virtual, isso é apenas sua tentativa.

Suas palavras indicam que o significado é de ordem da estereotipia do léxico. Esse ponto de vista diz respeito ao aspecto pré-textual das palavras, o qual é levado em conta nas relações intratextuais que elas estabelecem em cada texto. O fato de os interlocutores possuírem certo conhecimento de língua (e de uso lingüístico) sugere que eles ativam alguma estereotipia conceitual, certos aspectos pré-textuais das palavras quando as empregam. Frente a isso, entende-se que elementos de ordem semântico-estereotípica são os fatores determinantes da construção e identificação do significado, da *referência virtual* dos itens lexicais empregados no texto, embora esse processo também seja adaptado ao texto em questão. Em suma, a *referência virtual*/significado pode ser entendida como conceito léxico-estereotípico em que se apóia a carga semântico-referencial das formas nominais particularmente e em que se apóia o processo referencial norteador da produção de texto.

Exemplo de *referência virtual*/significado pode ser observado na expressão *esse gato da vizinha*, em que ao nome-núcleo – *gato* – relacionam-se propriedades como animal de pêlo de cores diversas, quadrúpede, mamífero, felino, carnívoro, doméstico, de hábitos noturnos, de porte pequeno, avesso à água, afeito a comer ração, a dormir no sofá, a subir no telhado. Essas e outras propriedades/ações⁹ são as condições formadoras da *referência virtual*, do significado do item lexical *gato*.

Partindo da *referência virtual* pode-se falar de *referência real*¹⁰, que para Milner (p.86) é “o segmento da realidade associado a uma sequência”, é o objeto associado a uma expressão nominal. Sem explorar a questão de a *referência real* ser ou não, para Milner, uma relação direta entre item lexical e objeto do mundo, o importante aqui é aproveitar sua distinção entre *referência real* e *referência virtual*, visto que seus conceitos parecem contribuir substancialmente para os suportes teóricos deste trabalho, sobretudo no que concerne ao significado/significação.

Interrelacionando as duas *referências*, atenta Milner (p.86): “uma unidade lexical só pode ter referência real se ela for empregada; fora do emprego, ela só pode, evidentemente, comportar as condições de uma eventual referência real, quer dizer, sua referência virtual”. Isso reitera que o significado condiz com a definição do dicionário, em que o item lexical não se acha empregado discursivamente. Não significa, porém, que os itens lexicais deixam de ter significado ao serem empregados, pelo contrário, parece que o emprego reafirma dados pré-

⁹ Essas propriedades/ações/atributos são as mesmas a partir das quais os objetos são categorizados, isso mostra que tanto a *referência real* quanto as categorias têm como fonte a *referência virtual*/significado. O processo de categorização será exposto detalhadamente na seção 1.3.2.

¹⁰ Nos termos do presente estudo, *referência real* e *referência virtual* são, respectivamente, *referência* e *significação/significado*. Nesta seção as duas terminologias são empregadas indistintamente.

textuais.

Ao falar de emprego da unidade lexical, Milner sugere que, na identificação da referência de dado item lexical, ativa-se o conjunto de itens que se interrelacionam sobretudo anaforicamente. Ou seja, a referência real de qualquer item empregado não é orientada apenas pela referência virtual (ou pelas propriedades/ações do objeto designado), mas também pelo cotexto que acolhe tal item. Para identificar uma referência real necessariamente se deve levar em conta as informações gerais constantes do texto. Em outros termos, o emprego de qualquer item/expressão não pode ser observado de modo isolado dentro do texto, pois o emprego implica “diálogo” entre todos os elementos formais e informacionais, semânticos e referenciais, envolvidos na produção textual.

A postura de que a referência real está submetida ao emprego de dado item lexical, mesmo que também seja submetida à significação, sugere que o objeto designado (referente) pode ser tomado como único, singular, situado, particular, uma vez que as relações estabelecidas pelas palavras são únicas e particulares a cada texto. Ou seja, a referência real parece que só pode ser pensada e identificada se se levar em conta as diversas relações que o item lexical estabelece com os demais itens expressos no cotexto. Assim sendo, as palavras, no que tange a seu aspecto referencial, necessitam ser empregadas, inseridas e envolvidas co(n)textualmente, articuladas em favor de um evento comunicativo específico.

Essa leitura (da referência) a partir de Milner condiz com um conceito crucial ao presente estudo – denominado *referenciação* –, que consiste em tratar o referente como objeto construído dentro do texto. Esse conceito é tomado de Mondada e Dubois (2003) e será apresentado detalhadamente ainda neste capítulo. Por ora, a atenção se volta para a *significação*.

Embora o conceito de Milner seja interessante no desenrolar deste trabalho, parece útil apresentar, mesmo que brevemente, outras visões sobre o significado, pois há divergências quanto à noção de *significado* na Lingüística em geral, além de que, elas podem deixar mais claro e talvez reiterar o que diz Milner. Por exemplo, uma postura em que o *sentido* das palavras não é concebido *a priori*, mas sim, no “aqui-agora” do evento comunicativo, de modo as relações estabelecidas entre as palavras serem de grande relevância, é a postura de Guiraud (1975, p.26), segundo o qual

as palavras não têm sentido, elas têm apenas empregos. O sentido, tal como nos é comunicado no discurso, depende das relações da palavra com as outras palavras do [cotexto], e tais relações são determinadas pela estrutura do sistema

lingüístico. O sentido, ou antes, os sentidos de cada palavra, são definidos pelo conjunto dessas relações, e não por uma imagem da qual ele seria o portador.

Guiraud sugere que a significação não é pré-textual, mas sim construída de modo único e situado. Nessa perspectiva, sua construção seria orientada pelo emprego que têm os itens lexicais em determinado texto e em determinada situação. Guiraud apresenta um ponto de vista “confortável” para o estudo do processo referencial e semântico no texto, mas que se contrapõe a estudos consistentes sobre a referência e a anáfora, como o de Kleiber (2001). E ainda, seu ponto de vista de certo modo se mostra reducionista ao enfatizar sobremaneira o *emprego*, por isso talvez não seja muito útil para os estudos lingüísticos em geral.

Outra visão sobre o significado pode ser lembrada aqui: descartando a noção que toma as palavras como etiquetas que se colam aos objetos/eventos do mundo, Marcuschi (1999b, p.15) atenta para uma concepção de ordem da cognição, que sugere que o significado é produzido no processo textual: “Poderíamos distinguir entre uma *significação informacional* que teria a ver com a verdade, a extensionalidade e a relação linguagem-mundo e uma *significação cognitiva* que diz respeito aos conhecimentos gerados na relação textual-discursiva, ou seja, na enunciação.” Esses *conhecimentos gerados na relação textual-discursiva* são situados, contextualizados e embebidos de conhecimentos de mundo cognitivamente trazidos pelos produtores de texto. Antes que investir no aspecto cognitivo da significação, a postura aqui é de enfatizar seu aspecto estereotípico e também textual-discursivo. Isso se justifica pelo fato de a cognição não integrar o foco do presente estudo, embora ela também seja relevante na produção e processamento textual. Quanto à *significação informacional*, talvez ela aproxime-se da concepção de Milner, contudo parece que ela fomenta a idéia de que as palavras etiquetam as coisas do mundo (aí ela difere-se da postura de Milner, considerando que esse autor não assume isso em seu trabalho). A idéia de etiquetagem desvia da postura do presente estudo e, com certeza, também da de Marcuschi.

Dadas essas considerações, a posição de Milner (2003), que “balanceia” a estereotipia e o emprego dos itens lexicais, parece de fato interessante.

Assume-se, portanto, que o *significado* é um conceito semântico de ordem estereotípica fundado/instaurado no conjunto de condições de que fala Milner (2003). Em outros termos, o *conceito* ativado discursivamente não é a rigor a definição do dicionário, pois ele é construído pelas propriedades/ações do objeto/evento designado, de modo que o item lexical e seu significado são adaptados ao texto de acordo com informações contextuais,

conhecimento de mundo e de língua. Esses fatores concernem ao emprego e são eles que, de certo modo, atribuem um caráter situado ao significado.

No texto, há possibilidade de duas ou mais expressões/itens possuírem o mesmo significado, ou a mesma *referência virtual*. Tais expressões estabelecem relação de co-significatividade, a qual é tratada na próxima seção.

1.2.1 A relação co-significativa¹¹

O processo de significação conduz a pensar na possibilidade de relação co-significativa entre os itens lexicais de uma cadeia referencial. Em suma, parece possível que a série de propriedades – o significado – ativada por um nome seja a mesma ativada por esse mesmo nome noutra ocorrência. Para desenvolver essa idéia, compartilha-se a postura de Milner (2003, p.88), para quem “duas unidades lexicais distintas não podem ter a mesma [significação]”. Noutros termos, a *sinonímia lexical absoluta* não ocorre dentro do texto. Isto é, a relação co-significativa ocorre, a princípio, entre unidades lexicais idênticas. Conforme Milner (p.91), a co-significação “pode existir entre dois nomes, na condição de que eles sejam lexicalmente idênticos”.

Focaliza-se inicialmente o caso em que há correferência e, a princípio, ocorre co-significação. Trata-se de cadeia referencial em que há repetição de formas nominais, as quais estabelecem correferência. Por exemplo, se o nome *gato* ativa o significado/propriedades X ao ser introduzido no texto; ao ser repetido ativa-se o mesmo significado/propriedades. Isto é, *gato*, nesse caso, sempre terá exclusivamente um só significado, provavelmente “bem próximo” da *definição do dicionário* (que se apóia nas propriedades dos objetos do mundo). Considerando isso, *gato* pode ser o nome-núcleo de expressões como *o gato da vizinha*, *aquele gato no muro*, *um gato todo preto*, e ainda assim, entre as três ocorrências de *gato*, estabelecer-se co-significação.

Outro caso para pensar a co-significação é a relação correferencial entre, por exemplo, *o gato da vizinha* e *ele*, tendo em conta que ele retoma o nome-núcleo. Na Lingüística em geral, o pronome¹² é considerado uma forma lingüística desprovida de autonomia semântico-

¹¹ Diferente da seção anterior, nesta e na subsequente, preferencialmente a terminologia de Milner é substituída pela empregada na seqüência do presente estudo.

¹² Os *pronomes dêiticos* não compõem o objeto de reflexão e análise do presente estudo, embora, provavelmente, esse tipo de pronome e o focalizado aqui – *pronomes referenciais* – possuam certos aspectos que se imbricam.

referencial, *ele*, por si só, não possui significado nem referência, por si só *ele* não pode ativar propriedades/ações de nenhum objeto/evento. A consequência disso é que *ele* consegue designar/referir qualquer objeto ou possuir um significado (ou ativar propriedades). No entanto, isso somente acontecerá quando o pronome *ele* relacionar-se com um item nominal – que é provido de significado e referência próprios, possui autonomia semântico-referencial – da superfície textual. A atenção aqui não se volta para a referência do pronome, mas sim para seu significado. Conforme Milner (2003), o pronome *ele*, ao estabelecer relação com determinada forma nominal, ativa o significado dessa forma e, por conseguinte, o adquire.

A princípio, esses dois casos – repetição correferencial de nomes e relação correferencial entre nome e pronome – seriam de co-significação. Nas palavras de Milner (p.88): “para que uma unidade lexical X entre em relação de [co-significação] com uma unidade Y, é necessário que Y seja desprovido de [significação] própria (quer dizer, que seja um pronome) ou que Y seja a mesma unidade lexical”. Não obstante, parece conveniente refletir sobre casos em que ocorre co-significação parcial.

Primeiramente, a atenção se volta para o caso em que a cadeia referencial se constitui por formas nominais também correferenciais, mas não repetidas. Para tanto assume-se o pressuposto de que “a sinonímia lexical absoluta não existe [e] que todas as unidades lexicais são, enquanto tais, distintas do ponto de vista da [significação]” (Milner, 2003, p.89). Isso não significa, porém, que diferentes itens lexicais não possam ter significados semelhantes, o que com frequência ocorre, considerando que os itens de uma cadeia por certo pertencem a campos semânticos bastante próximos, senão a um mesmo campo. Exemplo disso é uma possível cadeia constituída por *gato*, *tigre*, *cachorro*. Tendo em conta que cada item ativa um conjunto de propriedades/ações/traços (mesmo que de modo particular), ou que cada um tem significado próprio, ainda assim pode-se identificar que cada qual ativa propriedades que são comuns aos demais itens. Em outras palavras, os três termos estabelecem certa *interseção semântico-estereotípica*. Essa reflexão apóia-se também em Milner (p.89), que defende que “duas referências¹³ podem ser distintas e, apesar disso, ter alguns traços em comum: tem-se, então, *interseção referencial*, com algo como um caso particular de inclusão”.

Um exemplo de inclusão é o que ocorre entre *gato*, *quadrúpede*, *mamífero*, integrantes de uma possível cadeia. Ao ter em conta as propriedades/ações que cada item ativa, identifica-se que, semanticamente, um item é parte integrante do outro. O entendimento desse processo

¹³ Aqui o termo *referências* corresponde ao que Milner chama de *referência virtual* e de *referência real*.

está em conformidade com a perspectiva que se assume neste estudo acerca de cadeia do tipo *gato – quadrúpede – mamífero*.

Além de ocorrências em que os significados se assemelham, deve atentar-se para significados distintos, sobre *disjunção semântica*, também em cadeias de nomes correferenciais. Conforme Milner (p.88), “duas referências podem ser distintas ao ponto de não terem nenhum traço em comum: tem-se, então, *disjunção referencial*”. Exemplo de *disjunção* se dá na possível cadeia *o gato da vizinha e a casa ao lado*, em que cada nome-núcleo ativa propriedades particulares/próprias que não coincidem – nem mesmo parcialmente – com as propriedades ativadas pelo outro nome-núcleo.

A questão da co-significação pode não estar de todo resolvida, se tomada uma cadeia em que há repetição do nome-núcleo, mas não há correferência. Por exemplo, nas expressões *o gato da vizinha* e *um gato de pelúcia*, parece não haver identidade de significado entre os dois nomes-núcleos, pois o termo preposicionado *de pelúcia* na segunda expressão imprime propriedades no nome-núcleo que não condizem com o nome-núcleo da expressão anterior. O termo *de pelúcia* leva a designar um objeto distinto do comumente designado pela primeira expressão: esse termo motiva uma *disjunção referencial*. Ou seja, há propriedades comuns a ambos, contudo há também, e principalmente, propriedades comuns apenas à primeira ocorrência e outras comuns apenas à segunda. Essa distinção conduz a pensar um significado para cada qual dos nomes-núcleos, sem negar contudo as semelhanças entre ambos. Certamente, o sentido com que a preposição *de* é empregada em cada qual das ocorrências – na primeira o sentido é de *posse*, enquanto na segunda é de *matéria* – contribui para a distinção apontada entre ambos os nomes-núcleos. Não obstante, essa questão não é explorada detalhadamente aqui. Por outro lado, entende-se que o mesmo não se daria entre, por exemplo, *o gato da vizinha* e *o gato em cima do telhado* ou *o gato de pêlo preto*, pois, nesse caso, não há determinante que indique *disjunção referencial* como a observada acima. Ou seja, embora as preposições empregadas diferenciem-se quanto ao sentido, ainda há co-significação dos nomes-núcleos (em suma, a *diferença preposicional* não condiciona necessariamente a *disjunção referencial*).

A repetição lexical em que ocorre o mesmo significado, mas não a mesma referência, pode ser pensada também com emprego de nomes-núcleos genéricos. Por exemplo, *o pessoal*, *o povo daqui*, *esse povo de hoje*, *essa gente*. Em suma, co-significação não implica correferência. Em outros termos, a progressão referencial caracterizada por repetição co-significativa pode se dar sobre um só objeto/referente (correferencialmente, portanto) ou

sobre objetos diferentes (sem, portanto, estabelecer correferencialidade). Ainda sobre a repetição nominal com co-significação mas sem correferencialidade, pode tomar-se as palavras de Marcuschi (1999a, p.3, grifo do autor): “a **co-significação** lexical na utilização de **pró-formas nominais** na progressão textual não garante estabilidade”. Suas palavras parecem dizer respeito ao caso de repetição co-significativa, mas sem que as expressões refiram-se exatamente ao mesmo objeto. Ou seja, embora ocorra co-significação, pode haver modificações substanciais no referente, ou, até mesmo, as expressões referirem-se a objetos distintos. Ocorrências assim proporcionam instabilidade à construção de objetos, à progressão referencial ao longo do texto.

Diferentemente, a progressão referencial constituída por diferentes itens lexicais sempre se caracteriza pela não-co-significação (conforme conceito de *referência virtual* de Milner). Nesse caso, a progressão pode ocorrer tanto com um só referente (com correferencialidade, portanto) quanto com referentes distintos (com relação não correferencial). Sobre essa questão pode-se citar Lyons (1980, p.164), para quem “as expressões podem diferir no sentido, mas terem a mesma referência”. Em síntese, a correferência não depende diretamente da co-significação, e ambas são dissociáveis.

Portanto, considerando que cada item lexical ativa/possui uma carga semântico-referencial particular, que os textos em geral têm como constituinte a diversidade lexical, e as indicações de que a co-significação ocorre apenas em casos de repetição lexical (especialmente os nomes), tem-se como consequência que a progressão referencial e todo o texto caracterizam-se por certa *heterogeneidade semântica*. Essa heterogeneidade diz respeito ao fato de uma nova expressão lexical (de modo especial o nome-núcleo novo) implicar novo significado/conceito semântico, que pode ser semelhante ao da expressão anterior, mas nunca idêntico: a sinonímia absoluta não ocorre no âmbito do texto.

1.2.2 Anáfora pronominal e nominal conforme Milner (2003)

Tal como para Halliday e Hasan (1976), para Milner a noção de correferência é fundamental na relação anafórica, de modo que seu conceito também se limita à ‘noção estrita’. Apesar disso, Milner mostra-se com algumas vantagens sobre Halliday e Hasan: por exemplo, seu conceito é de certo modo mais elaborado, Milner detalha uma série de aspectos formais e relacionais do fenômeno referencial-anafórico, inclusive conjugando (co)referência e (co-)significação com anáfora. Assim, seu conceito também oferece elementos teóricos

pertinentes ao cerne do presente estudo: uma abordagem lingüística da progressão referencial-anafórica.

Segundo Milner (p.94), “há relação de anáfora entre duas unidades A e B quando a interpretação de B depende crucialmente da existência de A, a ponto de se poder dizer que a unidade B só é interpretável na medida em que ela retoma – inteira ou parcialmente – A”. Nesse sentido a relação pode ocorrer entre nome (unidade A) e pronome (unidade B), ou entre nome (A) e nome (B). A relação do primeiro tipo se dá com intuito de o pronome obter uma significação, a qual não lhe é própria. É como se B “repetisse” A semanticamente. A relação do segundo tipo se dá quando A é o mesmo item nominal que B; nesse caso há, necessariamente, repetição, portanto. Mas não apenas isso, é necessário também que o traço definido (o traço identificável do referente) de B dependa exclusivamente da ocorrência de A: daí a relevância da repetição do nome. A diferença entre ambos os tipos é de certo modo motivada pelo seguinte: enquanto o nome (B) possui autonomia semântica, o pronome (B) não a possui, e, portanto, é dependente de um nome (A) que lhe forneça carga semântica.

No entendimento da anáfora pronominal é relevante a noção de *não-autonomia semântico-referencial*. Uma forma lingüística não-autônoma, conforme Milner (2003, p.95), é “uma unidade cuja [significação] não pode ser definida sem mencionar a própria unidade que é enunciada num enunciado particular”. Exemplo disso são as formas pronominais *eles(s)*, *ela(s)*, *outro(a)*, *seu(s)*, *isso*, as quais são dependentes de alguma forma lingüística autônoma: sobretudo os nomes. Entre tais pronomes, os de terceira pessoa – *ele* e *ela* – são os que recebem mais atenção nos estudos sobre o tema, uma das razões para isso certamente é sua recorrência no texto em geral. Para Milner, há co-significação entre o pronome e o nome retomado, e essa é a relação crucial entre A e B, e não a de identificar o referente do pronome ou de estabelecer correferência.

A relação nome-nome se dá no sentido de identificar/fornecer um referente de B, isto é, estabelece-se correferência. Identificar o significado de B ou estabelecer co-significação torna-se relevante, uma vez que B possui significado próprio, embora não negue a existência de co-significação.

No caso em que A é nome e B é pronome (relação denominada anáfora pronominal), o pronome não precisa referir necessariamente a um objeto/evento, é suficiente que ele obtenha significado: o que é conseguido com o pronome recorrendo ao nome. Isso indica que o nome não precisa necessariamente referir um objeto/evento, basta ter um significado disponível ao pronome. Em outras palavras, o pronome B está em busca de um significado, do significado

ativado pelo nome A. Por outro lado, porquanto o nome (seja o termo A ou B) tem como condição natural e inerente possuir/ativar significado e referente, no caso de anáfora nominal a relação anafórica ocorre não no sentido de B buscar/encontrar certo significado (pois B – nome – possui significado próprio), mas sim, no sentido de identificar o referente de B a partir do conteúdo referencial de A.

Dadas essas considerações, o objeto referido pelo nome, no caso da anáfora pronominal, não precisa necessariamente ser identificado nem identificável; além disso, o caráter do nome pode ser diverso: definido ou indefinido, especificado ou genérico. No caso da anáfora nominal, por sua vez, o objeto referido pelo nome A é não-identificável, pois esse nome é sempre indefinido; enquanto que o objeto referido por B é identificável, é particular, específico, e não pode ser quantificado: o nome B deve ser definido.

Por fim, a anáfora pronominal pode ser “resumida” na co-significação entre nome-pronome (a co-significação é necessária e suficiente), enquanto que a anáfora nominal pode ser “resumida” na correferência entre nome-nome, embora essa anáfora se caracterize por co-significação também.

Essa exposição não vai além de uma tentativa de apresentar em síntese as idéias de Milner sobre o fenômeno tipicamente anafórico, as quais o autor sistematiza neste quadro¹⁴:

Anáfora pronominal	Anáfora nominal
<ul style="list-style-type: none">o anaforizante é não-autônomo e sem referência virtual própria	<ul style="list-style-type: none">o anaforizante é autônomo e com referência virtual própria
<ul style="list-style-type: none">o efeito é de fornecer uma referência virtual ao anaforizante, e não de identificar o referente real	<ul style="list-style-type: none">o efeito é de identificar o referente real do anaforizante, e não de fornecer referência virtual
<ul style="list-style-type: none">o anaforizante não tem, necessariamente, uma referência real	<ul style="list-style-type: none">o anaforizante tem, necessariamente, uma referência real
<ul style="list-style-type: none">o anaforizado não tem, necessariamente, referência real; basta ter referência virtual	<ul style="list-style-type: none">o anaforizado tem, necessariamente, uma referência real
<ul style="list-style-type: none">a referência real do anaforizado pode ser identificada ou não, identificável ou não. O anaforizado pode então ser definido ou indefinido, especificado ou genérico	<ul style="list-style-type: none">a referência real do anaforizado deve ser não-identificável: o anaforizado deve ser indefinido. A referência real do anaforizante deve ser identificável: ela deve então ser particular e não pode ser nem genérica nem quantificada
<ul style="list-style-type: none">a relação de anáfora tem por condição necessária e suficiente a correferência virtual	<ul style="list-style-type: none">a correferência – virtual ou real – não é necessária nem suficiente

¹⁴ Este quadro é reproduzido conforme Milner (2003, p.121). Para sua leitura deve-se considerar que sua terminologia difere da empregada ao longo do presente estudo: Milner emprega o termo *anaforizante*, prefere-se aqui pronome/nome B; *anaforizado* – nome A; *referência virtual* – significação, *referente virtual* – significado; *referência real* – referência/referenciação; *referente real* – referente/objeto referido.

A partir de Halliday e Hasan (1976) e de Milner (2003), entende-se aqui que a *anáfora correferencial* mostra-se reducionista, uma vez que a marca de correferência (dos conceitos de *referência* e de *anáfora* apresentados) e o “apego” às formas lingüísticas na manutenção linear do referente não condizem com a mudança, dinamicidade, evolução, revisão, correção que parecem permear a atividade referencial e a produção de texto. Frente a isso, antes que descartar a postura desses autores, parece inevitável o caminho de ampliação do conceito de coesão, de referência, de anáfora, de cadeia, de continuidade (agora, não-linear) e de amarramento textual, o que certamente é possível reconhecendo a diversidade lingüística da atividade referencial, o trabalho (mesmo que de modo parcial) cognitivo-discursivo realizado de modo situado – único, particular a cada situação contextual – quando da produção da conversa/fala. Esse procedimento, por certo, contribuirá substancialmente para identificar a construção da *rede referencial progressiva* tecida no desenrolar da fala cotidiana. Um argumento de que os conceitos apresentados de Halliday e Hasan, de Milner ou o de *anáfora correferencial* não devem ser descartados, mas sim ampliados, é o fato de considerarem, mesmo que implicitamente, que a *anáfora* pode ser entendida como a relação de identidade entre o elemento anafórico e o elemento-antecedente: anáfora como processo integrante da *referência*. Essa visão sobre a anáfora corresponde à forma de entendê-la no desenrolar deste estudo. De sorte que, na seqüência, investe-se no processo de referenciação, de progressão referencial.

1.3 A REFERENCIAÇÃO E AS BASES DA PROGRESSÃO REFERENCIAL

Na perspectiva do presente estudo, a referência diz respeito a um processo caracterizado por instabilidade em relação à língua (em que os itens lexicais são trabalhados em dado texto) e em relação ao ponto de vista dos interlocutores sobre os objetos referidos. Processo que se dá dentro do texto, ao menos na abordagem pretendida aqui, mediante o uso de diferentes formas lingüísticas, entendendo que o referente, uma vez introduzido, pode ser reativado, revisto, redirecionado, fragmentado ou enriquecido, “repensado” e “redefinido” durante a construção do texto. Assim sendo, cada referente é construído de modo bastante particular segundo sua inserção e desenvolvimento no discurso. Com isso, a referência ganha um caráter de textualidade que revela dinamicidade e instabilidade, de modo a compreender os referentes como *objetos de discurso*. Tem-se uma *referência discursiva*, entendida como a

representação – por expressões lingüísticas – de objetos, indivíduos e eventos no âmbito do texto. Para nomear esse processo, em vez de empregar-se a noção de referência, emprega-se a de *referenciação*, apoiando-se sobretudo em Mondada e Dubois (2003)¹⁵.

Para essa abordagem pode-se lembrar da dinamicidade inerente aos objetos de discurso, conforme Marcuschi (1999b, p.8, grifo do autor), que compartilha as idéias de Mondada e Dubois acerca do processo de referenciação, “os objetos de discurso não são uma simples remissão lingüística a algo autônomo, fixo, externo e prévio ao discurso. [...] Os objetos de discurso são **dinâmicos**, isto é, podem ser introduzidos e depois modificados, desativados, reativados ou reciclados”, mediante o uso de diferentes formas lingüísticas.

No presente estudo, portanto, a referenciação é pensada como processo dinâmico que se dá no âmbito do discurso, voltando-se a atenção especialmente para as formas lingüísticas que integram a progressão/construção dos objetos de discurso. A proposta central é compreender como ocorre a progressão referencial na fala cotidiana.

O processo de referenciação implica a possibilidade de (re)agrupar, de (re)categorizar o(s) referente(s) discursivamente. A postura de Mondada e Dubois nega a rigidez das categorias, o que implicaria inserir e manter no texto as categorias pré-estabelecidas, e que implicaria necessariamente manter a categoria uma vez introduzida. As autoras defendem a postura de que na construção textual as categorias (de objetos, eventos ou indivíduos) são instáveis, dinâmicas, mas que ganham estabilidade discursivamente por meio da negociação dos interlocutores. As categorias – tal como os objetos de discurso, que são categorizados – surgem na intersubjetividade e na visão pública, social, coletiva do mundo. Isso ocorre como adaptação das categorias (estereotípicas e socialmente constituídas) no texto, as quais podem ser redefinidas, reconstruídas, reorganizadas. Em outros termos, há uma identificação sociocultural das categorias, mas não uma representação no texto conforme elas são concebidas no mundo.

Uma vez que o processo de referenciação implica designar e (re)categorizar o referente a partir de diferentes propriedades/atributos, e, por conseguinte, entendendo que eleger determinada propriedade ou atributo do referente é posicionar-se frente a ele, parece possível considerar que o ponto de vista, a avaliação dos interlocutores também pode integrar a progressão referencial de dado referente. Isto é, qualquer ponto de vista pode integrar a construção de objetos de discurso, conforme a postura assumida pelo falante (ou

¹⁵ Publicação original: MONDADA, Lorenza; e DUBOIS, Danièle. *Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référénciation*. TRANEL 23 (Travaux Neuchâtelois de Linguistique), p.273-302. 1995.

interlocutores) em relação ao objeto em foco. Quanto a esse provável ponto de vista/avaliação, no presente estudo ele é observado especialmente a partir da composição/formação lingüística das expressões nominais empregadas para a designação de dado referente. O referente pode ser introduzido por expressão como *esse animal de pêlo macio* ou *aquele gato nojento*, e tanto num caso quanto no outro a avaliação/ponto de vista é expressa pelos modificadores (*pêlo macio* e *nojento*) dos nomes-núcleos (*animal* e *gato*). A despeito disso, o nome-núcleo também pode representar a avaliação do falante sobre o objeto referido, por exemplo, em *essas jóias importadas* e *essas bugigangas importadas*, a princípio, *jóias* condiz com avaliação positiva, enquanto *bugigangas* com avaliação negativa (independente de ambas as expressões serem empregadas como designação do mesmo objeto). Em síntese, o ponto de vista/avaliação do falante pode ser expresso por termos correferenciais ou não, que estabeleçam relação de *interseção* ou *disjunção referencial*.

No processo referencial, a visão que os interlocutores têm sobre determinado referente talvez seja um aspecto fundamental. Essa hipótese, no entanto, não é desenvolvida no decorrer deste estudo.

Nas seções seguintes, apresentam-se alguns aspectos da relação palavra-mundo; alguns aspectos do processo de categorização a que os referentes textuais de certo modo estão submetidos; alguns aspectos do processo de inferenciação, o qual parece ser integrante do de referenciação; e alguns mecanismos coesivos relevantes à progressão referencial, os quais dizem respeito ao emprego de formas lingüísticas diversas: a *retomada* e a *remissão*. Essas abordagens são desenvolvidas mantendo em foco a progressão referencial permeadora da produção da fala cotidiana.

1.3.1 Aspectos da relação entre as palavras e o mundo

Aqui, entende-se que os objetos e eventos do mundo são ponto de partida para a construção de referentes ao longo do texto; por conseguinte, entende-se que as palavras (o léxico) não são usadas como adesão objetiva e direta às coisas do mundo, como se a produção textual fosse uma reprodução da realidade. Em outros termos, quando os interlocutores introduzem referentes/objetos no desenrolar do texto, não ocorre puramente ativação de uma ontologia pré-textual, que se encontra à disposição dos indivíduos para o momento em que se propõem a produzir textos.

A relação palavra-mundo é estabelecida discursivamente no sentido de as coisas do

mundo serem o ponto de partida e a motivação para a produção textual, sem que ela, contudo, diga respeito a qualquer relação estável ou única. O que ocorre é uma relação referencial instável e múltipla, sobretudo devido ao papel que assume o indivíduo-falante nas relações sociais, à visão que eles têm do mundo, às alterações, por exemplo, físico-químicas que os objetos do mundo sofrem. Mas esse indivíduo, como bem observam Mondada e Dubois (2003, p.20), também “constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias – notadamente às categorias manifestadas no discurso”, dando, desse modo, via discurso, estabilidade e organização ao mundo da realidade, extratextual. Isto é, esse processo duplo – de instabilidade e estabilidade – acontece conforme a concepção de mundo e o trabalho discursivo dos interlocutores.

Essa instabilidade referencial em relação ao mundo pode ser entendida como a instabilidade das coisas em relação à produção textual. Em outras palavras, o mundo que serve de base para o texto (especificamente para a referência) altera-se constantemente, causando reflexo no léxico, nas denominações/expressões lingüísticas. Exemplos de que os objetos do mundo se modificam são alterações de ordem dos fenômenos naturais, o sucateamento e desgaste de máquinas e produtos industrializados em geral, o processo natural de envelhecimento do ser humano, a invenção de “novos” produtos de uso pessoal ou industrial. Não apenas os objetos em si modificam-se ou surgem, mas também as categorias que os agrupam. Ou seja, o objeto modificado pode mudar de categoria/grupo, pode proporcionar a criação de nova categoria, o novo objeto recém-inventado pode concomitantemente criar nova categoria ou se submeter a alguma categoria já estabelecida socialmente. Contribui ainda para o fenômeno da instabilidade o desaparecimento (“morte”, não mais produção) de objetos/eventos antes referidos na sociedade, enquanto a denominação que o designava se mantém como elemento lingüístico. Com esse desaparecimento, por vezes, desaparece também toda a categoria/grupo, mas não necessariamente.

Assim que determinado grupo de indivíduos se dá conta da modificação ou surgimento do objeto/evento do mundo ocorre simultaneamente a denominação lingüística “nova”, categorizando-o, dando sempre ao objeto uma versão pública, integrando-o ao conhecimento compartilhado, mesmo que esse processo (lingüístico-semântico) seja marcado por controvérsias. Essa agilidade perceptiva dos indivíduos gera estabilidade (o processo de categorização também contribui para essa estabilidade) na relação entre palavras e coisas (não se trata aqui de etiquetagem das coisas), embora os “mesmos” objetos/eventos continuem sofrendo as “mesmas” alterações. Isto é, essas alterações integram também a situação de estabilidade criada. As indicações aqui são de que apenas um estudo diacrônico possibilitaria

identificar esse tipo de fenômeno (instabilidade-estabilidade referencial gerada a partir do mundo extralingüístico e extramental) que se apresenta como alterações dos objetos ao longo de anos, décadas, séculos. Essa não é a proposta assumida neste estudo.

Sobre a importância de negar os referentes como objetos do mundo e compreendê-los como objetos construídos no âmbito do texto, é pertinente distinguir *referente* como *objeto do mundo* e *referente* como *objeto do discurso*. O primeiro pressupõe um processo de cartografia perfeita e de etiquetagem do texto para com as coisas do mundo. Em outras palavras, tanto as coisas quanto a categoria que as agrupam estariam previamente à disposição dos indivíduos para serem introduzidas no texto, e esses as assumiriam como tais. Essa concepção de referentes/objetos (e seu agrupamento) é assumida pelo senso comum, o que não significa que se deva assumir posição semelhante ao se propor a investigar dados de um *corpus* que se caracteriza como discurso cotidiano/comum, como é o caso neste estudo. O segundo (*objeto de discurso*), por outro lado, diz respeito a uma construção discursiva dos referentes, de forma situada contextualmente, única, na produção da fala, no momento do diálogo, diz respeito à instabilidade das entidades lingüísticas em relação ao mundo da realidade, mas também devido à carga semântico-referencial com que são empregadas, diz respeito à plasticidade dos objetos referidos, à alteração dos objetos ao longo do texto, ao trabalho cognitivo dos interlocutores: são esses objetos discursivos que os itens lexicais vão designar e não propriamente algo localizado fora da mente e do texto, como bem atentam Koch e Marcuschi (1998, p.175). O mundo extralingüístico, extramental, da realidade, da experiência existe *aprioristicamente*, mas não é a esse mundo que as palavras do texto fazem referência, conforme a concepção de *objeto de discurso*. O processo referencial assim entendido não implica ignorar o mundo extratextual e pré-existente, muito pelo contrário, pois elementos desse mundo são, em parte, a motivação para a interação verbal, para a produção textual; além disso, eles constituem o contexto situacional que envolve os interlocutores e o uso das palavras. Como já falado anteriormente, esse mundo é o ponto de partida para a construção de entidades/objetos no âmbito do texto.

Essa postura é fomentada por Marcuschi (1999b, p.15) ao assegurar que, “por certo, os conceitos ou as entidades elaboradas no texto não são fantasias nem surgem do nada e é justamente por isso que podem ter uma relação com o mundo extramente, o mundo da experiência direta”. Suas palavras sugerem que os conceitos (entendidos como significados) projetados no discurso estão em sintonia com os objetos e eventos do mundo: relação que diz respeito ao conceito estereotípico dos itens lexicais, e que, portanto, reitera a postura de Milner (2003) sobre a significação apresentadas na seção 1.2. Além disso, as palavras de

Marcuschi enfatizam o que se tenta expor na presente seção: os objetos de discurso (entidades elaboradas no texto) não são isentos de fatores extradiscursivos, sociais, relativos ao conhecimento de mundo e à experiência dos indivíduos.

Outra maneira de examinar a relação texto e mundo talvez seja reconhecendo que o primeiro forneça uma espécie de “resposta” ao segundo. O texto é constituído em função do mundo e das relações sociais, no sentido de os interlocutores repensarem, (re)organizarem e darem sentido à realidade, sem que a atividade textual (e referencial) implique um compromisso com o mundo ou uma retratação de seus objetos. O mundo fornece elementos concretos para a construção do texto e, com textos, com a carga semântico-referencial atribuída aos itens lexicais, com a construção de objetos de discurso, com as categorias organizadas discursivamente, os indivíduos “discretizam” e (re)organizam o mundo da realidade, seja como trabalho individual ou coletivo. Com textos, os interlocutores (re)constroem e representam “mundos possíveis”, lingüística e cognitivamente dependentes, a partir, por exemplo, do conhecimento e experiência de mundo que compartilham. Em síntese, o processo textual, especialmente no que tange à referenciação, de certa maneira fornece *feedback* ao mundo da realidade.

Essa perspectiva de abordagem da referência orienta-se pelo trabalho de Mondada e Dubois (2003, p.20), para quem

a referenciação não diz respeito a uma “relação de representação das coisas ou dos estados de coisas, mas a uma relação entre o texto e a parte não-lingüística da prática em que ele é produzido e interpretado” (Rastier, 1994, p.19)¹⁶. Estas práticas não são imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal, solitário face ao mundo, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo.

Trata-se de um argumento presente também em Mondada (1997), e assumido, entre outros estudos, em Koch e Marcuschi (1998), Costa (2001, 2002), Marcuschi e Koch (2002), e Koch (2002).

Considerar que os objetos/referentes são entidades inseridas, negociadas na relação falante-ouvinte, manipuladas e configuradas discursivamente não significa que a participação dos interlocutores seja “desvairada” ou que a referenciação seja uma panacéia ou que os referentes se originem da liberdade subjetiva dos indivíduos; pelo contrário, o processo de

¹⁶ RASTIER, F. *Interprétation et compréhension*. In: Rastier, F.; Cavazza, M.; Abeillé, A. “Sémantique pour l'analyse: de la linguistique à l'informatique”. Paris: Masson. 1994.

referenciação é organizado, ordenado, coerente no espaço de dado texto. Os referentes e categorias são introduzidos textualmente e se adaptam à situação discursiva a partir do conhecimento de língua e de mundo, do ponto de vista e valores axiológicos que os interlocutores possuem sobre as entidades (objetos, eventos, indivíduos) designadas no decorrer da fala/texto.¹⁷

A preocupação na seção seguinte é acerca desses aspectos que incidem sobre o referente, particularmente a categorização, a construção de categorias. Entende-se que a possibilidade de se poder referir um objeto a partir de qualquer uma de suas propriedades (fato que diz respeito à categorização) condiz com a avaliação ou ponto de vista que o falante emite – ainda que seu ponto de vista corresponda ao de determinado grupo social, instituição – sobre esse objeto, pois em ambos os casos (categorização e avaliação/ponto de vista) trata-se de escolhas feitas pelos sujeitos. Em outras palavras, a princípio, ao referir, ao ativar e reativar determinado referente os interlocutores, podem estar inserindo na progressão referencial um ponto de vista particular, único, subjetivo, situado contextualmente. Entende-se aqui que um ou outro ponto de vista é sempre projetado pelas formas lingüísticas empregadas – sobretudo as nominais – para referir os objetos. Fazer observações dessa ordem significa ter como foco de atenção os elementos formais empregados na construção de objeto de discurso, componentes da progressão referencial constituída no desenrolar da fala cotidiana.

1.3.2 (Re)Categorização: (re)focalizando o referente por suas propriedades

A perspectiva discursiva assumida ao refletir o processo de referenciação é também assumida para examinar o processo de categorização. Referenciação e categorização são dois processos que se cruzam e se integram na progressão referencial ao longo do texto. Junta-se a esses processos um outro de ordem estereotípica: o de *significação*, o de *referência virtual*

¹⁷ Em respeito à negociação/cooperação de falante e ouvinte, parece que ela integra a construção de um *objeto de discurso* implícita ou explicitamente. A cooperação implícita parece ocorrer quando o ouvinte aceita que o falante conduza livremente o texto e construa os referentes que deseja. Ainda sobre essa cooperação pode-se citar o conhecimento de língua, de mundo e de contexto situacional os quais, a princípio, os interlocutores compartilham; esses conhecimentos podem ser relevantes para a atividade referencial. Exemplo de cooperação explícita é quando o ouvinte, inserindo diferentes expressões referenciais, corrige, redireciona, complementa, reitera a construção referencial conduzida pelo falante. Desse modo, a construção de referentes pode ser entendida como atividade em que há cooperação. Ainda sobre a *cooperação*, postula-se que inerente ao texto há um exercício de checagem conforme o qual o falante verifica implicitamente com o ouvinte a construção de referentes; exercício que merece uma análise acurada antes de qualquer conclusão, que não se realiza no presente estudo.

nos termos de Milner (2003), de modo particular no que diz respeito às propriedades, ações, atributos dos objetos designados. Essa postura é, de certo modo, fomentada por Ilari (2001b, p.92), ao observar que

Nos textos de que nos valem no dia-a-dia, não só é comum que se faça um uso polissêmico das palavras (por exemplo, um livro pode ser qualificado sucessivamente como encadernado – o que remete ao objeto físico ou a um tipo de edição, ou como difícil – o que remete mais provavelmente a seu conteúdo, ou como difícil de achar – o que pode ser ambíguo) mas ainda é normal que aspectos distintos de uma mesma realidade sejam tratados ora como iguais ora como distintos.

Uma vez que a *significação* foi exposta na seção 1.2, aqui ela é lembrada no sentido de enfatizar que as propriedades ativadas por dado item lexical, as propriedades do objeto designado pertinentes ao processo de significação são entendidas, no presente estudo, como sendo as mesmas ativadas no processo de *categorização*. Noutros termos, a postura aqui é a de que a *categorização* apóia-se no conceito semântico (na *referência virtual*, conforme Milner) dos itens lexicais.

Inicialmente, pode-se indagar o que é uma categoria. Categoria é um grupo de objetos, indivíduos, eventos agrupados a partir de uma propriedade, atributo, condição ou atividade comum a todos. Uma noção básica de categoria é identificada nas palavras de Lyons (1980, p.129): “por classe”¹⁸ [...] entende-se qualquer colecção de indivíduos independentemente do princípio que permitiu juntá-los como membros dessa classe”. Por exemplo, *os livros de capa azul* (categoria A) e *os livros sobre a mesa x* (categoria B), sendo que: para o agrupamento de A orienta-se pela propriedade/princípio que diz respeito à cor da capa dos livros, enquanto para B pela propriedade/princípio que diz respeito à localização de determinados livros. Considerando a hipótese de que os sujeitos privilegiam essas propriedades, eles acabam construindo categorias distintas, ainda que B possa estar incluída em A em determinada situação, ou apresentar áreas de intersecções.

Talvez essa noção de categoria aponte para uma postura reducionista do processo de categorização, que se volta para o agrupamento de objetos no mundo, mas antes que questionar esse aparente problema, aqui reconhece que essa noção expressa o princípio elementar de agrupamento e organização de objetos. A partir de tal princípio pode formular-se o conceito de categoria (e de categorização) a ser usado neste estudo, voltando-se para o

¹⁸ A denominação *classe* empregada por Lyons é tomada aqui como sinônimo de *categoria*, denominação preferida neste estudo.

agrupamento de objetos dentro do texto, de modo a considerar como integrantes desse conceito aspectos e procedimentos discursivos, cognitivos, sociais, lingüísticos, interacionais.

Quanto ao processo de categorização, ele é heterogêneo e pode ser observado de forma diferenciada. Parece que ele assume essencialmente quatro papéis na progressão referencial, os quais são expostos a seguir.

- a) na introdução (e identificação referencial) de um objeto no texto/fala, há escolha de uma de suas propriedades/atividades. Isto é, a presença desse objeto no discurso implica que uma de suas propriedades está sendo eleita;
- b) na reativação/retomada de um objeto, ocorre escolha de uma propriedade diferente da eleita em sua introdução. Nesse caso, o objeto é designado sob nova categoria;
- c) pode ocorrer agrupamento de vários membros (objetos, indivíduos, eventos) a partir de uma propriedade que eles possuam em comum, a qual serve de orientação para esse agrupamento;
- d) pode ocorrer inclusão de novo membro em categoria já inserida no texto, dada uma de suas propriedades ser comum aos demais membros. A propriedade comum pode ser atribuída e reconhecida pela comunidade ou apenas pelo falante (nesse caso, tida como “inérita”).

Deve-se ter em conta que as propriedades/atributos/atividades do objeto que orientam sua categorização podem ser da natureza física do próprio objeto, de natureza social devido ao tratamento dado ao objeto pela comunidade, de natureza subjetiva e cognitiva devido à possibilidade que têm os interlocutores de “lapidarem” os objetos na interação verbal. Tal diversidade contribui para a afirmação de que as categorias não são dadas *a priori*, mas construídas no desenvolvimento do discurso, imersas na prática social de um grupo de sujeitos, dependentes do “olhar” dos indivíduos sobre a realidade física e social, dependentes de uma prática pessoal que reconheça e eleja determinada propriedade do objeto para categorização.

Apoiando-se em Sacks (1972a, 1972b)¹⁹, Mondada (1997) chama a atenção para uma forma de ver as categorias pelo comportamento discursivo dos interlocutores, isto é, a autora sugere que se observe “como” os interlocutores recorrem a determinada categoria e não a outras (também “boas”) ao tratarem os objetos/referentes no texto. Em linhas gerais,

¹⁹ SACKS, H. *An initial investigation of the usability of conversational data for doing sociology*. In: SUDNOW, D. (ed.) “Studies in social interaction”. New York: Free Press, pp.31-74. 1972a.

SACKS, H. *On the analyzability of stories by children*. In: GUMPERZ, J.J. e HYMES, D. (ed.). “Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication”. New York: Rinehart & Winston, pp.325-45. 1972b.

certamente o falante elege uma das propriedades possíveis (o que resulta em categorização), porque ela lhe faculta referir o objeto de maneira conveniente e pertinente conforme dada situação de fala. Em perspectiva teórica, a questão se volta para o fato de que um objeto/evento pode ser categorizado de diferentes maneiras, a partir de qualquer uma de suas propriedades, conforme a intenção e o ponto de vista dos indivíduos, a afinidade entre eles, o contexto situacional, a “resolução” que se busca com a interação verbal: em síntese, esse processo acontece discursivamente por critérios de organização do texto. Conforme Mondada (1997, p.298), “as categorias se estruturam num dispositivo [...] que compreende coleções de categorias de pertencimento e regras de aplicação dessas categorias²⁰.”

Há interesse aqui por essas regras: elas se mostram como um recurso – organizador – que orienta a construção de categorias (e a escolha de propriedades de um objeto). Elas, de certo modo, estruturam as categorias. Nas palavras de Mondada (1997, p.299), a “*regra de economia* demonstra o fato de que, apesar de um membro poder ser categorizado por várias categorias ao mesmo tempo, uma única é suficiente” ao discurso, ou, para que o referente se faça presente no texto. Por sua vez, a “*regra de consistência* diz que se um primeiro membro foi categorizado por um dispositivo, então outros membros da população podem ser categorizados pelo mesmo dispositivo”.²¹ Observe-se que, com a *regra de economia*, categorizar um membro é orientar-se pela escolha de propriedade eleita pelo e no discurso, pelo ponto de vista do falante, pelo contexto, pela relevância sociocultural, pela adequação ao texto; por outro lado, com o que propõe a *regra de consistência*, um novo membro não é categorizado pelas suas propriedades/ações em si, mas pela propriedade/ação privilegiada pela categoria que o acolhe. Com que a *regra de consistência*, a progressão referencial se

²⁰ A coleção de categorias é um fenômeno não explorado no presente estudo, de modo particular à análise a se desenvolver. Ainda assim, pode observar-se que a constituição de uma coleção ocorre devido à possibilidade que qualquer membro tem de ser categorizado por diferentes categorias. Com isso, cria-se, conseqüentemente, entre elas um vínculo que lhes dá o *status* de coleção de categorias, a qual é entendida como flexível e dinâmica. Esse processo se explica por uma diversidade de situações, por exemplo, quando determinado objeto perde uma de suas propriedades a coleção tende-se também a perder categoria correspondente a tal propriedade; ou, quando determinado objeto ganha nova propriedade/atributo a coleção também ganha nova categoria, a que é correspondente a tal propriedade/atributo. Ou seja, as categorias que compõem uma coleção em torno de certo objeto encontram nesse objeto uma propriedade, atributo ou atividade correspondente. Mesmo que uma coleção de categorias vinculadas abarque grande número de categorias, parece que essa coleção é discursivamente organizada, devido, por exemplo, ao fato de as propriedades comuns ao objeto referido proporcionarem certo imbricamento entre as categorias.

²¹ Embora investir na correlação entre a recategorização e o “dispositivo” mencionado por Mondada possa conduzir a resultados interessantes para o estudo de categoria e seus corolários, ao presente trabalho interessa observar a (re)categorização na progressão referencial, seja a que envolva um só objeto ou que envolva vários. Isso será abordado, não exaustivamente, na seção 1.3.4, na qual o enfoque teórico é o das formas lingüísticas (léxico) que servem à referenciação.

caracteriza pela manutenção da categoria inicialmente instalada, quando da introdução do referente/objeto.

Essas regras dizem respeito especialmente às escolhas feitas pelos interlocutores entre as várias possibilidades ao referir um objeto. Nesse sentido vale enfatizar com Mondada (1997, p.300) que “a atividade categorial não se reduz à atribuição de *labels* [rótulos] estereotipados a indivíduos ou a objetos, mas diz respeito aos métodos utilizados pelos sujeitos para categorizar, descrever, justificar, compreender os fenômenos da vida cotidiana”, cabendo-lhes um trabalho sociocognitivo que se configura nas designações lingüísticas inseridas na superfície do texto, mencionadas/enunciadas na fala.

Em suma, as categorias são lingüística e textualmente organizadas. Mas não são organizadas apenas e simplesmente. Elas também contribuem para a organização de algo. As categorias vinculadas (presentes no texto) “tornam o conhecimento inteligível; elas são também procedimentos genéricos de controle social; elas organizam e limitam a maneira pela qual constrói-se um novo conhecimento”, como bem observa Mondada (p.298). As palavras da autora sugerem que as categorias, e os procedimentos dos interlocutores ao construí-las, podem ser tomados como fundamentais para se pensar a progressão referencial, tendo em conta que essa “cuida” da organização e construção do conhecimento ao longo do texto.

No âmbito do discurso, embora a designação ocorra minimamente a partir de uma propriedade/atributo do referente, os interlocutores podem projetar mais de uma categoria a cada designação; por exemplo, podem caracterizar determinado livro como “de contos, de literatura modernista, de publicação brasileira”; ou, um carro como “grande e antigo”. Isso se dá com a possibilidade de reativar o referente livro/carro (designá-lo novamente) a partir da(s) mesma(s) ou de outra(s) propriedade(s). Fala-se aqui em mais de uma categoria a cada designação, mas isso não ocorre necessariamente, pois cada designação pode também projetar apenas uma categoria. Essa dinâmica que submete o mesmo referente a nova(s) categoria(s) denomina-se **recategorização**. Assim, entende-se que a recategorização ocorre quando determinado referente, ao ser reativado, é designado a partir de propriedade(s)/atividade(s) diferente(s) da(s) eleita(s) na designação anterior.

Conforme atentam Mondada e Dubois (2003, p.25), “a ‘mesma’ cena [ou objeto, ou indivíduo] pode [...] ser tematizada diferentemente e pode evoluir – no tempo discursivo e narrativo – focalizando diferentes partes ou aspectos.” Entende-se aqui que focalizar o referente por diferentes aspectos é recategorizá-lo. Para focalizar um ou outro aspecto/atributo do referente (o que pode tratar-se de novo ponto de vista e avaliação sobre o referente) o falante tem como recurso lingüístico os elementos complementares (adjetivo, sintagma

preposicionado, oração relativa) ao nome-núcleo do sintagma nominal²² que serve de designação.

A “manipulação” dos interlocutores sobre os objetos de discurso pode ocorrer ao longo do texto reativando-os sob o mesmo ponto de vista ou reavaliando-os, ou ainda, introduzindo novo referente sob um ponto de vista “estranho” à progressão referencial já desenvolvida e que, portanto, diferencia-se do ponto de vista anterior. Essa dinâmica implica maior ou menor contato com os eventos/objetos sociais na experiência de mundo, avaliação e posição frente a esses eventos/objetos, conhecimento de mundo, opção por determinados elementos lexicais e recursos lingüísticos.

A oscilação ou mudança que sofre o referente devido à visão particularizada dos interlocutores resulta em submeter o referente a uma nova categoria. No processo de produção do texto/fala ocorre uma espécie de concorrência ou disputa por uma ou outra categoria e a progressão referencial acontece no sentido de privilegiar uma categoria em detrimento de outras possíveis do objeto. Em outros termos, “a variação e a concorrência categorial emergem notadamente quando uma cena é vista de diferentes perspectivas, que implicam diferentes categorizações da situação, dos atores e dos fatos”, como bem observam Mondada e Dubois (2003, p.25). Exemplo do que falam as autoras pode ser observado na cadeia referencial constituída de *um comício na praça da matriz*[1] – *o comício mais demorado*[2] – *uma verdadeira palhaçada daquele candidato*[3], em que [1] é categorizado pela propriedade concernente ao local do comício; [2], ao tempo de duração do comício; e [3], ao discurso ou comportamento de determinado candidato.

A instabilidade das expressões/designações lingüísticas (tanto no que concerne à referência ao objeto quanto à sua (re)categorização) não deve ser entendida como dificuldade de comunicação ou puramente desconhecimento dos interlocutores sobre o mundo, sobretudo quando se trata de texto oral – modalidade geralmente permeada por dúvidas, quebra da linearidade sintática, reavaliação, correção, mudanças –, mas deve ser entendida como parte/característica da progressão referencial.

A reflexão desenvolvida aqui focaliza especialmente a construção de um único objeto: à medida que é reativado ele pode ser também recategorizado. Mas a recategorização não se dá apenas na progressão referencial acerca de um referente único, ela ocorre também na progressão que envolve mais de um referente. Nesse caso, embora ocorra reativação do referente-antecedente, há introdução de um referente novo. Exemplo desse tipo de

²² A formação lingüística dos sintagmas nominais será exposta detalhadamente no próximo capítulo.

recategorização se dá quando a relação entre os dois referentes (ou mais de dois) é do tipo parte-todo, associação, hiperonímia, hiponímia, verbo-nome, classe-membro²³. Em outros termos, relações dessa ordem também se constituem como progressão referencial. Por exemplo, um item lexical pode-se referir a *panela* (a partir de sua propriedade que diz respeito ao uso: preparar alimentos de difícil cozimento) e o item subsequente ao *cabo* (a partir de sua propriedade que diz respeito à matéria: plástico) dessa *panela*, e ainda, um outro item referir-se ao *conteúdo* (a partir de sua propriedade que diz respeito ao valor nutritivo: proteína) dessa *panela*. Outro exemplo é quando um item lexical refere-se a um grupo de indivíduos: *catadores de papel* (a partir de sua propriedade que diz respeito à condição financeira: carentes) e outro item refere-se à moradia de tais indivíduos: *umas casinha sem reboco* (a partir de sua propriedade que diz respeito à localização: bairro X).

Observe-se que o processo de categorização que ocorre na progressão referencial acerca de um só referente é bastante semelhante ao processo que ocorre quando a progressão envolve referentes distintos. Uma diferença a se destacar é que, no segundo caso, com a ocorrência de diferentes itens lexicais/nominais e cada qual ativando seu significado particular (seja estabelecendo interseção, inclusão ou disjunção semântica) evidencia-se uma heterogeneidade semântica. Para pensar essa heterogeneidade, pode apoiar-se no estudo de Milner (2003), para quem, em suma, cada forma nominal possui um significado particular. Mas parece que não apenas a diversidade lexical faz projetar uma heterogeneidade semântica, há outros motivos: por exemplo, a designação de referentes novos, com a possibilidade de escolha de propriedades diferenciadas acerca de cada referente. Frente a essas considerações envolvendo progressão referencial e recategorização, pode observar-se com Koch e Marcuschi (1998, p.174) que “a noção de *recategorização* pode ser tomada como uma categoria fundamental para explicar os processos de *heterogeneidade semântica* no processamento textual”. Ou seja, a multiplicidade de significados que em geral constitui os textos, em parte, é oriunda das diferentes propriedades dos objetos ativados e das categorias integrantes do processo de progressão referencial.

²³ Essas relações serão tratadas detalhadamente no próximo capítulo.

1.3.3 Inferenciação: a relevância do implícito

Na produção textual é certo que os interlocutores “jogam” não apenas com informações explícitas cotextualmente, mas também com informações implícitas. Essas últimas são aqui denominadas inferências, e se fazem presentes no texto a partir das informações explícitas veiculadas no texto/fala. Interessa pensar o que de fato as inferências vão preencher, no que diz respeito à referenciação.

A concepção de que as inferências se dão a partir de elementos da superfície textual encontra-se, por exemplo, nas palavras de Koch (1997, p.29-30), para quem

As inferências constituem estratégias cognitivas por meio das quais o ouvinte ou leitor, partindo da informação veiculada pelo texto e levando em conta o contexto (em sentido amplo), constrói novas representações mentais e/ou estabelece uma ponte entre segmentos textuais, ou entre informação explícita e informação não explicitada no texto.

Voltando-se para a interrelação das *inferências* com a *referência*, parece oportuno enfatizar a idéia de que *referir* é realizar um processo no âmbito do discurso. Esse processo, conforme Marcuschi (2000), ocorre também mediante estratégias de inferenciação muito diversificadas. Com essa observação, entende-se que em toda e qualquer atividade referencial e construção de objeto de discurso há certa presença de inferências. Inferir é identificar nas expressões explicitadas no cotexto informações relevantes para preenchimento ou supressão da implicitude e dos “espaços vazios” presentes ao longo do texto. Em outros termos, a inferência, como bem observa Marcuschi (2000, p.27), “corresponde a movimentos discursivos em que certos elementos são tomados para que se chegue a outros. A questão central é que estes elementos tomados no discurso são fatos gerados ao longo do próprio discurso”. Isto é, os *elementos tomados no discurso* podem ser entendidos como expressões lexicais ou como objetos de discurso, e são essas expressões e objetos que vão gerar elementos “preenchedores” de “espaços vazios”. O cotexto instaura as inferências.

A questão a enfatizar aqui é que as inferências preenchem os “espaços vazios” deixados na progressão referencial. Esses “espaços” em geral dizem respeito a propriedades, aspectos e atributos do referente introduzido e construído no texto. Por vezes o “espaço vazio” ocorre devido à ausência de referente: esse caso se dá quando determinado referente não é introduzido por nenhum item lexical, cabendo, assim, identificá-lo, por exemplo, por meio de uma forma verbal (o que se caracterizaria, por exemplo, como *elipse*, *anáfora zero*) ou de itens lexicais que apenas sugerem a presença de tal referente na fala/texto. Desse modo, as

inferências se apresentam como integrantes do processo de progressão referencial, para que se constitua o significado e/ou a referência desejada (ou adequada) num determinado evento comunicativo²⁴.

A implicitude e os “espaços vazios” são integrantes e indissociáveis do texto, são da natureza da fala, conseqüentemente também as informações – as inferências – que vão preenchê-los. Dizer que a implicitude, os “espaços vazios” e as inferências são integrantes do texto se justifica pelo fato de a referência e o significado explicitados com os elementos lingüísticos expressos estarem aquém do significado e da referência desejados. As inferências, portanto, devem ser entendidas como um mecanismo de ordem discursiva inerente à produção textual, porque o texto nunca se constitui apenas por dados explícitos: assertiva válida independentemente da situação discursiva e do tipo de texto/fala, embora possa haver uma variação de graus quanto à necessidade da inferenciação na interpretação de cada texto²⁵.

Decerto, a inferência é uma entidade da ordem da interpretação textual, enquanto os “espaços vazios” são da ordem da produção. Isso não significa que se trata de uma dicotomia ou que se deva dissociar a inferência do processo de produção da oralidade, pelo contrário, porque os indivíduos “jogam” com “espaços vazios” e inferências, ambos simultaneamente.

Quanto à implicitude e aos “espaços vazios” (ou *subespecificação*) inerentes aos textos, talvez sua presença possa ser considerada de modo gradual conforme o tipo de texto ou o tópico/assunto em questão. Por exemplo, na conversação cotidiana são freqüentes casos de subespecificação. Trata-se de um tipo de texto em que a explicitude não é fator crucial de construção de referentes (ou da progressão referencial), certamente porque os interlocutores levam em conta a possibilidade de complementar as aparentes “deficiências” projetadas pelos itens lexicais em geral. Outra razão para a freqüente *subespecificação* talvez seja a relação existente entre o tópico discursivo e o momento histórico da conversação, por exemplo, os fatos narrados ou comentados podem ser recentes e o falante deixar implícitas uma série de informações facilmente recuperáveis pelo ouvinte. Ou ainda, devido ao momento histórico-político os interlocutores julguem que não se devem explicitar determinados dados referenciais. Ou seja, freqüentemente os indivíduos silenciam-se sobre fatos recentes (sobretudo quando esses são de caráter político e/ou militar).

²⁴ A ausência cotextual de propriedades/atributos de um referente relevantes para sua identificação ou a ausência total de item lexical que designe o referente são procedimentos que dizem respeito à *subespecificação referencial*. Esse assunto será explorado no capítulo seguinte, na seção 2.1.1.

²⁵ É provável que as inferências atingidas pelo ouvinte não sejam idênticas às inferidas nem às desejadas pelo falante. A problemática que parece permear essa hipótese, porém, não é objeto de discussão no presente estudo.

Outro trabalho que também trata da inferenciação é o de Shiro (1994), que dá ênfase ao processo de interpretação de textos escritos, em que são feitas inferências a partir de informações explicitadas cotextualmente. Frente a isso, sua abordagem deve ser relativizada ao tentar aplicá-la no presente estudo, em que se coloca em foco não a interpretação de textos, mas o processo de produção da fala cotidiana, particularmente a construção textual dos referentes. Não obstante, uma de suas observações parece pertinente por atentar que “a maneira mais útil, embora calcada de dificuldades, é estudar o processo inferencial como ele ocorre no processamento do texto em vida real, em vez de especular sobre possíveis inferências retiradas de sentenças construídas ou textos produzidos artificialmente” (Shiro, p.168). Suas palavras sugerem que se leve em conta o momento de produção dos textos/entrevistas que compõem o *corpus* do presente estudo, tomando cada fala/entrevista (ainda que excertos da entrevista) como processo vivo veiculado num meio social. Esforços serão despendidos nesse sentido, mesmo sabendo das limitações impostas pela distância temporal e geográfica existente entre a realização das entrevistas e a relação desta pesquisa²⁶.

1.3.4 Mecanismos textuais da progressão referencial

Inicialmente pode-se lembrar da relação de correferência tão importante na concepção de referência de Halliday e Hasan e na de Milner. Conforme o conceito de *referenciação* e a dinâmica inerente à progressão referencial, a correferência não é uma característica crucial e indispensável da relação entre duas ou mais formas lingüísticas que integram uma cadeia referencial/coesiva, mas sim uma característica possível, aceitável e também importante à relação (coesiva, referencial, anafórica). Há dois aspectos a enfatizar aqui, o primeiro é que o referente, ao ser reativado, pode submeter-se a um novo ponto de vista, agregando novas propriedades e/ou perdendo outras, mas mesmo assim mantendo relação correferencial. O segundo aspecto é que a cadeia referencial pode constituir-se por elementos não-correferenciais; nesse caso, a relação entre os eles é de remissão, de associação, do tipo classe-membro, todo-parte. A propósito, a repetição nominal – mesmo os itens lexicais sendo enunciados próximos – não implica necessariamente correferência. Isso porque o mesmo item lexical pode ser empregado com diferentes papéis, principalmente quando ele é de caráter

²⁶ As entrevistas foram realizadas no período de 1990 a 1995 em doze cidades dos três estados da região Sul do Brasil, enquanto esta pesquisa é realizada na cidade de Curitiba, em 2003. A *distância temporal e geográfica* é considerada aqui como obstáculo na tentativa de recuperar informações e referentes subespecificados no desenrolar da produção de cada entrevista.

genérico e possui uma carga semântico-referencial ampla e heterogênea. Além disso, os interlocutores, orientando-se por elementos do contexto situacional, podem atribuir ao léxico um papel e uma carga semântico-referencial particular (e subjetiva) a dado texto, que diferenciaria os itens da repetição quanto à referência. Desse modo, no processo de referenciação, a correferência é apenas uma relação possível entre tantas outras.

Portanto, para se pensar sobre o processo coesivo e referencial precisa-se de suportes teóricos além do conceito de correferência, porque com o conceito de referenciação, o que há é uma diversidade lingüística, de estratégias, de recursos formais, de funções/papéis, na coesão tecida ao longo do texto. Isto é, a princípio os referentes tecem uma rede perpassando todo o texto de maneiras bastante diversas. Acerca disso Costa (2001, p.4) observa que

a sistematização das marcas formais relacionadas à apresentação e retomada dos referentes no discurso dentro de uma forma de ver o texto que incorpore as discussões de Mondada e Dubois tem como consequência a análise de formas de retomada dos referentes textuais para as quais o conceito de correferência é insuficiente.

Frente a esse alerta, para examinar a progressão referencial pela perspectiva lingüístico-formal faz-se necessário lançar mão de alguns conceitos além do de referenciação, são eles: retomada (inclusive não correferencial) e remissão, com os quais pode observar-se a dinamicidade, instabilidade, estabilidade e continuidade (não linear) que caracterizam a progressão referencial, mesmo que à primeira vista a fala/conversa pareça desorganizada e incompleta, sobretudo quando se trata do discurso cotidiano/comum.

A presente reflexão implica que há introdução do referente no texto, que o referente é designado minimamente uma vez. E introduzir o referente significa realizar referenciação. Conforme o que se expôs anteriormente, “*referir* é uma atividade de designação realizável por meio da língua sem implicar uma relação especular língua-mundo” (Koch, 2002, p.84). Ou seja, na perspectiva lingüística, *referir* é mencionar o objeto/evento no texto mediante o uso de uma forma lingüística – seja caracterizada como nominal, verbo-nominal ou pronominal –, considerando esse objeto como entidade do texto, manipulável, dinâmica. Vale enfatizar que o ato de referir, a princípio, não opera sobre um segmento textual (estabelecendo relação metalingüística), mas sim, sobre uma representação, como designação de um objeto, indivíduo, evento. Isso ocorre seja reativando algum referente, seja introduzindo novo referente.

Ao introduzir um referente, sua identificação referencial pode ser dependente ou não de outras formas lexicais pontualizadas no cotexto, localizadas retrospectiva e

prospectivamente. O caso em que o elemento lexical em foco aponta para outro(s) em busca de informação, complemento, apoio referenciais configura-se como remissão, tipo de ocorrência característica da progressão referencial. E “*remeter* é uma atividade de processamento indicial na co-textualidade” (Koch, p.84), permeada por relação de ordem semântica, pragmática, cognitiva, associativa ou de outro tipo. O fato é que a remissão pode ocorrer como simples relação indireta e indicial, podendo-se limitar à introdução do referente (nesse caso o referente não é reativado nem redefinido ao longo do texto) ou então ocorrer reativando um referente introduzido no cotexto retrospectivo. Esse segundo tipo de remissão é recorrente, porque, em geral, o objeto não se limita à sua introdução. Nesse caso, ele é reativado agregando-se ou perdendo propriedades, fragmentando-se e redefinindo-se, de modo que os itens lexicais formam uma cadeia referencial. A relação entre esses itens nem sempre é apenas de remissão, mas pode também ser de retomada.

Quanto à retomada, ela pode ser total ou parcial, e os itens lexicais não estabelecem necessariamente relação de correferência entre si. Uma característica da retomada a se ressaltar é que seu núcleo referencial se mantém. Nas palavras de Koch (2002, p.84): “*retomar* é uma atividade de continuidade de um núcleo referencial, seja numa relação de identidade ou não.” A continuidade desse núcleo não implica que o referente se mantenha estável nem que haja identidade referencial (correferência) entre os itens designadores, embora por vezes ocorra estabilidade e a identidade entre tais itens. Na conversação face a face de caráter cotidiano, por exemplo, há ocorrências em que o núcleo referencial é retomado mas não mantido como núcleo, pois a segunda expressão refere-se a um novo objeto (com novo núcleo referencial). Nesse caso, o núcleo da primeira expressão “transforma-se” em adjetivação, em modificador do novo núcleo referencial da segunda expressão.

Ainda sobre a atividade de remeter e de retomar, pode ressaltar-se com as palavras de Koch (2002, p.84):

A noção de remeter diz respeito a um movimento textual em que se dão relações não necessariamente correferenciais. Assim, o fato de se progredir mediante a atividade de remeter não envolve uma retomada, já que *retomar* é uma atividade particular de remissão que subentende *continuidade referencial*, implicando algum tipo de relação direta, seja de identidade material (caso de correferenciação), seja de não-identidade material (caso da associação).

Essas atividades discursivas – referir, remeter, retomar – pertinentes para examinar a progressão referencial estabelecem entre si determinada relação hierárquica. Conforme Koch

(2002, p.84):

- “. a retomada implica remissão e referenciação;
- . a remissão implica referenciação e não necessariamente retomada;
- . a referenciação não implica remissão pontualizada nem retomada.”

Considera-se aqui que as atividades de *referir*, *remeter* e *retomar*²⁷ são mecanismos intratextuais que facultam o processo de construção de objetos e de progressão referencial. Sabe-se que o referente, uma vez introduzido, pode ser retomado ou remetido por qualquer outra forma lingüística, estabelecendo uma relação clara e explícita. Porém, pode não ocorrer retomada e a relação de remissão ser implícita, vaga, incerta. Nesse caso, entram em cena as inferências – informações projetadas no próprio texto –, o conhecimento de mundo dos interlocutores, as informações de ordem do contexto, para suprirem o papel da remissão (mesmo que em parte). Isso indica que as inferências, o conhecimento de mundo e as informações contextuais se juntam às três atividades acima no processo de construção de objetos e de progressão referencial, mesmo que esses novos fatores tenham papel menor do que *referir*, *remeter* e *retomar*. Vale enfatizar: as inferências, o conhecimento e o contexto preenchem “espaços vazios”, completam dados de referentes subespecificados, eles são entendidos como integrantes do processo referencial.

Essa contribuição do co(n)texto e do conhecimento de mundo, na perspectiva dos interlocutores, diz respeito ao ponto de vista do falante sobre o referente em foco, à inserção histórico-social do referente na realidade dos sujeitos, à presença ou ausência de certos indivíduos (alheios à conversa) na interação de falante-ouvinte, ao ambiente (espaço físico e social) propício para dizer ou não dizer algo, ao ambiente propício para tratar ou não tratar o referente de tal modo. Em outras palavras, a carga semântico-referencial de cada item lexical (o mesmo vale para a progressão referencial) é resolvida e projetada de acordo com as circunstâncias de produção de texto. Subjacente a essa postura há o pressuposto de uma noção de léxico concebido “menos como um dado limitado da *língua* e mais como um material constantemente retrabalhado no e pelo *discurso*” (Mondada, 1997, p.300).

Em linhas gerais, a identificação de referentes pela perspectiva dos elementos lingüísticos (pronominais, nominais e/ou verbais) permite fazer algumas considerações sobre a progressão referencial:

- considerando que a construção do referente se dá ao longo do texto, nos casos em que o

²⁷ As indicações são de que essas atividades podem metodologicamente ser tomadas como *instrumento* de identificação da progressão referencial, e isso, de certo modo, permeará a análise a se desenvolver no quarto capítulo.

referente é ativado por mais de um item lexical (por retomada correferencial), parece ocorrer amálgama/combinção entre as categorias ativadas com cada item lexical no sentido de designar um mesmo objeto de discurso. Isto é, as designações se “somam” na constituição de um único objeto. A esse respeito Mondada e Dubois (2003, p.30) observam que “a referenciação adequada pode ser vista como um processo de construção de um caminho ligando diferentes denominações aproximativas que não são excluídas pela última escolha”. Esse processo mostra que o referente não necessita ser ativado de uma só vez, por uma única expressão, mas que pode ser construído paulatinamente. Quando isso ocorre parece que sempre há uma *referenciação* articulada individualmente em cada item. Nesse caso, o referente pode ser ou não recategorizado quando da inserção de cada item lexical. Deve-se ter em conta ocorrências em que uma expressão referencial, por exemplo, corrige a expressão anterior;

- a referenciação de um elemento lexical pode reativar, corrigir, complementar, retomar ou reorientar a referenciação de outro elemento expresso anteriormente, seja de modo parcial ou integral. Caso seja de modo integral, parece que os elementos envolvidos na interrelação constituem um único *objeto*; caso seja parcialmente, parece que os elementos constituem *objetos* distintos.

Toda a exposição feita até aqui aponta para o fato de que a identificação de cadeias referenciais – mesmo que tenha seu conceito ampliado pelas noções de remissão e inferência – é insuficiente para examinar a progressão referencial que perpassa todo o texto, porque a progressão nem sempre ocorre limitando-se a um referente com formas lingüísticas pontualizadas: há casos em que o referente é construído a partir de uma seqüência de inferências, por exemplo. Além disso, ocorre com freqüência casos em que a progressão de um referente “cruza” com a de outro(s) referente(s) formando uma espécie de *rede referencial progressiva* tecida ao longo de todo o texto, a qual não pode ser explicada a partir do conceito e identificação de cadeias referenciais puramente. A construção dessa *rede* será abordada na seqüência deste estudo. Não obstante essa observação, o conceito de cadeia referencial não é descartado aqui, visto que ele será útil na identificação da referida *rede*.

Para finalizar este capítulo, pode-se relembrar alguns tópicos exposto dando encaminhamento para o capítulo seguinte. Inicialmente apresentou o conceito de *referência* (e de *anáfora correferencial*) proposto por Halliday e Hasan (1976), o qual serviu de ponto de partida para refletir sobre o conceito de *referenciação* defendido por Mondada e Dubois (2003), que norteou toda a exposição teórica. O conceito de anáfora será ampliado no capítulo seguinte, quando o foco são relações anafóricas variadas.

Ao argumentar que as palavras não são etiquetas das coisas do mundo, mostrou-se que referir é designar referentes e modificá-los no âmbito do discurso. Isto é, os referentes são introduzidos e “manipulados” ao longo do texto, por isso denominados *objetos de discurso*. Ao expor sobre as categorias, mostrou-se que a (re)categorização é uma atividade organizada e organizadora inerente ao texto e, a princípio, integrante da progressão referencial. Sobre o processo de inferenciação, no mínimo pode afirmar-se que a progressão tem como elemento integrante e indissociável as inferências. Noutros termos, as informações não explicitadas e identificadas cotextualmente são sempre levadas em conta na produção textual. Com os mecanismos coesivos de retomada e remissão, a construção de objetos de discurso e a progressão referencial ganhou melhor entendimento no sentido de perceber como o processo referencial ocorre.

O conceito de anáfora exposto no início deste capítulo é restrito devido ao fato de limitar-se à relação de retomada correferencial, e serve como ponto de partida para a abordagem ampla que ocupa todo o capítulo subsequente. O tratamento a ser dado à anáfora recupera os componentes e aspectos da referenciação expostos aqui: a (co-)significação, o referente como objeto de discurso, as inferências, a (re)categorização, e os mecanismos coesivos de retomada e remissão como integrantes da progressão referencial.

2. ANÁFORA: ESTRATÉGIAS DE PROGRESSÃO REFERENCIAL

É pouco provável que a progressão referencial possa ser compreendida mediante apenas a noção de anáfora correferencial. A progressão referencial é bem mais ampla do que aquilo de que essa noção pode dar conta. Sua limitação estabelecida pela correferência (identidade referencial) entre formas linguísticas explícitas no cotexto facilita a identificação da relação anafórica, mas não permite um diálogo com a diversidade característica da progressão referencial. Ou seja, a **“definição estrita de anáfora tem a vantagem da controlabilidade do fenômeno, mas a desvantagem da limitação da observação e impossibilidade de explicação de um grande número de referências textuais”**, como bem observa Marcuschi (1998b, p.4, grifo nosso). Consonante com a posição de Marcuschi é a de Ilari (2001b, p.107): o autor atenta que

o caso em que a anáfora veicula correferência não é nem o único possível nem o mais interessante ou instrutivo. É, na melhor das hipóteses, um caso limite, que nos impressiona pela simplicidade, mas por isso mesmo transmite uma impressão de segurança até certo ponto enganosa.

As palavras de ambos os autores apontam para um reducionismo da ‘noção estrita’ de anáfora, que justifica investir em conceitos de anáfora a princípio compatíveis com o conceito de referência/progressão referencial, mesmo que eles apresentem também suas limitações. Isso porque um conceito de anáfora que dialogue com o de referência precisa comportar e prever relações diversas, por exemplo: não-correferenciais, sem retomada de antecedente, orientadas por inferências, com ancoragem no cotexto prospectivo ou em informações difusas, não rigorosamente limitadas às formas linguísticas. Essa diversidade condiz com uma postura de coesão intratextual que não acontece de modo linear e ordenado. A idéia de linearidade parece condizer com a ‘noção estrita’ apenas. Deve-se ter em conta que, ao assumir a coesão textual e a construção de referentes como processo dinâmico e discursivo, não se descarta, porém, o caso em que a correferência integra a relação anafórica, mas sim, considera-se a correferencialidade uma ocorrência possível. Nesse sentido, são pertinentes as palavras de Apothéloz (2003, p.61): “há correferência entre duas expressões sempre que elas designam no discurso o mesmo referente. Se bem que esta situação seja provavelmente um caso limite, a relação de correferência é frequentemente considerada como o protótipo da anáfora”.

A anáfora é um fenômeno discursivo que, dada sua complexidade, não se encontra de todo resolvido. As palavras de Ilari (2001a, p.196), por exemplo, alertam para o fato de que o

debate sobre o fenômeno anafórico está longe de um consenso: “*anáfora* é um título genérico para um emaranhado de problemas”. Frente a isso, a pretensão aqui não vai além de uma tentativa de examinar a progressão referencial por meio de diversas relações anafóricas, e não exatamente buscar solução para os “problemas”. Para tanto, lança-se mão de trabalhos como o de Kleiber, Schnedecker e Ujma (1994), Charolles (1994), Kleiber (1994), Marcuschi (2000, 2001a), Koch (2002), Marcuschi e Koch (2002), Apothéloz e Chanet (2003).

Pode-se retomar o questionamento central deste estudo: como ocorre a progressão referencial na fala cotidiana do tipo entrevista/inquérito, à luz dos conceitos de referenciação e de anáfora? Para compreender a progressão referencial, assume-se duas hipóteses: a primeira é de que a anáfora é um recurso de construção de objetos de discurso, a segunda é de que pela perspectiva teórica da anáfora pode-se identificar a progressão referencial constituída no desenrolar do texto. Isso implica considerar a anáfora na sua diversidade: relação anafórica de diferentes ordens, vários tipos de anáfora na constituição da progressão referencial.

A despeito da relevância atribuída à anáfora neste estudo, ela não é inerente à construção de objetos, dada a possibilidade de certos objetos de discurso serem introduzidos mediante também o uso de recursos lexicais e não serem retomados ou reativados no texto. Tem-se nesse caso um objeto de discurso sem o uso de elementos anafóricos.

Em linhas gerais, pode-se apontar duas utilidades práticas no emprego das anáforas (conforme Haag e Othéro, 2002, p.2), as quais de certo modo dizem respeito à compreensão da progressão referencial:

- recuperar informações, considerando que o elemento anafórico percorre o cotexto na busca de um elemento-fonte (antecedente); e
- introduzir ou reformular informações no sentido de fornecer pistas que auxiliem na construção de sentido global do texto.

Entendem-se aqui *informações* como informações referenciais, como designações de referentes, como ativação e/ou reativação de referentes. Essas *utilidades* com certeza não são excludentes, pois juntas elas integram o fenômeno anafórico em geral. Quanto à primeira, parece que ela diz respeito mais à relação correferencial, enquanto a segunda sugere relações não correferenciais em que não apenas há introdução de novo referente, mas também orientações para a construção de sentido/significado que norteia a unidade-texto. Por certo, tais orientações se dão também pela primeira *utilidade*.

Considerando que o processo referencial e o anafórico são trabalhados no texto de modo simultâneo e por imbricamento, essa questão traz implicitada a idéia de uma progressão referencial-anafórica como processo único. Um pressuposto assumido neste estudo é o de que

essa progressão é um elemento constituinte de textos. ou seja, de certo modo os textos se constroem pela progressão referencial-anafórica. Sobre isso Ilari (2001a, p.196) observa que,

na opinião de muitos estudiosos, a anáfora não é apenas um fenômeno entre outros que acontecem nos textos: é o fenômeno que constitui os textos, garantindo sua coesão. Todo texto seria, nesse sentido, uma espécie de grande “tecido anafórico”.

Suas palavras apóiam a hipótese de que a progressão referencial-anafórica forma uma *rede referencial progressiva* que permeia todo o texto. Essa *rede* será objeto de reflexão no quarto capítulo, quando se desenvolve análise de dados de texto oral do tipo entrevista. No presente capítulo apresenta-se o suporte teórico acerca da anáfora.

2.1 CONTINUUM ANAFÓRICO: AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE ANÁFORA

Vale enfatizar aqui a postura assumida em relação à anáfora: a ‘noção ampla’ comporta as características que delimitam a ‘noção estrita’. O conceito adotado não se opõe simplesmente ao conceito examinado a partir de Halliday e Hasan como também de Milner, mas o incorpora e amplia tanto no aspecto lingüístico-formal quanto no aspecto discursivo-processual. A ‘noção ampla’ é marcada por relações anafóricas que levam em conta, por exemplo, a diversidade das formas lingüísticas (centro das observações a serem realizadas neste estudo), o cotexto e suas informações explícitas ou implícitas, aspectos estereotípicos do léxico, o conhecimento de mundo e de língua armazenado na mente, aspectos cognitivos e discursivos orientadores da progressão referencial. Por vezes, esses fatores se mostram com maior ou menor importância entre si quando na relação anafórica, na referenciação/progressão referencial. Nesse sentido, Marcuschi (2000, p.3) atenta que “a anáfora constitui um sistema de relações semânticas, cognitivas e discursivas no universo textual e não [necessariamente] um caso de relação entre duas entidades identificáveis pontualmente no texto”. A identificação pontual dos itens lexicais é inerente à noção caracterizada pela correfencialidade.

Na sequência, procura-se descrever satisfatoriamente a *anáfora* como importante (senão o principal) recurso de construção de referentes e de progressão referencial, independente de os interlocutores se darem conta de tais processos. Isto é, assumir o fenômeno anafórico como tal é pensar um pouco sobre como os referentes se constroem,

como a progressão referencial ocorre. Além dessa busca de *status* para a anáfora, no desenrolar deste capítulo as considerações teóricas têm o olhar voltado para o *corpus* originário do *VARFUL* – texto oral do tipo entrevista –, no sentido de tentar apresentar aportes teóricos condizentes com oralidade.

O conceito proposto por Marcuschi e Koch (2002, p.45) implica as seguintes proposições, as quais expressam a amplitude do conceito de anáfora:

- a. nem toda anáfora é pronominal;
- b. nem toda anáfora é correferencial;
- c. nem toda anáfora é uma retomada;
- d. nem toda anáfora tem um antecedente explícito no cotexto;
- e. existem anáforas nominais (definidas ou não);
- f. nem toda anáfora nominal é correferencial;
- g. nem toda anáfora é co-significativa.

O uso do termo *anáfora* que Marcuschi e Koch fazem nessas proposições parece estar eivado de certa ambigüidade. Por vezes, seu sentido é de *relação anafórica* (de processo); por vezes, é de *elemento anafórico* (elemento lingüístico) que serve de base para o processo. A diferença causada por tal ambigüidade não aparece apenas nessas proposições ou apenas no trabalho de Marcuschi e Koch, mas sim, permeia todo estudo sobre a anáfora. Por exemplo, empregando o sentido de elemento anafórico, Marcuschi (2001a, p.219) observa que o termo *anáfora* “é usado para designar expressões que, no texto, se reportam a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais (retomando-os ou não), contribuindo assim para a continuidade tópica [temática, de assuntos] e referencial”²⁸. Sobre a mesma questão comenta Apothéloz (2003, p.61): “certos autores só utilizam o termo anáfora para designar as expressões referenciais. Neste sentido restrito do termo, somente os sintagmas nominais utilizados referencialmente são suscetíveis de empregos anafóricos”. Apesar de a ambigüidade apontada não ser problema ao examinar a ‘noção ampla’, na condução deste estudo prefere-se o uso e sentido distintos entre *anáfora* e *elemento anafórico*.

A seguir, no comentário sobre essas proposições talvez ocorra repetição de alguns aspectos componentes da anáfora. Embora corra o risco de ser redundante, ainda assim parece

²⁸ Essas palavras de Marcuschi apontam para uma proximidade entre a progressão referencial e a progressão tópica. A propósito, o próprio autor atenta que, “se a continuidade referencial serve de base para o desenvolvimento de um tópico, a presença de um tópico oferece tão somente as condições possibilitadoras da continuidade referencial, mas não a garante” (1998a, p.1). O presente estudo assume como foco central a anáfora no processo de progressão referencial, mas parece interessante também observar o diálogo existente entre o fenômeno anafórico e a progressão tópica (entendida como a evolução, o desenvolvimento, a progressão do assunto).

útil lançar o olhar sobre cada proposição em busca do que elas implicam, com o intuito de bem compreender o que propõem Marcuschi e Koch.

A **proposição “a”** aponta que os elementos anafóricos podem ser de caráter pronominal, nominal, numeral, verbo-nominal, advérbio-nominal, diferenciando-se, portanto, da ‘noção estrita’ que considera como elemento anafórico apenas o nome ou o pronome. Em geral somente a forma nominal e a pronominal são designadas pelo termo elemento anafórico, mas para um ‘noção ampla’ de anáfora ele designará também o numeral, o nome acompanhado de verbo e o nome acompanhado de advérbio, mesmo que ocorrências desse tipo sejam pouco freqüentes, se comparadas às de forma nominal. Ocorrências com numeral são do tipo *um homem prevenido vale por dois* – exemplo tomado de Milner (2003, p.90) –, em que o numeral *dois* remete a *um homem*. A relação entre os dois itens não é de retomada correferencial, mas o núcleo referencial é reativado por *dois*. Considera-se aqui que a forma verbo-nominal constitui-se de nome acompanhado de oração adjetiva, inserida no texto logo após o nome; e a forma advérbio-nominal (por exemplo, *um animal muito estranho* ou *o prefeito desta cidade*) tem em sua constituição lingüística um item convencionalmente chamado de advérbio, que acompanha o nome-núcleo da forma advérbio-nominal. Em linhas gerais, o termo *elemento anafórico* designa uma forma pronominal ou um sintagma nominal: esse sempre tem como núcleo um nome. Ainda nesta seção comenta-se com mais detalhes a constituição lingüística do elemento anafórico.

Certamente é a **proposição “b”** o ponto extremo para diferenciar a ‘noção estrita’ da ‘noção ampla’. A correferência entre os elementos de uma anáfora deixa de ser imprescindível como concebiam, por exemplo, Halliday e Hasan (1976) e Milner (2003). Além disso, a *anáfora* não implica dois ou mais elementos lexicais pontualizados, que são base para a correferência, pois o antecedente pode não existir no texto. Isto é, a ausência de correferência não descaracteriza a relação anafórica como tal. Portanto, a correferencialidade é um aspecto facultativo da anáfora, independente da formação lingüística do elemento anafórico. As indicações são de que, nos excertos de entrevistas, texto oral ordinário, as anáforas correferenciais são mais recorrentes do que as não correferenciais.

Sobre a **proposição “c”**, enquanto para a ‘noção estrita’ a relação de retomada correferencial é imprescindível, para a ‘noção ampla’ ela é facultativa à relação anafórica. Deve-se ter em conta que *anáfora* e *retomada* são processos distintos e não intercambiáveis. A retomada pode integrar (ou não) a relação anafórica. Pois, enquanto a retomada implica continuidade de núcleo referencial (entendida como reativação do referente já introduzido), ou mesmo que esse núcleo sofra qualquer tipo de alteração (nesse caso, ocorre retomada

parcial), a *anáfora* pode-se efetivar por remissão ou, até mesmo, sem que haja um antecedente explícito, mas sim pistas, informações difusas no cotexto capazes de indicar o referente do elemento anafórico. E ainda, enfatizando aspectos expostos no capítulo anterior: a retomada não deve ser necessariamente correferencial, entendida como uma “ponte rígida” entre elemento anafórico e elemento-fonte (fonte, âncora²⁹), mas deve ser entendida como continuidade do núcleo referencial, como relação direta (seja correferencial ou não) entre dois designadores, permitindo, assim, que, em cada designação, o referente seja ativado com novas propriedades e atributos. Diferente disso são os casos em que o elemento anafórico refere-se à parte do referente retomado (indivíduos, objetos, fatos).

Aspecto crucial da **proposição “d”** é que o elemento anafórico pode não encontrar antecedente explícito no cotexto, e sim, informações difusas, inferências, pistas apenas, mas que possibilitam a construção de seu referente. Em outros termos, a *relação anafórica* pode ocorrer como orientação para construção referencial de determinado item designador, de modo que o elemento anafórico tenha uma construção referencial processada por indução, por um trabalho cognitivo que valoriza as informações co(n)textuais, as inferências e o conhecimento de mundo e de língua. E ainda outra questão: embora se saiba que, em maior ou menor medida, as informações difusas/inferências sempre estão presentes nas relações anafóricas, elas são evidenciadas com essa proposição devido ao fato de a preocupação ser com a anáfora sem um antecedente explícito (seja no cotexto retrospectivo ou prospectivo). Aqui se evidencia também o aspecto posicional dessas informações, isto é, embora haja uma tendência de buscá-las no cotexto retrospectivo, elas podem estar “espalhadas” no cotexto prospectivo.

Conforme a **proposição “e”**, o elemento anafórico pode-se configurar como sintagma nominal que contém como determinante um artigo definido ou indefinido, pronome demonstrativo, adjetivo ou outros determinantes. Importante sobre essa proposição é que freqüentemente se emprega uma forma nominal nova em posição intercambiável com forma pronominal. A propósito, percebe-se aqui diferença radical em relação ao conceito canônico de anáfora: o qual concebia como elemento anafórico preferencialmente a forma pronominal. Com a ampliação desse aspecto lingüístico, a reativação do referente pode ocorrer acrescentando-se ou modificando-se propriedades e valores a seu respeito, pode ocorrer também a introdução de novo referente na progressão referencial mediante o uso de SN, o qual pode trazer em sua constituição determinantes e modificadores que expressem valores

²⁹ No que diz respeito ao processo referencial-anafórico, *âncora* é um termo usado especialmente no conceito de *Anáfora Indireta*, o qual é explorado na seção 2.2.

ainda não conhecidos no texto. Essa dinâmica que ganham o fenômeno anafórico e a progressão referencial com o emprego de diferentes SNs será exposta com detalhes na sequência deste capítulo.

Quanto à **proposição “f”**, é importante observar que o SN em posição de elemento anafórico pode estabelecer relações diversas com a fonte/âncora: pode retomar o antecedente correferencialmente por meio de repetição, sinonímia, paráfrase; pode retomá-lo fragmentando-o; pode estabelecer, por exemplo, relação de associação inserindo referente novo; pode ser também que o SN insira referente novo sem encontrar no cotexto um elemento pontualizado, mas sim, pistas referenciais somente. Com essa diversidade de uso do SN como elemento anafórico e como (re)ativador de referente, imprime-se na progressão referencial aspectos ausentes da ‘noção estrita’, entre eles: o conhecimento de mundo e de língua dos interlocutores, o seu trabalho cognitivo no processamento anafórico-referencial, a valoração da unicidade de cada produção textual, o reconhecimento do ponto de vista que os interlocutores imprimem na progressão referencial e no texto por meio do SN (sobretudo devido a seus determinantes e modificadores).

Acerca da **proposição “g”**, considerando o que foi exposto sobre os conceitos de *significação* e *co-significação* anteriormente, tem-se que: entre SNs correferenciais pode haver relação co-significativa (caso de repetição minimamente do nome-núcleo) ou não (caso de nome-núcleos distintos, sobretudo), visto que a correferência não implica co-significação. Enquanto a correferência se dá como continuidade do núcleo do referente, a “co-significatividade se dá como uma relação léxico-semântica dos elementos lingüísticos que constituem as relações anafóricas”, como observa Marcuschi (1998a, p.7). Co-significação é uma identidade de conceitos, portanto. Quanto à relação entre SN e pronome, compartilha-se a postura de Marcuschi e Koch (2002): não há co-significação, mesmo que ocorra retomada correferencial. Isso, portanto, difere-se da postura de Milner (2003), para quem a anáfora pronominal é co-significativa. No *corpus* do presente estudo, nota-se que a co-significação não é essencial para que SNs estabeleçam anáfora, geralmente empregam-se formas nominais variadas para designar um mesmo referente e, sobretudo para designar referentes distintos, por exemplo, do tipo todo-parte, paráfrase, “sinonímia”. Essa diversidade conduz a pensar na significação: o efeito é de *heterogeneidade semântica*, isso porque cada item nominal possui carga semântico-referencial própria e particular, conforme Milner (2003). Com isso, para que haja uma compreensão textual “adequada” e “satisfatória” torna-se necessário reconhecer como orientação semântico-referencial as informações presentes no cotexto ou as estereotipicamente fixadas no léxico. Isto é, trata-se de um processo mais complexo do que o

que ocorre, por exemplo, em anáforas por repetição correferencial: caso em que a relação se dá no sentido de reativar o referente e o significado de um elemento-fonte, a princípio, próximo do elemento anafórico.

A anáfora pode ser entendida como relação de remissão existente entre elementos diversos do texto (lembrando que a remissão pode ocorrer como retomada). Sobre a importância atribuída à remissão³⁰ atentam Marcuschi e Koch (2002, p.45): “essencial [...] é que a progressão referencial não se dá necessariamente pela retomada, mas sempre por algum tipo de remissão”. Uma vantagem de assumir a perspectiva da remissão é que enfaticamente se vê que a anáfora não é um recurso de textualidade e de progressão referencial que implica correferencialidade ou continuidade linear de referentes, mas que também permite a implicitude, a reorientação, o “abandono”, a fragmentação de objetos de discurso no desenrolar da produção textual.

Quanto à forma lingüística a que o elemento anafórico faz remissão, denomina-se *fonte*, *âncora*, *elemento-fonte*, por razões “naturais”: é na fonte que se encontra um antecedente para ser retomado ou informações pertinentes para a constituição da carga semântico-referencial do elemento anafórico. Isto é, o *elemento anafórico* recorre (por remissão) à fonte explícita ou difusa presente em geral no cotexto retrospectivo³¹.

Especificamente sobre aos elementos formais integrantes da anáfora e da progressão referencial, nota-se que uma forma lingüística (elemento anafórico) remete-se à outra (fonte), estabelecendo, por exemplo, relações do tipo: nome-nome, nome-verbo, nome-orção, pronome-nome, pronome-orção, pronome-pronome, além de casos em que o antecedente não se encontra explicitado no cotexto por determinada forma lingüística.

Tais configurações podem ser ainda apresentadas do seguinte modo (tendo o segundo elemento mencionado como *elemento anafórico*):

SN ← **SN/pro** = um sintagma nominal ou pronome remete a outro sintagma nominal.

O ← **SN/pro** = um sintagma nominal ou pronome remete a uma orção.

SV ← **SN/pro** = um SN ou pronome remete a um sintagma verbal (não a toda a orção).

Fonte difusa ← **SN/Pro** = um pronome ou SN remete a uma fonte difusa (inferências).

³⁰ Parece que a idéia de remissão é que faculta à anáfora caracterizar-se como metonímia, mereonímia, hiponímia, hiperonímia, associação etc. O tratamento a ser dado à anáfora na seqüência leva em conta essas características.

³¹ Uma noção detalhada de *antecedente* é apresentada por Apothéloz (2003, p.57-60).

Pro ← **Pro** = um pronome remete a outro pronome³².

Quanto aos SNs em posição de elemento anafórico, particularmente em português, eles podem apresentar-se com as seguintes configurações:

- a) Nome (nome-núcleo);
- b) Determinante + Nome;
- c) Nome + Modificador(es);
- d) Determinante + Nome + Modificador(es);
- e) Determinante + Modificador(es) + Nome;
- f) Determinante + Modificador(es) + Nome + Modificador(es).

Entende-se *determinante* como artigo definido, artigo indefinido, numeral ou pronome demonstrativo³³; e *modificador* como adjetivo, advérbio, sintagma preposicionado ou oração relativa. Em outros termos, conforme já dito ao comentar a proposição “a” anteriormente, o SN – elemento anafórico – pode ser de caráter nominal, advérbio-nominal, verbo-nominal, numeral (entendendo aqui que o numeral tem valor de nome). Quanto ao emprego da oração relativa como modificador, parece que ela pode conter ou não um referente distinto do designado pelo nome-núcleo. Isso motiva a assumir a seguinte postura no decorrer deste estudo: a oração relativa será considerada modificador, somente se ela não contiver um item nominal nem pronominal que designe objeto distinto do designado pelo nome-núcleo. Caso a oração relativa contenha esse tipo de nome ou pronome, seu referente será classificado de forma autônoma, distinguindo, assim, do referente do nome-núcleo (assim, a princípio, esse nome-núcleo torna-se âncora/elemento-fonte). De qualquer modo, a oração relativa em geral influencia na carga semântico-referencial do nome-núcleo adjetivado por esse oração; essa relação de influência não será desconsiderada na análise a ser desenvolvida.

Observe-se que, para o presente estudo, não se considera o pronome como espécie de SN, em parte devido a sua particularidade de não-autonomia semântica. Isto é, SN envolve forma nominal nova (que introduz referente, mesmo que reative outra forma) e/ou forma nominal repetida (que retoma referente). Desse modo, aqui a categoria SN difere, por

³² Observe-se que a postura aqui é diferente, por exemplo, da de Milner (2003, p.112), para quem “um pronome não pode exercer um papel de antecedente em uma anáfora: não tendo referência virtual [significação] ele não pode determinar nada. Reciprocamente, somente uma unidade lexical especificada pode exercer tal papel.”

³³ Em *Linguística de Texto*, o caso em que o nome-núcleo acompanhado por pronome demonstrativo (sobretudo *esse, este, essa, esta*) faz remissão a algo é frequentemente considerado como *dêixis discursiva/textual*, devido ao fato de o pronome + nome apontarem para algum “objeto” dentro do texto. No presente estudo, porém, não se assume o conceito de dêixis, mas sim, considera-se esse tipo de SN como uma expressão lexical integrante do fenômeno anafórico. Dois trabalhos que assumem e expõem o conceito *dêixis discursiva* são o de Apothéloz (2003) e o de Cavalcante (2001).

exemplo, da representação que tem o SN em diagramas arbóreos, em que uma forma pronominal pode ser classificada como SN.

Pensar a composição lingüística dos SNs é relevante não apenas no que refere ao fenômeno anafórico em si, mas também ao processo de (re)categorização. Por exemplo, o *determinante* e o *modificador* empregados podem ativar determinado(s) aspecto(s) do referente submetendo-o a uma ou a outra categoria. Isso reitera a idéia de que o processo de (re)categorização, exposto no capítulo anterior, também integra o processo anafórico-referencial. E ainda, a escolha do *determinante* e do *modificador* do nome-núcleo parece ser um recurso com que o falante imprime seu ponto de vista, sua (re)avaliação sobre o referente, refocaliza o referente em questão. Por vezes, o(s) modificador(es) corresponde(m) a atributos do referente “espalhados” no cotexto. A junção da (re)categorização e da (re)avaliação com a anáfora é levada em conta por Marcuschi e Koch ao proporem uma série de estratégias anafóricas, as quais são apresentadas a seguir.

2.1.1 Estratégias anafóricas de progressão referencial

Toda a exposição que vem sendo feita aqui é para se pensar a progressão referencial na sua diversidade a partir do conceito ampliado de anáfora, mais especificamente, a partir do conjunto de estratégias propostas por Marcuschi e Koch (2002), e também, de certo modo, por Marcuschi (2001). Antes, porém, de apresentar tais estratégias, parece útil ainda introduzir ou retomar alguns conceitos também inerentes ao processo referencial-anafórico, sobretudo o de *subespecificação referencial*, o qual é exposto a partir de Apothéloz e Chanet (2003) e de Marcuschi (2001a).

A subespecificação concerne à implicitude referencial, a propriedades dos referentes não claramente ativadas. Isto é, a expressão é subespecificada do ponto de vista referencial. Apothéloz e Chanet (p.176) falam de *referência subespecificada*, ou seja, “de um objeto de discurso de contornos parcialmente (e talvez somente provisoriamente) incertos. Tal objeto pode muito bem ser posteriormente especificado”. Suas palavras apontam exatamente para a idéia de progressão referencial: o referente pode ser melhor definido (designado) com o desenrolar do texto.

Conforme Marcuschi (2001a, p.248), “a subespecificação se dá quando não se fornece informação necessária para compreensão de um texto e essa informação é buscada em conhecimentos pessoais ou elementos presentes em outros pontos do texto”. Suas palavras

sugerem que o elemento subespecificado (não explicitado) pode ser aspectos/propriedades de determinado referente como também o referente em si. No primeiro caso, tem-se a inserção do item lexical no texto com “baixa” representação/identificação referencial; enquanto no segundo caso não há inserção do item lexical no texto, por isso a ausência total do referente.

Exemplo de ausência de item lexical/referente ocorre quando, em relação hipo-/hiperonímica, um dos referentes não é explicitado linguisticamente. Assim, cabe identificá-lo (inferi-lo) a partir do referente explícito e/ou inferências instauradas por expressões diversas do cotexto. Em outros termos, o item lexical não é mencionado mas o referente de modo implícito e inferencial se faz presente na progressão referencial. Outro caso de ausência de item lexical ocorre quando o *papel temático*³⁴ de dado verbo não é preenchido, o que parece ser bastante freqüente, sobretudo quando o objeto relativo a tal papel é, na situação de fala ou na concepção dos interlocutores, “irrelevante” à construção referencial e textual. Em ambos os casos – de hipo-/hiperonímia ou papel temático – ocorre elipse, independente da “facilidade” com que se identifica o referente implicitado. Isso indica que ocorrências desse tipo não serão consideradas ao longo do presente estudo (uma vez limitar-se a investigação pelos itens lexicais expressos cotextualmente), salvo quando o referente implicitado funciona como inferência para a construção de outro(s) objeto(s) de discurso.

Em linhas gerais, a subespecificação, contudo, parece não causar quebra, prejuízo ou bloqueio na/da progressão referencial ou na/da continuidade textual, mas sim, ser um aspecto natural à progressão, à continuidade, visto que freqüentemente informações implícitas compõem o processo referencial ao longo do texto. É certo também que determinados componentes textuais devem ser “sempre” explicitados cotextualmente e outros não necessariamente: o que pode ser subespecificado/implicitado surge da interação falante-ouvinte, pois, a princípio, o que ambos sabem não precisa ser dito.

A subespecificação aponta para um outro aspecto do processo referencial-anafórico, trata-se da *inferenciação*, a qual foi apresentada no capítulo anterior. Quando o referente é subespecificado, “entram em cena” as inferências para preencherem o que não foi explicitado por formas lingüísticas: sejam inferências/informações oriundas de expressões que antecedem ou sucedem o elemento anafórico em questão. Nesse sentido valem as palavras de Marcuschi

³⁴ *Papel temático* são papéis determinados pelo item verbal. Os mais comuns, conforme Ilari (2001c, p.131), são “o **agente** (indivíduo que tem a iniciativa da ação, que tem controle sobre a realização da ação); o **alvo** (indivíduo ou objeto diretamente afetado pela ação); o **instrumento** (o objeto de que o agente se serve para praticar a ação); o **beneficiário** (o indivíduo a quem a ação traz proveito ou prejuízo); o **experenciador** (o indivíduo que passa pelo estado psicológico descrito pelo verbo).” A ocorrência anafórica em que se leva em conta o conceito de *papel temático* será tratada na seção 2.2.1. A princípio, *instrumento* é o papel de maior interesse no que tange à anáfora.

(1998b, p.1) ao observar que “a anaforização [é um] procedimento anafórico que exige atividades inferenciais intermediárias retrospectivas e prospectivas para a interpretação”.

Outros conceitos que devem ser lembrados aqui são os de correferência, recategorização e de co-significação, os quais são também necessários para examinar o fenômeno anafórico no texto falado:

correferência: remissão que retoma o referente como sendo o mesmo já introduzido (identidade de referentes); dá-se, no geral, com retomadas por repetição, sinônimos ou designações alternativas para o mesmo referente;

recategorização: remissão a um aspecto co(n)textual antecedente que pode ser tanto um item lexical como uma idéia ou um contexto que opera como espaço informacional (mental) para a inferenciação. Essa remissão pode ou não se caracterizar como uma retomada (parcial, total ou similar), que se realiza por processos fundados numa relação em geral estereotípica, como mostram Kleiber, Schnedecker e Ujma (1994). Uma característica de todas as remissões referenciais que envolvem recategorização é a não-co-significatividade;

co-significação: a relação de co-significatividade se dá como uma relação léxico-semântica dos elementos lingüísticos que constituem as relações anafóricas. (Marcuschi, 1998a, p.6-7)

A exposição ou retomada de alguns conceitos, mesmo que breve, não é gratuita. Eles são componentes do “quadro de estratégias anafóricas” proposto por Marcuschi e Koch (2002, p.50), o qual é tomado aqui com o intuito de compreender como a progressão referencial se dá no texto oral ordinário. Outro objetivo é verificar a hipótese formulada por Marcuschi (1998a): cada tipo de texto emprega preferencialmente determinadas estratégias. Esse “quadro” é reproduzido na página seguinte.

A indicação ??? na última coluna significa que, no caso da estratégia 9, as noções de recategorização, correferenciação e co-significação não são pertinentes para examinar esse tipo de anáfora, no qual não há propriamente uma progressão na relação direta, mas sim uma construção referencial por indução, fundada em inferências. Anteriormente os processos de (re)categorização, (co)referenciação e (co-)significação já foram apresentados de forma suficiente para pensá-los como integrantes da progressão referencial e de relações anafóricas, de modo que na seqüência menção lhes será feita considerando as idéias e aspectos já expostos.

P R O C E S S O S R E F E R E N C I A Ç Ã O	• INDICIALIDADE • EXPLICITUDE		• REFOCALIZAÇÃO • IMPLICITÃO • ASPECTUALIDADE • AVALIAÇÃO • SUBESPECIFICAÇÃO • HIPERESPECIFICAÇÃO					SITUACIONAL OU COTEXTUAL	
	REFERENCIAL ESPECIFICADA		REFERENCIAL INFERIDA					REFERENCIAÇÃO CONSTRUIDA	
	MANUTENÇÃO REFERENCIAL		ALTERAÇÃO REFERENCIAL					INTRODUÇÃO DE REFERENTE	
E S T R A T E G I A R E C O M E N D A Ç Ã O	ANÁFORA NOMINAL (repetição lexical)	ANÁFORA PRONOMINAL (características de correferencialidade)	ANÁFORA NOMINAL (sinônimas paráfrases)	NOMINALIZAÇÃO (deverbal ou não e nome-verbo)	DESCRIÇÃO DEFINIDA (completa incompleta com permuta)	HIPONÍMIA HIPERONÍMIA (relação do tipo classe/membro especificação individuação seleção)	RELAÇÕES INDIRETAS (conceituais associativas intrínsecas)	DEFINIÇÕES EXPLICAÇÕES (procedimentos metalinguísticos)	INDICAÇÃO PRONOMINAL (referenciação induzida)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	não-recategorização		recategorização						
	correferênciação		não-co-significação					???	
	co-significação							???	

Marcuschi e Koch (2002) inserem no “quadro”³⁵ uma característica do processo referencial aparentemente questionável: a *hiperespecificação*. Talvez a hiperespecificação seja o caso em que o processo se dá de modo inverso à subespecificação. Isto é, parece que hiperespecificar um referente é explicitá-lo lingüisticamente, é explicitar seus aspectos e propriedades relevantes ao texto em questão, é reafirmá-lo correferencialmente na progressão referencial. Por uma ótica diferente, também parece que esses procedimentos sobre o referente concernem diretamente à *referenciação especificada*, em que a relação anafórica se configura como estratégias 1 e 2.

Parece que há outra maneira de entender a hiperespecificação. Nesse caso ela não se limitaria às estratégias 1 e 2, porque ocorreria também com o uso de sinonímia ou de paráfrase, as quais explicitam o referente e suas propriedades. Ou ainda, com o uso de hipo-/hiperonímia, em que referentes da relação são explícita e enfaticamente mencionados, não deixando dúvida ou ambigüidade na interpretação referencial. No entanto, essas características parecem dizer respeito a algo especificado, e não hiperespecificado. Frente a essas considerações, a hiperespecificação não será considerada ao longo do presente estudo como aspecto caracterizador de nenhuma estratégia anafórica. Trata-se de uma postura que parece não contrariar a perspectiva teórica dos propositores do “quadro” ou a compreensão do processo referencial no desenrolar do texto. Portanto, menção será feita à subespecificação apenas.

Conforme “quadro”, as estratégias anafóricas podem ter como característica a *aspectualidade*, a qual, a princípio, é identificada pelos modificadores (adjetivo, advérbio,

³⁵ No trabalho de 1998 Marcuschi apresenta um “quadro” semelhante ao que é tomado de Marcuschi e Koch. O “quadro” de Marcuschi e Koch parece ser uma reelaboração do de Marcuschi, além de se aproximar mais claramente de um *continuum* anafórico e de parecer ser mais condizente com o conceito amplo de anáfora. Sobre o “quadro” de Marcuschi, Costa (2002, p.5), por exemplo, comenta que “ao propor uma escala de vários níveis, resultantes da combinação de diferentes características, Marcuschi consegue captar uma característica marcante da progressão referencial nos textos usados no cotidiano: a existência de formas diferentes e complexas de *construção das redes referenciais*. O modelo proposto, entretanto, apresenta dois problemas: para o reconhecimento de cada uma das estratégias propostas, é necessário recorrer a uma complexa combinação entre fatores de diversos tipos; não há uma hierarquização clara entre os fatores propostos.” Não obstante as palavras de Costa, o mérito de Marcuschi mantém-se em Marcuschi e Koch e, a princípio, os problemas apontados por Costa são menores no “quadro” proposto por Marcuschi e Koch, o qual, além disso, de certo modo comporta os conceitos de *Anáfora Direta* e de *Indireta* a serem apresentados na seção 2.2: daí a preferência no presente estudo pelo “quadro” reelaborado em 2002. Ainda sobre a hipótese formulada por Marcuschi e o “quadro” por ele proposto vale dizer que ambos integram o trabalho de Lima (2001) e o de Santos (2001): os quais têm como *corpus* o texto escrito. No de Lima o *corpus* compõe-se por redações de alunos do ensino médio e no de Santos por textos jornalísticos opinativos. Apesar de ambos os trabalhos e o presente estudo não se apoiarem exatamente no mesmo “quadro” e abordarem dados “distintos”, há entre si orientações teóricas bastante semelhantes. Frente a isso, correlações poderiam ser feitas entre os resultados deste estudo e os da pesquisa de Lima e de Santos, avançando, assim, no entendimento do fenômeno referencial-anafórico na fala e escrita. Embora a possibilidade de se realizar tais correlações seja instigante, no presente estudo não ocorre investimento nesse sentido.

sintagma preposicionado ou oração relativa) que acompanham o nome-núcleo de um SN. Entende-se aqui que o ato de aspectualizar o referente ou de imprimir em sua construção novo aspecto são atos que condizem com o processo de (re)categorização, com a refocalização do referente e com o ponto de vista/avaliação que o falante tem sobre o referente. Frente a isso, o termo *aspectualidade* que Marcuschi e Koch mencionam no “quadro” é tratado ao longo do presente estudo como sinônimo de refocalização e de avaliação.

No decorrer desta exposição teórica parece fundamental lançar um olhar sobre o texto oral cotidiano do tipo entrevista/inquérito, no sentido de pensar como cada estratégia é empregada em prol da progressão referencial. Didaticamente, opta-se por conduzir essa exposição orientando-se pelas nove estratégias que integram o “quadro”, comentando os aspectos do processo anafórico. Orientar-se pela sequência das estratégias trata-se de identificar, de certo modo, os elementos formais (constituintes da relação anafórica) paralelamente ao processo que os permeia.

As estratégias apresentadas por Marcuschi e Koch (2002) são as que, a princípio, serão tomadas no sentido de buscar respostas aos objetivos propostos: compreender como se dá a progressão referencial na fala cotidiana, observar a frequência de cada estratégia anafórica no *corpus* em questão e explorar a construção da *rede referencial progressiva*. Frente a isso, propõe-se na sequência apresentar com detalhes cada uma dessas estratégias.

A partir do “quadro” acima, a anáfora pode ser pensada como três blocos: *referenciação especificada*, *referenciação inferencial* e *referenciação construída*. Essa subdivisão retoma grande parte das idéias apresentadas no capítulo anterior e as já expostas no presente capítulo.

A *referenciação especificada* caracteriza-se pela indicialidade e pela explicitude na/da retomada do referente. Por meio do elemento anafórico, o núcleo do referente é reativado de modo a não sofrer alteração substancial, de modo a manter o referente sob a mesma categoria. Isto é, há manutenção do referente e manutenção da categoria (se se quer lançar um olhar sobre a categorização). Nesse tipo de referenciação, em suma, entre o elemento-fonte e o anafórico ocorre progressão referencial caracterizada por retomada correferencial e por co-significação. Com tais características a *referenciação especificada* aponta para o conceito de anáfora de Milner (2003), grosso modo os aspectos teóricos desse autor integram a ‘noção ampla’ exatamente neste bloco. Outra questão sobre esse bloco é que suas estratégias se

localizam em uma das extremidades de um possível *continuum* anafórico.³⁶

a) estratégia 1

Nessa estratégia, o nome-núcleo do elemento-fonte é repetido como nome-núcleo do elemento anafórico, enquanto o(s) determinante(s) e o(s) modificador(es) podem diferenciar-se. Acompanhando a repetição do nome-núcleo há os aspectos de indicialidade, explicitude, correferência e co-significação, os quais, em conjunto, parecem garantir e proporcionar a manutenção e especificação do referente.

A respeito do papel que esse tipo de anáfora exerce como recurso de coesão, Possenti (1988, p.97) observa que “a repetição é, sem dúvida, o mecanismo de correferência que menores problemas causa para a interpretação”. Certamente seria a estratégia 1 a “relação ideal” entre os elementos lexicais da superfície textual, visto que a repetição correferencial pode proporcionar clareza das informações e dos referentes. Porém, a fala cotidiana, em geral, não se faz com manutenção e linearidade referencial. No texto oral, a princípio, as idéias são fragmentadas, os referentes subespecificados, além de a sintaxe da oralidade não ser a rigor condizente com tal linearidade.

Embora no texto-entrevista as formas nominais repetidas (estratégia 1) sejam bastante empregadas como retomada de referentes, parece que os interlocutores não privilegiam a rigor seu emprego em prol da explicitude e clareza na comunicação. Para reativar o mesmo referente parece que eles preferem a forma pronominal, a estratégia 2.³⁷

b) estratégia 2

Aqui, o elemento anafórico sempre é um pronome, que estabelece retomada correferencial com o referente de um SN. Geralmente, na fala cotidiana, o pronome é *ele(s)* ou *ela(s)*, mas pode ocorrer também a forma *o(s)* e *a(s)*. Nesse caso, o processo anafórico e a identificação do referente de *o(s)* e *a(s)* pode se dar de modo diferenciado e não tão simples como, a princípio, ocorre com *ele*, por exemplo³⁸.

³⁶ A idéia de *continuum* anafórico será desenvolvida na seção 2.2.

³⁷ Em linhas gerais, na fala-entrevista, conforme Costa (2000, p.37-39), empregam-se preferencialmente formas nominais repetidas para retomar *referentes inanimados* e formas pronominais para retomar *referentes animados*. No presente estudo, porém, não se faz distinção quanto aos aspectos animado e inanimado do referente.

³⁸ O emprego de *o(s)* e *a(s)* nem sempre corresponde a essa estratégia. Há casos em que o pronome refere-se a objeto distinto do referido pelo elemento-fonte, mas possui o mesmo significado (conforme concepção de Milner). Isso pode ser mostrado pelo exemplo construído por Apothéloz (2003, p.63): *Vou colocar meu carro na garagem. E tu, podes deixá-lo na frente da casa.* Essa relação parece justificar o que diz Milner (2003, p.121): “a relação de anáfora tem por condição necessária e suficiente a [co-significação]”. Esse tipo de anáfora não é previsto no “quadro” proposto por Marcuschi e Koch e, provavelmente, é raro na fala cotidiana, de sorte que ele não integra os suportes teóricos do presente estudo. Numa tentativa de inserir esse tipo de anáfora – pronome o-

Em geral, essa estratégia (particularmente a forma *ele, ela*) é de fácil interpretação e não causa menor problema na produção textual. Uma contribuição para tal facilidade de processamento é o fato de, na fala cotidiana pelo menos, o uso do pronome correferencial ocorrer de preferência quando o elemento-fonte encontra-se relativamente perto. A esse respeito, em *corpus* semelhante ao do presente estudo, Silva (2000, p.195) observa que o uso do pronome se dá, em geral, quando, entre ele e seu antecedente não ocorre nenhum outro elemento de outra cadeia referencial. O que também estaria condicionando o uso do pronome é seu distanciamento do elemento-fonte: “se se pensar em uma escala de proximidade/distância do elemento anafórico em relação a seu antecedente mais próximo, o caso da forma pronominal estabelece maior proximidade e o da forma nominal nova maior distância, estando o da forma nominal repetida entre ambos” (p.203).

Dos três blocos componentes do “quadro”, a *referenciação inferencial* é a mais complexa, isso devido, aparentemente, à diversidade de formas lingüísticas com que a anáfora pode ocorrer, aos aspectos teóricos que lhe são inerentes, como também ao processamento discursivo sobre cada elemento anafórico. Talvez pelos mesmos motivos esse tipo de referenciação quase sempre tem recebido, nas pesquisas recentes em Lingüística de Texto, maior atenção do que a *referenciação especificada*, por exemplo. Parece oportuno atentar para o seguinte: o fato de, nas estratégias 3 a 8, o elemento anafórico quase sempre ser forma nominal pode causar problema no refinamento dessas estratégias.

c) estratégia 3

A estratégia 3 tem como característica principal a relação de “sinonímia” ou paráfrase entre o nome-núcleo do antecedente e o nome-núcleo do elemento anafórico, podendo diversificar seus determinantes e modificadores. O elemento anafórico pode mostrar-se apenas como novo nome-núcleo ou como novo nome-núcleo acrescido de determinantes e modificadores também novos. Esses acréscimos formais podem ser fundamentais na identificação referencial, considerando que devido a eles, em geral, ocorrerem refocalização, aspectualidade e reavaliação do referente. Essa estratégia mostra-se relevante na progressão

lo(s), a-la(s) – no conjunto de estratégias, a possibilidade que parece mais interessante é considerá-la como espécie da estratégia 9, em que o pronome (em geral, *ele, eles*) introduz referente sem antecedente explícito no cotexto. O exemplo tomado de Apothélos é originalmente construído em francês, língua em que o uso do pronome é obrigatório nesse caso, enquanto que, em português, o pronome pode ser suprimido (caso de elipse) e ainda assim a fala ser compreensível tão bem quanto o é com o uso do pronome. Ou seja, em português, o referente é ativado pelo pronome ou por elipse: entende-se aqui que essas duas possibilidades dizem respeito a estratégias anafóricas distintas. Elas não são exploradas no presente estudo.

referencial de um único referente, sobretudo devido ao fato de o elemento anafórico poder ativar novos aspectos do referente, sob novo ponto de vista (com avaliação positiva ou negativa), isto é, a estratégia 3 pode ser um recurso para refocalizar o referente no desenrolar do texto.

Nessa estratégia, a princípio, predomina o caráter léxico-estereotípico³⁹ existente entre os nomes-núcleos dos SNs, mesmo considerando que sempre há uma adequação em dado discurso. Parece que considerar dois diferentes itens lexicais como correferenciais seria o suficiente para lhes dar o *status* de estratégia 3. Quanto à sinonímia – entendida como identidade semântica –, importante considerar que ela não ocorre a rigor, pois itens lexicais distintos não possuem o mesmo significado, conforme Milner (2003).

A princípio essa estratégia pode ocorrer também como metonímia, em que o antecedente/elemento-fonte é reativado por seu “conteúdo”. seu “autor”, de modo a manter o núcleo do referente na progressão referencial.

Por certo esse tipo de anáfora nominal exige dos interlocutores um conhecimento lingüístico e uma atividade cognitivo-discursiva maiores do que o caso de repetição lexical (estratégia 1). Apesar disso, dada a retomada correferencial proporcionada pela relação de sinonímia ou de paráfrase, a identificação do referente na progressão referencial não é complexa ou problemática ou ambígua. Por outro lado, é uma estratégia “menos inferencial” e de mais fácil processamento do que a estratégia 5, por exemplo, na qual os núcleos dos SNs não são sinônimos e as predicções (modificadores) exercem grande papel na referenciação. E ainda, na estratégia 5 a retomada nem sempre é correferencial e, por vezes, elemento anafórico e elemento-fonte referem-se a objetos distintos.

d) estratégia 4

Quanto a essa estratégia, Marcuschi e Koch (2002) empregam o termo *nominalização*, enquanto Cavalcante (2002) e Apothéloz e Chanet (2003), por exemplo, empregam o termo *nomeação*. No presente estudo, porém, ambos são considerados intercambiáveis, usando-os indistintamente. Em outras palavras, ambos os termos designam o *ato de nomear*; além disso, o fenômeno anafórico a que os autores denominam como nominalização/nomeação, é de mesma ordem em todos os trabalhos citados aqui.

³⁹ Sobre os aspectos léxico-estereotípicos e a adequação discursiva das expressões referenciais, em parte, vale a exposição realizada a partir de Milner (2003) no capítulo anterior. Além do exposto, na seção 2.2.2 esse assunto será refocalizado, voltando-se para a subclasse denominada *Anáfora Associativa*.

A partir de Apothéloz e Chanet (2003, p.132), entende-se “como *nomeação* a operação discursiva que consiste em referir-se por meio de um sintagma nominal, a um processo ou estado que foi anteriormente expresso por uma proposição”. A característica principal dessa estratégia consiste no fato de dar a um conjunto de informações (as informações-suporte, nos termos de Apothéloz e Chanet) um estatuto discursivo que até então elas não tinham: um estatuto de referente, de *objeto de discurso*. Vale enfatizar que, a rigor, não se trata de um novo objeto de discurso, pois o núcleo referencial da nomeação implicitamente já se fazia presente nas informações-suporte. Por outro lado, não cabe falar de correferência uma vez que o elemento anafórico é que de fato ativa/designa o referente (processo ou estado) em questão, o elemento anafórico é que “revela” faz emergir o referente.

Nessa estratégia, em geral, o nome empregado é deverbal, mas não necessariamente. Sobre isso Apothéloz e Chanet (2003, p.136-7) observam que “a expressão lexical [...] não é necessariamente um derivado morfológico do verbo empregado na proposição que forneceu as informações-suporte”. Aliás, há casos em que inexiste na língua um nome derivado disponível, necessitando, assim, do emprego de forma supletiva, que cumpre o mesmo papel do nome deverbal. A forma supletiva é entendida como nome não-deverbal, que vai suprir a ausência do nome derivado do verbo. Ainda no que tange ao aspecto lingüístico da nominalização, vale a observação de Marcuschi e Koch (2002, p.40): “tem-se, por vezes, a ausência do determinante, casos em que, em geral, o nome-núcleo vem acompanhado de um modificador, freqüentemente sob a forma de oração relativa ou, em certos casos, seguido (e não antecedido) do demonstrativo”.

Além de projetar no texto um referente que se encontrava totalmente implícito, a diversidade lingüística com que a nomeação pode ocorrer torna-a um mecanismo coesivo particularmente interessante ao estudo da anáfora pelo fato de poder imprimir na progressão referencial aspectos novos. Quer-se lembrar aqui da refocalização, da avaliação positiva ou negativa, da aspectualidade sobre o objeto de discurso que se erige: esses aspectos podem se fazer presentes sobretudo pelos modificadores acompanhantes do nome-núcleo. Uma contribuição nesse sentido são as palavras de Apothéloz (2003, p.72), ao observar que a nomeação “pode dar ao enunciador a oportunidade de manifestar sua subjetividade ou de repetir a de outrem”.

Sobre a recorrência da nominalização no texto oral, observam Marcuschi e Koch (2002, p.34), a estratégia 4 “é mais comum na escrita do que na fala, mas nesta tem um grande poder de síntese e aparece mais em gêneros formais [...]. Contudo, a fala apresenta

muitos casos de nominalizações, inclusive em situações discursivas informais”. Nesse tipo de texto – fala informal – é em que se insere o *corpus* do presente estudo.

Há casos de nomeação em que, entre as informações-suporte e o elemento anafórico, ocorre transformação de um processo específico em um processo genérico. Isto é, o referente do elemento anafórico é genérico em relação ao referente que ele faz emergir das informações-suporte. Para tanto em geral emprega-se um nome não deverbal, mesmo que haja um deverbal disponível na língua.

Interessante observar casos em que ocorre relação hiperonímica⁴⁰ entre o núcleo (caracteristicamente nome não deverbal) da nominalização e as informações-suporte, mesmo que exista disponível na língua um nome deverbal correspondente ao processo/estado. Há razões para que o falante opte por um hiperônimo, e há efeitos na progressão referencial. Apoiando-se em Apothéloz e Chanet (2003) pode-se considerar:

- a) para evitar a repetição entre a base lexical do verbo e a do nome deverbal, principalmente quando próximos no texto, opta-se por um hiperônimo, sem causar prejuízo à progressão referencial. Esse mecanismo é pouco recorrente na fala cotidiana, tipo de texto em que a repetição (deverbal) é muito freqüente;
- b) há casos em que o processo/estado a ser nomeado apresenta certa complexidade, dificultando, assim, a inserção de um nome com carga semântico-referencial explícita e/ou concernente ao item verbal das informações-suporte. Assim, opta-se por um nome semanticamente vago, ou *semanticamente quase nulo*, nos termos de Apothéloz e Chanet (p.163). Exemplos desses nomes são *negócio*, *idéia*, *coisa*⁴¹. Como efeito desse mecanismo/solução acentua-se o uso de predicções (adjetivo, sintagma preposicionado, oração relativa) ativadas sobre o nome, ou seja, as propriedades complementares atribuídas ao referente tornam-se ainda mais importantes e caracterizadoras do referente, pois, uma vez que o nome-núcleo é vago, cabe às predicções expressar a focalização, a aspectualidade e avaliação atribuída ao referente.
- c) há casos em que um hiperônimo reagrupa sob um mesmo lexema (nome) vários processos introduzidos por uma sucessão ou coordenação de proposições, operando, assim, uma globalização (sumarização) de informações em um só objeto de discurso.

⁴⁰ O conceito de hiperonímia será apresentado a seguir, ao falar da estratégia 6. Grosso modo, hiperonímia é o uso de um termo superordenado em relação ao processo/estado.

⁴¹ Apothéloz e Chanet (p.163) observam que “esta operação apresenta a vantagem suplementar de evitar um recurso a um pronome demonstrativo, solução [...] estigmatizada pela norma, pelo menos na escrita”. Grosso modo, esses autores consideram intercambiáveis o nome-deverbal, a forma supletiva, o nome *semanticamente quase nulo* e o pronome demonstrativo.

Nas palavras de Apothéloz e Chanet (p.165), “parece que este resumo por um hiperônimo é facilitado quando o cotexto anterior já comporta substantivos predicadores: a nomeação pode, então, englobar, sob um referente único, informações transmitidas por uma proposição e objetos designados por SNs deverbais”. Formalmente, o SN pode-se configurar como forma singular ou plural, por exemplo, *este(s) estado(s)*, *os/esses fatos*, *esse(s) processo(s)*, *este(s) elemento(s)*, *a/essa situação*, *as ocorrências*.

As indicações são de que o uso de termo hiperônimo não conduz à expansão do referente na progressão referencial, pois sua delimitação/identificação estará sempre apegada às orientações para a construção do referente presentes nas informações-suporte. Deve-se ter em conta que a hiperonímia tratada aqui não é a mesma da estratégia 6, em que a relação anafórica ocorre entre dois referentes explícitos no cotexto.

e) estratégia 4.1

Essa estratégia, a princípio, não integra o “quadro” proposto por Marcuschi e Koch. Ela é inserida aqui devido a semelhanças estabelecidas com a estratégia anterior no que tange ao elemento-fonte (informações-suporte). Ela não é entendida como espécie de “subestratégia”, como talvez possa parecer.

Ao falar de nomeação, Apothéloz e Chanet (p.134), embora enfatizem o SN como elemento anafórico, consideram que “um pronome demonstrativo pode muito bem executar a mesma operação”. A postura no presente estudo difere da desses autores, aqui se considera o uso do pronome como uma nova estratégia: denominando-a de *pronominalização neutra*. A divergência em relação a Apothéloz e Chanet ocorre devido a aspectos formais e processuais do fenômeno anafórico em questão. No caso típico de nomeação, o núcleo do SN é um nome, que possui carga semântico-referencial condizente com as informações-suporte, e a relação se estabelece no sentido de rotular um conteúdo implicitado. Na *pronominalização neutra* o núcleo é um pronome, desprovido de carga semântico-referencial, incapaz, portanto, de fazer emergir um conteúdo semântico das informações-suporte. Grosso modo, o pronome apenas aponta a existência de um referente.

Exemplo típico de *pronominalização* são os demonstrativos neutros *isso* ou *isto*. O emprego desses pronomes comporta-se como *pronominalização* de um processo/estado implícito em informações-suporte localizadas no cotexto. Em geral, o uso dessa estratégia não conduz a alterações no processo anafórico. Sobre esse uso do pronome, Cavalcante (2001), que compartilha a posição de Apothéloz e Chanet, observa que

uma nomeação pronominal [*pronominalização neutra*], como *isso*, *isto*, tem sempre o estatuto de velha. porque não acrescenta. por sua própria descrição formal, nenhuma informação nova ao discurso. Todavia, exatamente por se tratar de nomeações, que descrevem por erigirem em referentes informações difusas no [cotexto], elas introduzem. por definição, referentes novos no discurso (p.132).

Considerando a hipótese de que *nomeação* e *pronominalização neutra* sejam estratégias intercambiáveis, é pertinente a observação de Apothéloz e Chanet (p.142): “para nomear, o oral cotidiano tende a evitar as soluções lexicais e faz uso abundante de pronome demonstrativo neutro”. Trata-se de uma assertiva que é corroborada pelo *corpus* extraído do *VARISUL*, em que o demonstrativo neutro é recorrente. Sobre isso deve-se ter em conta que a observação no *corpus* não foi exaustiva nem ocorreu no sentido de identificar preferência pelo pronome em detrimento da forma verbal ou supletiva⁴².

Provavelmente, o uso do pronome demonstrativo *o* também se comportaria como estratégia 4.1. Fala-se aqui de construções do tipo “...era *o* que eu queria” e “...é *o* que acontece freqüentemente”. Nesses casos o pronome *o* remeteria a informações-suporte presentes no cotexto retrospectivo. Embora seja pertinente investir nesse tipo de anáfora, sobretudo quando se propõe a lançar um olhar sobre todas as estratégias anafóricas possíveis, o presente estudo não o faz.

f) estratégia 5

Aqui a anáfora se dá entre dois SNs. O uso de um SN na posição de elemento anafórico reativa um referente já conhecido, refocalizando-o a partir de novos aspectos, imprimindo na designação nova avaliação (positiva ou negativa). Essa estratégia implica recategorização do referente, dado o olhar que lhe é lançado a partir de novas propriedades (sejam “inusitadas” ou estereotípicas, mas ainda não apresentadas/ativadas no texto). Isso condiz com a correferencialidade parcial, e não com a integral: a correferencialidade não ocorre a rigor.

Ao utilizar-se de uma *descrição definida*, seleciona-se uma entre as diversas propriedades de um referente, sejam elas de ordem do mundo da experiência, de ordem do contexto situacional, sejam fundadas inferencialmente no cotexto, ou intencionalmente

⁴² Nem o presente estudo nem o de Apothéloz e Chanet (2003) vai em direção de apontar as razões pelas quais, no texto oral cotidiano, o pronome demonstrativo neutro é freqüentemente empregado em situação em que caberia um nome.

atribuídas pelo falante. Ao se mostrar como estratégia anafórica portadora de aspectos discursivos, extralingüísticos e talvez pragmáticos, a *descrição definida* diferencia-se substancialmente da estratégia 3. por exemplo. Essa posição teórica acerca da estratégia 5 encontra apoio nas seguintes palavras de Marcuschi e Koch (2002, p.40-41):

A escolha de determinada descrição definida pode trazer ao leitor/ouvinte informações importantes sobre as opiniões, crenças e atitudes do produtor do texto, auxiliando-o na construção do sentido. Por outro lado, o locutor pode ter o objetivo de, por meio do uso de uma descrição definida, dar a conhecer ao interlocutor, com os mais variados propósitos, propriedades ou fatos relativos ao referente que acredita desconhecidos do parceiro.

Isto é, com a *descrição definida* (entendendo-a como nome-núcleo em geral acompanhado por modificadores) o falante pode enfatizar determinados aspectos e propriedades do referente que ele considera relevante no evento discursivo em questão. Desse modo, a descrição definida não é uma estratégia para simplesmente retomar o referente, mas também para aspectualizar, refocalizar e reavaliá-lo, para recategorizá-lo, para redirecioná-lo enfatizando determinada(s) propriedade(s), para conduzi-lo conforme os interesses do falante (ou interlocutores) em dada interação verbal. Tudo isso acontecendo na quase independência do cotexto, pois cabe ao núcleo do SN e modificadores (sempre novos) expressarem as intenções, o ponto de vista, as “novidades” sobre o referente.

No entanto, pelo fato de a formação lingüística de uma descrição definida ser sempre nova (sem repetição, “sinonímia” ou paráfrase, por exemplo), a relação de remissão com o elemento-fonte pode não se dar explicitamente, mas sim, de modo implícito e mediante inferências. Nesse caso, não ocorre necessariamente manutenção plena do referente, pois ao refocalizá-lo, a tendência é que ele seja redirecionado modificando sua carga semântico-referencial, seja ganhando ou perdendo propriedades.

A estratégia 5 pode ser usada também com o objetivo de introduzir referente novo. Sobre esse tipo de ocorrência postula-se aqui duas possibilidades que, *a priori*, parecem se dar no texto oral cotidiano. Em ambas, entende-se que há retomada não correferencial. A primeira possibilidade tem em conta que o nome-núcleo do elemento anafórico faz retomada ao modificador do elemento-fonte, ou seja a anáfora ocorre transformando o modificador de SNa em núcleo de SNb, de modo que ambos os SNs referem-se a objetos distintos. Ocorrência desse tipo se daria, por exemplo, entre *o gerente daquela loja_i* e *naquela_i de móveis*, ou entre *um copo d'água com alguma fruta_j* e o SN *esse limão_j da cesta*. A segunda possibilidade considera que o elemento anafórico tem como modificador um item lexical que faz retomada

ao nome-núcleo da fonte, ou seja, na relação anafórica o nome-núcleo de SNa é transformado em item modificador de SNb; nesse caso o núcleo de SNb não retoma partes/elementos de SNa. Ocorrência desse tipo é a relação, por exemplo, entre *o governo_x de um estado do sul* e *um prefeito amigo dele_x*, ou entre *um dentista_y recém-formado* e *no consultório que o dentista_y comprou*. Tanto na primeira possibilidade quanto na segunda, os SNs designam referentes distintos.

Duas observações parecem úteis acerca dessas possibilidades: quanto à continuidade de núcleo referencial, aparentemente ela ocorre apenas no caso em que o nome-núcleo transforma-se em modificador, mas trata-se de continuidade deslocada para uma espécie de “papel secundário” do elemento anafórico. A outra observação diz respeito à significação dos SNs: parece grande a probabilidade de haver intersecção semântica entre os SNs, considerando que possivelmente os nomes-núcleos e modificadores envolvidos pertençam a um mesmo campo léxico-semântico. Contudo, sem estabelecerem co-significação, visto que expressões nominais distintas possuem significados também distintos.

g) estratégia 6

Essa estratégia caracteriza-se como relação partitiva e não-correferencial entre dois referentes explícitos no cotexto. Na progressão referencial um referente é apresentado como membro do outro, daí a característica de *alteração referencial* explicitada no “quadro” tomado de Marcuschi e Koch (2002). Seleciona-se de um conjunto determinado indivíduo ou sub-classe. Trata-se particularmente de relação hiponímica ou hiperonímica. No caso de hiponímia o elemento anafórico ativa um referente novo que se mostra como parte de, produto de, atributo de um referente antecedente. No caso de hiperonímia a relação é inversa: o antecedente é parte de, atributo do referente introduzido pelo elemento anafórico. Nessa estratégia é interessante observar que as inferências podem ser um recurso fundamental para a identificação dos referentes e para a relação entre ambos: logo, para a progressão referencial.

Essa estratégia, mesmo que parcialmente, foi tratada por Halliday e Hasan (1976) como espécie de *coesão lexical*, mecanismo coesivo que pode se dar por relação de contigüidade: a qual ocorre entre dois SNs de um mesmo campo semântico, mas sem estabelecer correferência. Por exemplo, relação do tipo todo-parte.

Embora a relação hipo-/hiperonímica entre os referentes possa ocorrer de modo particular em dado texto, deve-se considerar que esse tipo de anáfora por vezes valoriza aspectos estereotípicos do léxico (ou seja, a relação hipo-/hiperonímica entre os nomes-núcleos existe aprioristicamente). Tanto em um caso quanto no outro é crucial perceber a

relação entre os nomes-núcleos dos SNs, e isso parece ser o suficiente para que a progressão referencial ocorra mediante a estratégia 6.

Deve-se ter em conta que o nome-núcleo do elemento anafórico pode estar, implicitamente, expressando reavaliação, refocalização ou enfatizando algum aspecto particular do novo referente, mesmo sabendo que, para imprimir essas características no elemento anafórico, o falante utiliza-se muito freqüentemente do determinante e modificador(es) do nome-núcleo.

Quando da ocorrência hiperonímica, certamente o interesse do falante é manter na progressão referencial, como núcleo, o referente-membro anteriormente designado. Isto é, parece que não é de seu interesse generalizar um referente já especificado. Frente a isso e devido ao fato de o nome-núcleo do elemento anafórico ser hiperonímico e tender à generalização referencial, parece que se utiliza como determinante do nome-núcleo um pronome demonstrativo, o qual enfatiza e mantém em foco o referente-membro anteriormente projetado⁴³.

h) estratégia 7

As relações indiretas conceituais são um tipo de anáfora que se funda, por exemplo, em conhecimentos de mundo armazenados cognitivamente constituindo-se como esquemas, cenários, *scripts*, *frames* (assim, *conceitual* é entendido como construção cognitivo-discursiva). No texto esses conhecimentos, em geral, são ativados por itens lexicais, verbais, informações difusas, os quais dão suporte (servindo-se de âncora) à referenciação de objetos/referentes específicos.

Essa estratégia concerne a expressões nominais que se relacionam por associação com um elemento-fonte no cotexto retrospectivo. Isso caracteriza, grosso modo, tal estratégia como anáfora associativa: o que condiz com os critérios de implicitação, de alteração referencial e de correferencialidade.

A estratégia 7, porém, não se restringe à relação conceitual ou associativa. Esse tipo de relação é apenas um entre outros que residem sob a denominação *relações indiretas*. Uma exposição detalhada acerca dessa estratégia será realizada na seção 2.2, em que o foco

⁴³ Sobre ocorrências desse tipo no texto escrito argumentam Apothéloz e Chanet (2003, p.162): “Uma das razões mais comuns do emprego de uma denominação anafórica hiperonímica é a pressão exercida pela norma, a qual proscree (*sic*), na escrita, a repetição à curta distância de uma mesma palavra. A escolha de um termo superordenado (hiperônimo) constitui, assim, uma das soluções que permitem evitar a repetição.” Esse critério a que submete o autor de dada escrita deve ser relativizado com o tipo de escrita/texto e com os critérios de (in)formalidade assumidos em cada situação comunicativa: questão que merece investigação detalhada, e que foge dos propósitos do presente estudo.

principal é dada à *Anáfora Indireta* (AI).

Quanto a uma possível correlação entre estratégia 7 e AI, deve-se ter em conta que o conceito de AI não se limita a 7 ou a seus critérios de alteração referencial, implicitude, recategorização, por exemplo. O conceito de AI é bem mais amplo e complexo do que essa estratégia. AI envolve diferentes tipos de relação anafórica, que pode ser de base léxico-semântica, cognitiva-conceitual, inferencial-textual. Essa diversidade implica, entre outras questões, que o elemento anafórico pode ter formação linguística diversa, a ponto de envolver todos os tipos de elementos anafóricos apresentados às páginas 54 e 55. Isso porque, como se verá na seção 2.2, a AI envolve nuances linguísticas, processuais e conceituais que não só dizem respeito à estratégia 7, mas também a outras estratégias. Investigar seus detalhes pode ser um procedimento que refine ainda mais o entendimento sobre a ‘noção ampla’ de anáfora e todo o “quadro” de estratégias proposto. Desse modo, a atenção dedicada na seção 2.2 à AI vai no sentido de expandir a discussão por várias estratégias.

i) estratégia 8

Nessa estratégia, o elemento anafórico nomeia, refere-se a alguma parte do texto. Seu referente não é um objeto, indivíduo ou evento, como nas demais estratégias. Em outras palavras, essa estratégia parece ser a única em que o elemento anafórico refere-se a seu antecedente, isso devido exatamente ao fato de ela ser de caráter metalingüístico. Ocorre aqui, portanto, caso singular, visto que em geral o elemento anafórico remete ou retoma um antecedente, mas não o refere ou designa.

Ilari (2001b, p.93, grifo do autor), ao negar a anáfora como relação exclusivamente correferencial, argumenta a favor de que a estratégia 8 é uma relação anafórica:

Se pensarmos a anáfora como correferência, e a correferência como uma relação que se estabelece entre expressões que remetem a objetos, torna-se impossível tratar de relações anafóricas em que o antecedente é um predicado, ou uma oração, ou mesmo uma porção mais ou menos determinada de um texto.

Para Apothéloz e Chanet (2003), por exemplo, a estratégia 8 é um tipo de *nomeação anafórica*, embora os próprios autores enfatizem que há certa diferença entre os critérios dessa estratégia e os da 4. As expressões características da estratégia 8 “nomeiam, certamente, um processo, mas não aquele que denota um conteúdo proposicional; elas nomeiam o tipo de ato de fala realizado por uma enunciação, e categorizam este ato como *questão*, *conselho*,

pedido, anúncio, preceito, regra etc” (p.161)⁴⁴. Apothéloz e Chanet (p.139) apresentam alguns aspectos para delimitar a expressão anafórica no caso de nomeação do tipo estratégia 8 que devem ser lembrados: “será necessário considerar que operam nomeação anafórica os SNs que apontam para um constituinte da enunciação (por exemplo, para seu valor ilocutório ou perlocutório)”.

Procedimento semelhante é o de Conte (2003), ao tratar do *encapsulamento anafórico*: denominação grosso modo correspondente à *nomeação/nominalização* empregada para estratégia 4. A autora defende que “o encapsulamento anafórico [...] pode também resultar na categorização [...] de atos de fala e de funções argumentativas no discurso” (p.187). Desse modo, encapsulando uma parte do texto (um enunciado) o falante atribui a ela uma força ilocucionária. Em outras palavras, categorizar um enunciado como um ato de fala particular (por exemplo, *conselho, pedido*) produz uma mudança para o nível metalingüístico. Esse tipo de mudança não ocorre com o emprego da estratégia 4.

Um importante estudo que serve de base para exposição sistemática dessa estratégia é o de Francis (2003). Em síntese, para o “mesmo” fenômeno anafórico, Francis (2003), Conte (2003) e Apothéloz e Chanet (2003)⁴⁵ empregam, respectivamente, os seguintes termos: *rotulação, encapsulamento anafórico, nomeação*. Cabe, porém, fazer distinções coerentes ao “quadro” e aos propósitos assumidos como caminho de pesquisa neste estudo. O fenômeno estudado pelos referidos autores corresponde ao que Marcuschi e Koch (2002) tratam como estratégia 4 e estratégia 8. No momento, o interesse não é, a rigor, confrontar diferentes trabalhos, mas sim apresentar suportes teóricos para se pensar e examinar a progressão referencial mediante estratégias anafóricas diversas.

Interessante considerar que, para pensar a estratégia 8, vários nomes, conforme Francis (2003, p.202), “são *metalingüísticos* no sentido de que rotulam uma extensão discursiva como sendo um tipo particular de *linguagem*”. Esses rótulos podem se comportar dentro do texto de modo retrospectivo e/ou prospectivo. Isto é, a *extensão discursiva* rotulada pode se achar antes ou após o nome-rótulo, ou ainda, encontrar-se simultaneamente antes e após. Francis

⁴⁴ Apothéloz e Chanet (2003) não fazem exposição detalhada do conceito e emprego desse tipo de nomeação distinguindo seus componentes, aspectos e constituição. Os autores sugerem que novos estudos sejam realizados, por exemplo, abordando o léxico dessas expressões anafóricas (estratégia 8), a fim de obter indicações curiosas sobre o modo como os usuários da língua categorizam espontaneamente as funções pragmáticas investidas em cada produção textual. Apesar de se tratar de proposta interessante, o presente estudo não a assume como investigação.

⁴⁵ Originalmente, esses trabalhos tiveram a seguinte publicação: Francis (1994), Conte (1996), Apothéloz e Chanet (1997).

(p.203) observa que os rótulos retrospectivos são mais comuns que os prospectivos⁴⁶. Francis atenta também que nem todos os nomes (listados a seguir) ocorrem como núcleos de rótulos prospectivos; vários rotulam apenas parte do texto anterior.

Uma vez que o interesse central do presente estudo é observar o fenômeno anafórico no texto oral, e Francis, por sua vez, dedicar atenção principalmente ao texto escrito, parece interessante reproduzir abaixo apenas parte do conjunto de nomes-rótulos apresentado pela autora. Desse modo, da relação de Francis, cita-se aqueles rótulos a princípio comuns à fala, mas não necessariamente comuns ao *corpus* deste estudo.

Os rótulos metalingüísticos são subdivididos por Francis (2003) em quatro grupos⁴⁷, embora haja uma imbricação entre eles.

Grupo 1: Nomes ilocucionários

São nomes-rótulos de processos verbais, normalmente atos de comunicação: têm tipicamente verbos ilocucionários cognatos. Nomes nucleares deste tipo são: *acusação, aviso, alegação, resposta, apelo, argumento, reivindicação, comentário, queixa, cumprimento, conclusão, opinião, crítica, decisão, descoberta, desculpa, indicação, observação, promessa, proposta, protesto, reconhecimento, recomendação, lembrança, pedido, revelação, declaração, sugestão*.

Grupo 2: Nomes de atividades languageiras

São nomes que se referem a alguns tipos de atividade languageira ou aos resultados disto. São similares aos nomes ilocucionários, mas não têm necessariamente verbos ilocucionários cognatos. Nomes nucleares deste tipo são: *consideração, comparação, critério, debate, defesa, definição, descrição, detalhe, disputa, distinção, exemplo, fórmula, ilustração, ocorrência, linguagem, mensagem, mito, bobagem, comprovação, discussão, história, conversa, tema, julgamento, colocação*.

Grupo 3: Nomes de processos mentais

São nomes que se referem a estados e processos cognitivos e a seus resultados. Incluem rotulação de verbos de processo mental do tipo que são usados para projetar idéias

⁴⁶ A observação de Francis de certo modo serve de argumento para a postura assumida anteriormente em relação à anáfora em geral: de que o elemento anafórico aciona com mais frequência o cotexto retrospectivo do que o prospectivo.

⁴⁷ A nomeação (terminologia) de cada grupo é reproduzida aqui conforme trabalho de Francis (2003).

como *pensar* e *acreditar*, mas nem todos os nomes têm verbos cognatos. Quando esses nomes são usados como núcleo de rótulos, seus referentes já foram expressos pelo item verbal, mas a expressão via verbo não é necessariamente parte do significado do nome. Por exemplo, *interpretação* pode referir-se tanto à teoria particular formulada como um resultado da interpretação, quanto ao processo de interpretação. Nomes nucleares deste tipo são *análise*, *suposição*, *atitude*, *crença*, *conceito*, *convicção*, *dúvida*, *descoberta*, *hipótese*, *idéia*, *insight*, *interpretação*, *conhecimento*, *noção*, *opinião*, *posição*, *princípios*, *suspeita*, *teoria*, *modo de pensar*, *pensamento*, *(ponto de) vista*.

Grupo 4: Nomes de textos⁴⁸

São nomes que se referem à estrutura textual formal do discurso. Não há nenhuma interpretação envolvida: simplesmente rotulam extensões do texto precedente, cujos limites precisos os nomes definem. Nomes nucleares deste tipo são, por exemplo, *frase*, *pergunta* (ortograficamente assinalada), *sentença*, *questão* e *palavras*, que estão no “modo sintático da metalinguagem”, em oposição ao modo semântico. Também incluem nomes como *passagem*, *citação*, *termo*, que, similarmente, referem-se às estruturas formais, embora não sejam unidades sintáticas.

j) estratégia 9

Falar dessa estratégia é falar da ***referenciação construída***.

A forma lingüística do elemento anafórico empregado como estratégia 9 é, em geral, a mesma da estratégia 2: *ele(s)*, *ela(s)*. Porém, enquanto na estratégia 2 é imprescindível um elemento-fonte pontualizado em que a forma pronominal encontra seu referente explicitamente, na estratégia 9 inexistente um referente a ser retomado. Aqui a anáfora consiste na introdução de um referente por meio de um pronome sem antecedente explícito no cotexto. Em outras palavras, nesta estratégia, embora o elemento anafórico pronominal possa estabelecer um elo coesivo com alguma forma lingüística (geralmente nominal), essa apenas fornece orientações para construção referencial do pronome em questão⁴⁹.

⁴⁸ Ou, como preferem Marcuschi e Koch (2002), “nomes metalingüísticos em sentido próprio”.

⁴⁹ Na conversação, porém, são freqüentes casos em que inexistente um SN explícito para ancoragem do pronome (sobretudo *eles*). Isso o coloca sob a dependência de remissão a formas verbais, proposições, informações difusas cotextualmente, contexto situacional, conhecimento de mundo. Nesses casos, por vezes, identifica-se o seu referente; por vezes, apenas um referente possível ou provável. Na perspectiva do analista, quando o cotexto não possibilita a identificação referencial, resta lançar mão, se possível, do conhecimento de mundo e do contexto situacional, os quais provavelmente foram privilegiados pelos interlocutores. Nesse caso, de modo particular no presente estudo, essa identificação seria comprometida dada a distância temporal e geográfica existente entre as entrevistas do *corpus* e este trabalho.

Esse tipo de anáfora, conforme observam Marcuschi e Koch (2002, p.51), “leva a considerar as formas de referência que deixam vaga a procedência dos elos referenciais estabelecidos sob o aspecto da pontualização”, de modo a progressão referencial também se constituir por inferências e informações implícitas.

Sobre o emprego dessa estratégia é crucial que o elemento anafórico seja um pronome introdutor de referente. Isto é, embora o pronome seja de caráter anafórico, não há no cotexto (retrospectivo nem prospectivo) um SN, ou um elemento-fonte de qualquer espécie, que ative seu referente de modo explícito. Desse modo, o referente da forma pronominal é construído por informações difusas, por inferências projetadas e abstraídas do próprio texto. A esse respeito comentam Marcuschi e Koch (p.51): “trata-se de um caso típico de indicição pronominal com introdução de referentes explicitáveis apenas compreensivamente, mas não explicitados discursivamente”.

O aspecto de situacionalidade e de cotextualidade caracterizador e classificatório dessa estratégia parece evidenciar-se com o fato de o pronome (*ela(s)* e *ele(s)* sobretudo) depender de certa carga semântico-referencial presente no cotexto, a qual deve facultar a construção de seu referente. E ainda, em geral essa carga é fornecida por forma nominal, mas nem sempre, pois, por vezes, trata-se de forma verbal. Além da forma linguística, conhecimento de mundo ou informações contextuais (extratextuais) podem integrar o processo. Por fim, cada referente é construído/induzido como tal somente no texto, na progressão referencial em questão, daí se tratar de uma referência situacional, localizada.

Trata-se de um tipo de anáfora bastante freqüente no texto oral⁵⁰, sobretudo no discurso cotidiano. Isso talvez aponte uma característica comum a esse tipo de discurso e a essa estratégia anafórica: em ambos não haveria exigência de explicitude referencial; e uma justificativa é o fato de a oralidade lançar mão do contexto de produção da fala. Além disso, ambos dizem respeito à informalidade (particularmente no *corpus* que se tem aqui) e, em linhas gerais, não seguem orientações da língua padrão-culta, a qual, a princípio, exigiria a inserção de um item lexical como fonte da forma pronominal, especialmente na escrita.

Há ocorrências da estratégia 7 em que o processo ocorre de forma bastante semelhante ao que ocorre em 9, tornando, assim, a forma linguística do elemento anafórico a principal distinção entre ambas as estratégias. Fala-se aqui de casos em que não há um elemento-fonte

⁵⁰ Quanto à relação fala-escrita, a anáfora sem antecedente explícito “é mais rara na escrita e pode ser tida como típica (mas não exclusiva) da fala”, observa Marcuschi (1998a, p.15). As particularidades desse tipo de anáfora, conforme palavras de Marcuschi e Koch (2002, p.53), fazem “com que o divisor entre fala e escrita, no que concerne aos processos de progressão referencial, se dê preferencialmente nesta estratégia”.

pontualizado que orienta explicitamente a construção/identificação referencial do elemento anafórico, não há um elemento-fonte com que o elemento anafórico teria um elo coesivo explicitado. O que há são informações difusas que de certo modo agem em prol da construção do referente ativado pelo elemento anafórico: uma forma nominal na estratégia 7 ou uma forma pronominal na estratégia 9.

Uma vez que a proposta do presente estudo é a de examinar a anáfora como estratégia de construção de referente e de progressão referencial no texto falado cotidiano, cabe atentar para o maior número possível de espécies de anáfora, independente de suas características e de sua frequência nesse tipo de texto. É nesse sentido que na seção seguinte são apresentados os conceitos de *anáfora direta* e de *indireta*. A maior contribuição decerto será com o de *anáfora indireta*.

2.2 ANÁFORAS DIRETA E INDIRETA: RELENDO MARCUSCHI E KOCH (2002)

Marcuschi (2001a)⁵¹ defende que o fenômeno anafórico pode ser pensado sob o conceito de *anáfora direta* (AD) e o de *anáfora indireta* (AI). Esses conceitos conduzem à construção de um *continuum* anafórico que inclui, entre outros aspectos, os de (não)correferencialidade, de pontualidade, de explicitude e implicitude, de inferência. Aliás, aspectos fundamentais na constituição do “quadro” proposto por Marcuschi e Koch (2002). A princípio, tal aproximação permite correlacionar AD e AI com as nove estratégias comentadas anteriormente, embora essa correlação não seja explicitada nos trabalhos citados. E assim pensar um *continuum* anafórico que integre AD e AI às estratégias anafóricas.

A proposta nesta seção é de expor a AD e a AI sempre com o olhar voltado ao “quadro das estratégias anafóricas”, antes que tratar AD e AI de modo independente ou de tentar sobrepor as estratégias anafóricas com as subclasses da AI, por exemplo. Desse modo realiza-se um diálogo entre diferentes tratamentos para o fenômeno anafórico, assumindo a expectativa de que se obterá maior entendimento, clareza e detalhamento sobre a presença e uso de cada uma das estratégias na progressão referencial, sobretudo aquelas caracterizadas por alteração referencial e por não-correferencialidade. Em outros termos, as indicações são

⁵¹ Marcuschi (2001a) faz uma resenha de SCHWARZ, Monika. *Indirekte Anaphern in Texten*. Tübingen: Max Niemeyer. 2000. No presente estudo, ao citar o trabalho de Marcuschi, de certo modo, faz-se remissão ao de Schwarz.

de que o suporte teórico apresentado anteriormente será enriquecido com os conceitos de AD e AI. Portanto, não se propõe a apresentar uma nova concepção de anáfora, o investimento a seguir se dá no sentido de manter como reflexão a ‘noção ampla’.

Inicialmente, pode reiterar-se uma idéia geral sobre o fenômeno anafórico, que de certo modo remete às idéias acerca das estratégias anafóricas. Trata-se das palavras de Marcuschi (2001a, p.220) ao voltar-se para a AD:

Mesmo no caso da *AD* não se requer identidade de significação nem identidade estrita entre anáfora e antecedente. Ao contrário do que se postula, o caso da anáfora correferencial não é paradigmático e o pronome não é uma classe de palavras tipicamente anafórica. Inexiste uma classe de palavras funcionalmente definida como anafórica. Na sua essência, a anáfora é um fenômeno de semântica textual de natureza inferencial e não um simples processo de *clonagem referencial*.

Marcuschi, antes que conceituar AD, aponta para a complexidade do fenômeno anafórico, a qual foi, ao menos de forma parcial, anteriormente mostrada com as particularidades de cada estratégia. O autor parece enfatizar propositalmente a inferenciação, pois, em linhas gerais, considera-se que toda anáfora é inferencial, mesmo que seja de modo e sob condições diferentes, conforme postulam Kleiber, Schnedecker e Ujma (1994, p.32-3). Isto é, independente do tipo de anáfora, ou da classificação a ela atribuída, deve-se atentar que há orientações inferenciais para a progressão referencial, mesmo que a inferência seja pouco perceptível ou pouco relevante. Exemplo disso são as estratégias 1 e 2, em que a explicitude e a correferencialidade são as características principais: em outros termos, a explicitude e a correferencialidade se contrapõem à inferenciação.

Ainda sobre a inferenciação, ao voltar-se para o *continuum* anafórico, torna-se pertinente a seguinte observação de Marcuschi (2001a, p.242): “o movimento de um pólo a outro equivale à integração de conhecimentos por processos cognitivos diversos, destacando-se a inferenciação”. Ou seja, a inferenciação (utilização de inferências e reconhecimento de que elas integram a construção de objetos de discurso) é um processo de ordem cognitivo-discursiva, certamente com maior presença nas AIs que nas ADs, e que de fato precisa ser levado em conta quando se quer examinar o processo referencial constituinte e “permeador” do texto. Não obstante, identificá-la pode não ser tarefa fácil, pois não há correspondência clara/visível entre, por exemplo, o tipo de forma lingüística do elemento anafórico (ou a estratégia anafórica) e a “espécie” de inferenciação. Parece que se deve ter em mente que ela pode ocorrer de diferentes modos: mediante itens lexicais do cotexto, mediante remissão ao

contexto situacional, mediante conhecimento de mundo prévio. A importância das inferências na produção textual talvez não se restrinja à progressão referencial e ao fenômeno anafórico, mas sim, perpassa todo o processo textual. Isso porque “os processos cognitivos e as estratégias inferenciais são decisivos na atividade de textualização” (Marcuschi, 2001a, p.223).

Na tentativa de aproximar-se de um conceito de AD, pode-se perguntar quais as características da anáfora categorizada como direta. A partir de Marcuschi (2001a) identifica-se que,

- a) um caso típico de AD ocorre quando há explicitude, correferência, manutenção referencial, quando o objeto de discurso não sofre alterações referenciais;
- b) a presença de relação de correferência implica AD, mas não é verdade que AD implique correferência *stricto sensu*;
- c) caso ocorra no cotexto uma expressão explícita para retomada (mesmo que parcial), o fenômeno caracteriza-se como AD;
- d) o referente pode ser reativado e “retrabalhado”, constituindo, assim, uma AD. Nesse caso, o referente pode ganhar ou perder propriedades/atributos, fragmentar-se: processo tratado aqui como reavaliação, aspectualidade, refocalização, recategorização;
- e) deve haver na progressão referencial uma identificação lingüística mínima do referente em dois pontos do cotexto. Ou seja, a pontualização de dois (ou mais) itens lexicais é imprescindível para que ocorra AD.

Recuperando o comentário tecido acerca das nove estratégias do “quadro”, pode-se lembrar de que as estratégias 1, 2 e 3 caracterizam-se como retomada correferencial entre itens lexicais pontualizados no cotexto, e, portanto, casos típicos de AD. Considerando que retomar um referente não é necessariamente fazer referência a esse mesmo referente, mas sim estabelecer continuidade do núcleo referencial, a AD também pode-se caracterizar como introdução de referente novo. Exemplo disso é o que pode ocorrer com o emprego da estratégia 5.

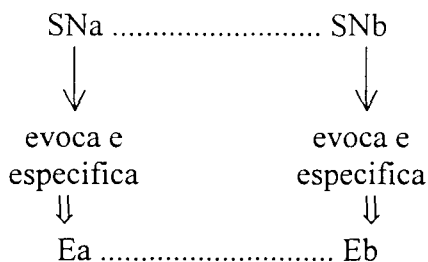
Aqui se classifica como AD as estratégias 1 a 5, exceto as estratégias 4 e 4.1 (consideradas AI, como se verá a seguir). Recuperando o comentário feito acerca dessas estratégias, certifica-se de que a AD pode ocorrer por critérios de explicitude, especificação, manutenção referencial, e não-recategorização, como também por critérios de refocalização, reavaliação, subespecificação e, conseqüentemente, inferenciação.

Antes de tratar efetivamente da AI, pode-se questionar em que a AD e a AI se diferenciam. Conforme Marcuschi (2001a, p.241-2),

não há uma dicotomia estrita entre as anáforas ditas *diretas (AD)* e *indiretas (AI)*. O ponto crucial em que as duas classes de anáforas divergem de um extremo do contínuo ao outro é o fato de a *AD* reativar referentes prévios e com isso ter alguns liames mais formais com elementos antecedentes (uma espécie de ligação referencial estrita) e a *AI* ser essencialmente processual ao *introduzir* referentes novos com base em âncoras cotextuais e de modelos cognitivos de natureza diversa, indo desde uma âncora lexical [...] a uma âncora extremamente ampla situada no modelo de mundo textual.

Entende-se que a AD ocupa uma das extremidades do *continuum* anafórico, enquanto que na outra extremidade acha-se a AI.

Kleiber, Schnedecker e Ujma (p.30) propõem o seguinte esquema para representar as *Anáforas Associativas*, as quais são uma subclasse das AIs. A princípio, o mesmo esquema pode ser pensado para as AIs.



Nesse esquema, **SNa** é o elemento-fonte/âncora que fornece o antecedente (ou apenas indicações referenciais), e **SNb** o elemento anafórico. **Ea** é o referente de **SNa**, e **Eb** o referente de **SNb**. Nesse caso, cada SN evoca (introduz) e especifica o próprio referente, isto é, **SNb** ativa um referente ainda não designado. Tendo em conta que por vezes a AI tem como elemento anafórico uma forma pronominal (por exemplo, *isso* e *ele*), deve-se considerar que **SNb** pode ser preenchido também por pronome. E, considerando que o antecedente nem sempre é expresso por um item lexical na superfície do texto, **SNa** pode ser preenchido por inferências/informações difusas.

Consonante com o esquema acima é o conceito de AI apresentado por Marcuschi (2001a, p.219):

No caso da *Anáfora Indireta* trata-se de expressões definidas que se acham na dependência interpretativa em relação a determinadas expressões da estrutura textual precedente e que têm duas funções referenciais textuais: a introdução de novos referentes (até aí não nomeados explicitamente) e a continuação da relação referencial global.

Nota-se que conforme esse conceito o elemento anafórico se restringe a *expressões definidas* e o elemento-fonte (âncora) se restringe a *expressões* explícitas no cotexto retrospectivo. Marcuschi (2001a) propõe uma ampliação desses limites argumentando que também itens pronominais podem comportar-se como elemento anafórico e que o elemento-fonte pode constituir-se também de *informações constantes* (informações difusas) projetadas por expressões explícitas, isto é, “uma ‘expressão-âncora’ ativa significados desencadeando inferências potenciais ou relações possíveis nem sempre lexicalizadas mas situadas no texto” (Marcuschi, p.255). E ainda, o elemento-fonte pode achar-se também na estrutura textual prospectiva, mesmo que em geral sua localização seja retrospectiva. Com a ampliação desses aspectos o conceito de AI ganha alguns acréscimos, conforme Marcuschi (2001a, p.224):

No caso da *Anáfora Indireta* trata-se de expressões definidas [*e expressões pronominais*] que se acham na dependência interpretativa em relação a determinadas expressões [*ou informações constantes*] da estrutura textual precedente [*ou subsequente*] e que têm duas funções referenciais textuais: a introdução de novos referentes (até aí não nomeados explicitamente) e a continuação da relação referencial global.

Frente a esse conceito, sistematicamente, as características da AI podem ser assim apresentadas:

- a) inexistência de um item lexical com que o elemento anafórico estabeleça relação de retomada correferencial. Mas sim, a presença de uma *âncora*, que parece poder ser entendida tanto como um item lexical pontualizado quanto como uma carga semântico-referencial projetada por algum item lexical ou difusa no cotexto. A *âncora* é sempre decisiva para a interpretação do elemento anafórico;
- b) ausência total de relação de correferência entre o elemento anafórico e a *âncora*, dando-se apenas uma estreita relação conceitual;
- c) interpretação referencial do elemento anafórico se dá como a construção de um novo referente (ou conteúdo conceitual) e não como uma busca ou reativação de elementos prévios;
- d) realização da AI se dá normalmente por elementos não pronominais, sendo rara a configuração do elemento anafórico como pronome. Um caso de pronome ocorre quando esse introduz um referente sem antecedente explícito (trata-se da estratégia 9 comentada na seção anterior).

Os acréscimos ao conceito de AI defendidos por Marcuschi, mesmo não sendo substanciais, ampliam o “leque anafórico” abarcando pontos relevantes da progressão

referencial: a forma pronominal sem antecedente explícito, ou seja, a estratégia 9 do “quadro”; a possibilidade de o elemento-fonte/âncora localizar-se no cotexto prospectivo, que é um dos aspectos caracterizadores da ‘noção ampla’; a possibilidade de a âncora ser informações difusas (ou inferências) geradas por determinados itens lexicais/verbais e conhecimento de mundo.

De modo geral, com o conceito de AI reitera-se três aspectos essenciais observados quando a ‘noção ampla’ foi apresentada no início deste capítulo. A saber: inexistência de vinculação entre anáfora e a correferencialidade; inexistência de vinculação entre anáfora e retomada; e introdução de referente novo.

Conforme Marcuschi (2001a, p.226), há dois tipos básicos/gerais de AI:

- a) Os *tipos semanticamente baseados* “exigem estratégias cognitivas fundadas em conhecimentos semânticos armazenados no léxico (mais especificamente ligadas a âncoras lexicais precedentes) e estão vinculados a papéis semânticos”.
- b) Os *tipos conceitualmente baseados* “exigem estratégias cognitivas fundadas em conhecimentos conceituais baseados em modelos mentais, conhecimentos de mundo e enciclopédicos (mais especificamente vinculados ao modelo de mundo textual presente no co(n)texto) e mais ligados a processos inferenciais gerais”.

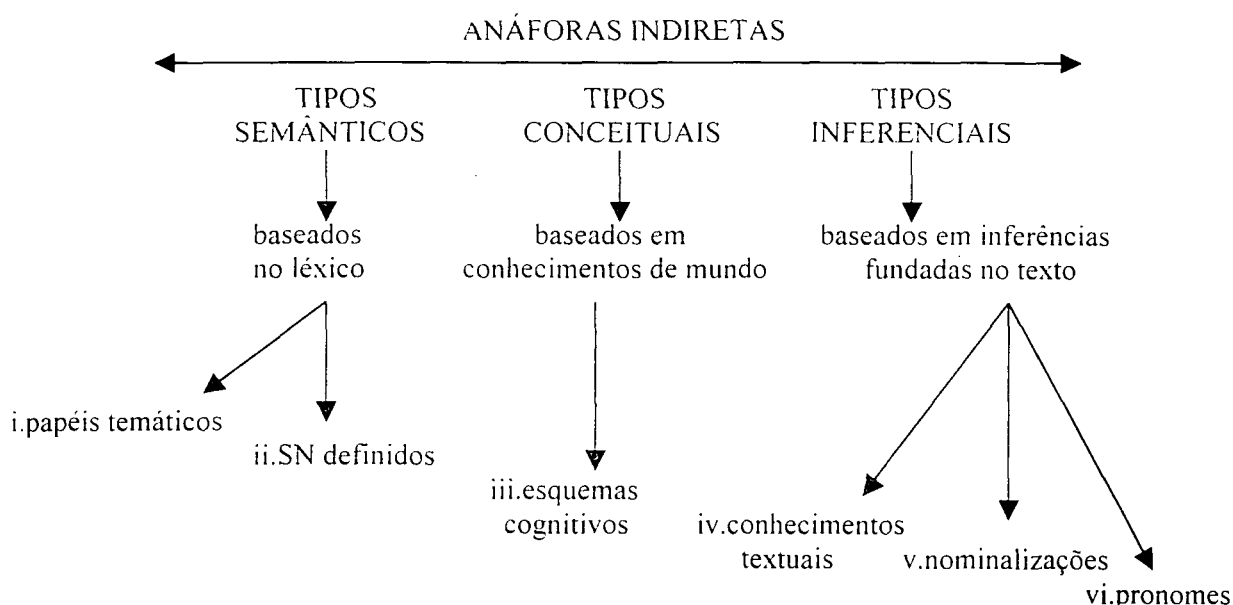
Embora possa apontar casos típicos de cada uma das classificações, como poderá ler-se a seguir, parece que não há fronteira exata que distancia ou diferencia um tipo do outro, o que ocorre é um imbricamento de conhecimentos léxico-estereotípicos com conhecimentos cognitivo-conceituais e discursivos conforme a particularidade de cada AI. Sobre a distinção (e imbricamento) desses tipos, ela será objeto de reflexão ainda neste capítulo, na seção 2.2.2, em que o foco é a subclasse denominada *Anáfora Associativa*.

Na seção seguinte esses dois tipos são subdivididos, o que, com efeito, trará melhor compreensão do conceito e refinamento da correlação entre as estratégias do “quadro” e AI.

2.2.1 (Sub)Tipos da AI: refinando a idéia de *continuum* anafórico

Para a presente reflexão, orienta-se tanto pela constituição lingüística do elemento anafórico e do elemento-âncora quanto pelo aspecto processual entre ambos. A tipologia para a AI a ser exposta possibilita desenhar o seguinte diagrama para representar o *continuum* anafórico das AIs, o qual recupera a idéia de que a âncora pode ser semântica (lexical),

conceitual (cognitivo) ou processual/inferencial (textual). Esse diagrama é tomado de Marcuschi (2001a, p.244)⁵².



Em todos os subtipos “dá-se sempre uma AI em que a solução ocorre na busca por uma âncora, seja ela semântica (lexical), conceitual (cognitiva) ou processual (textual), sendo essa última a mais tipicamente inferencial, embora todas sejam fruto de algum tipo de inferência” (Marcuschi, p.245). Essa observação faz retomar a abordagem dedicada à inferenciação na seção 1.3.3, além de fomentar que tais subtipos (ou a AI) lidam com a subespecificação referencial.

Os subtipos de AI são assim conceituados:

(i) AIs baseadas em papéis temáticos dos verbos

Sobre esse subtipo de AI deve-se ter em conta, conforme Marcuschi (2001a, p.226), “uma teoria dos ‘papéis temáticos’ para os verbos e observar como esses papéis são preenchidos”. Em geral, “o verbo tem uma estrutura sintática desenhada que sob o ponto de vista semântico está à disposição para preenchimento com funções sintáticas típicas e semanticamente preenchidas” (Marcuschi, p.227). Particularmente atenta-se aqui para o *papel instrumento* do verbo, entendendo que o referente do elemento anafórico é o instrumento necessário para praticar a ação expressa por algum item verbal do cotexto. Isto é, um SN estabelece relação de remissão com um SV. Talvez essa seja a única estratégia com

⁵² No diagrama, conforme Marcuschi, a forma pronominal na posição de elemento anafórico é um subtipo não considerado por Schwarz (2000), mas sim, inserido apenas em Marcuschi (2001a).

configuração do tipo $SV \leftarrow SN$. Entende-se aqui que esse subtipo comporta-se como estratégia 7.

Há casos em que, e com frequência, o papel temático (entendendo-o como referente) não é preenchido mediante um item lexical, ou seja, explicitamente. Ocorre, portanto, subespecificação. Nesse caso, por vezes o referente é facilmente recuperável mediante inferenciação; por vezes ele é irrelevante ao processo referencial-anafórico, por vezes o “espaço vazio” deixado dificulta a interpretação referencial em dada parte do texto.

Parece que a questão pode mudar desse subtipo para o subtipo “vi” – em que se emprega um pronome –, se o *papel instrumento* for preenchido com *ele*, *ela*. Observe os exemplos construídos aqui:

(1) Eu destranquei o cadeado e dependurei *ela* aqui.

(2) Todo o trabalho foi impresso, embora *ela* não tivesse muita tinta.

Entende-se que, em (1), *ela* refere-se à chave usada para destrancar o cadeado; e, em (2), *ela* refere-se à impressora usada para impressão do trabalho. Visto que esses referentes não são explicitados no texto, sua identificação mostra-se como subtipo “vi”. A princípio, no texto oral cotidiano esse tipo de anáfora não ocorre, de modo que essa questão não é explorada no presente estudo.

(ii) AIs baseadas em relações semânticas inscritas nos SNs definidos

Nesse caso deve-se “lembrar particularmente das relações meronímicas (relações todo-parte), mas também, embora em menor escala, as hipo-/hiperonímias e os campos léxicos”, orienta Marcuschi (p.227). Parece que esse subtipo é o principal caso de parte-todo dentre os subtipos de AIs. Aqui, a princípio, dá-se relação de associatividade de modo explícito devido à carga semântico-referencial léxico-estereotípica contida no elemento anafórico e no elemento âncora. Trata-se de um subtipo correspondente à estratégia 6.

É importante saber que o elemento anafórico refere-se a uma entidade/parte de uma coleção, classe, grupo ou “mereologia”. Esses termos referentes à coletividade são assim conceituados a partir de Marcuschi (1998b, p.16-17)⁵³:

a) coleções: representadas por expressões como *malta*, *tropa*, *grupo*, que sob o ponto de vista do agrupamento indicam indivíduos indistintamente e constituem conjuntos abertos;

⁵³ Os conceitos de *coleções*, *classes* e *grupos* Marcuschi toma de CRUSE, David. *Lexical Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press. 1986. Esses termos parecem dizer mais respeito a elementos humanos, enquanto o subtipo “ii” a elementos não humanos, mas não a rigor. A noção de *mereologia* parece preencher a característica não humana de “ii”.

- b) classes: representadas por expressões tais como *burguesia*, *aristocracia*, *classe baixa*, cujo agrupamento de indivíduos se dá por certas propriedades similares ou objetivos comuns;
- c) grupos: tais como *família*, *juri*, *comitê*, *equipe*, que constituem classes fechadas que agrupam indivíduos em *sistemas* e lhes dão a propriedade de membros de uma instituição ou classe;
- d) mereologias: são conjuntos em geral de elementos não humanos que mantêm uma relação de todo-parte, tais como *livro* (tem *páginas*); *carro* (tem *rodas*, *motor*) etc. Nesses casos podemos referir partes de um continente por pronomes sem designá-las, desde que o co(n)texto forneça as pistas⁵⁴.

É interessante observar que esse subtipo de anáfora, juntamente com o subtipo “i”, é bastante recorrente no texto oral/entrevista, conforme observa Marcuschi (2001a).

(iii) AIs baseadas em esquemas cognitivos e modelos mentais

Esse subtipo diz respeito, conforme Marcuschi (2001a, p.228), aos casos em que o elemento anafórico ancora-se em “representações conceituais ou relações cognitivas encapsuladas em modelos mentais⁵⁵” comumente chamados de *frames* (enquadres), cenários, esquemas, *scripts* etc., que representam focos implícitos armazenados em nossa memória de longo prazo como conhecimentos de mundo organizados”. Deve-se ter em conta que o esquema cognitivo é projetado por determinados itens lexicais, e nele ancora o elemento anafórico (e seu referente). Uma vez preparado determinado esquema cognitivo, ele pode acolher vários referentes novos, os quais serão inseridos na progressão referencial.

A idéia de modelo mental (ou esquema cognitivo) é interessante no sentido de que esse modelo/esquema acolhe o elemento âncora e o elemento anafórico, de modo que a relação entre ambos tende a ser de ordem cognitivo-discursiva, e não léxico-estereotípica.

⁵⁴ Ao falar de pronomes faz-se referência à estratégia 9 e ao subtipo “vi”, que será comentado a seguir.

⁵⁵ Os *modelos mentais* dizem respeito ao conhecimento de mundo, entendendo que o conhecimento de mundo é armazenado cognitivamente em *blocos*, os quais são denominados *modelos mentais*. Conforme Koch e Travaglia (1995, p.60), os modelos mentais são assim subdivididos e conceituados: a) os *frames* – conjuntos de conhecimentos armazenados na memória debaixo de um certo “rótulo”, sem que haja qualquer ordenação entre eles; ex: *Carnaval* (confete, serpentina, desfile, escola de samba, fantasia, baile, mulatas, etc.), *Natal*, *Viagem de turismo*; b) os *esquemas* – conjuntos de conhecimentos armazenados em seqüência temporal ou causal; ex.: como pôr um aparelho em funcionamento, um dia na vida de um cidadão comum; c) os *planos* – conjunto de conhecimentos sobre como agir para atingir determinado objetivo; por exemplo, como vencer uma partida de xadrez; d) os *scripts* – conjuntos de conhecimentos sobre modos de agir altamente estereotipados em dada cultura, inclusive em termos de linguagem; por exemplo, os rituais religiosos (batismo, casamento, missa), as fórmulas de cortesia, as praxes jurídicas; e) as *superestruturas* ou *esquemas textuais* – conjuntos de conhecimentos sobre os diversos tipos de textos, que vão sendo adquiridos à proporção que temos contato com esses tipos e fazemos comparações entre eles.

Deve-se atentar para o seguinte: o esquema cognitivo geralmente é ativado por determinado item lexical que também assume o papel de âncora do elemento anafórico.

As fronteiras entre esse subtipo e o anterior não são delineáveis com facilidade, se é que podem ser delineadas. Segundo Marcuschi (p.228),

Certamente, existe uma relação associativa nas relações de modelos mentais, o que permite dizer que a maioria das *AI* fundam-se em associações de algum tipo. Também podemos lembrar que não é fácil estabelecer distinções claras e rígidas entre conhecimentos conceituais armazenados na memória e conhecimentos semânticos lexicalizados, pois essas fronteiras são tênues e não há um sistema que se dê naturalmente.

Vale antecipar que a questão entre aspectos cognitivo-discursivos e léxico-estereotípicos será objeto de reflexão na seção 2.2.2, em que estará em foco particularmente a subclasse *Anáfora Associativa*.

(iv) AIs baseadas em inferências ancoradas no modelo do mundo textual

Conforme Marcuschi (p.229): “Esses subtipos de *AI* ancoram em informações explicitadas no modelo do mundo textual precedente. Trata-se de anáforas fundadas em conhecimentos retrabalhados por estratégias inferenciais maximizadas pelo conjunto de conhecimentos textuais mobilizados.”

O trabalho cognitivo para operar com essas anáforas é maior do que com o subtipo “iii”, ativando, inclusive, determinado conhecimento de mundo dos interlocutores, no sentido de que, para inserir (ou identificar) o referente novo, não se leva em conta apenas os elementos-âncoras já introduzidos, mas também informações difusas, inferências, conhecimentos pessoais sobre o referente novo e o antecedente (seus aspectos, sua composição, suas ações, sua natureza, sua sociabilidade).

(v) AIs baseadas em elementos textuais ativados por nominalizações

Esse subtipo de anáfora diz respeito diretamente à estratégia 4 integrante do “quadro” proposto por Marcuschi e Koch. Não obstante as palavras de Marcuschi (2001a, p.230) são pertinentes: “essas *AI* são nominalizações e em geral têm uma relação direta com algum verbo do qual mantêm o étimo ou então nominalizações de porções textuais inteiras. [...] Não são anáforas diretas porque não retomam nem referem pontualizadamente algum item específico”. No entanto, conforme exposição sobre a estratégia 4, nem sempre o nome mantém o étimo do

verbo (uso de nome deverbal); há casos em que se empregam outro nome, mesmo havendo à disposição um nome deverbal; há casos também em que não há nome deverbal disponível e necessariamente se emprega outro nome.

Em geral, para nominalizar, o SN é construído com nome acompanhado por artigo definido ou por determinante demonstrativo do tipo *esse*, *este*, *essa*, gerando uma descrição definida para referir um fato ou um estado de coisas. Em certas oportunidades dá-se nominalização de tópico inteiro, conforme Marcuschi (2001a).

(vi) AIs esquemáticas realizadas por pronomes introdutores de referentes

Trata-se de um subtipo de AI que corresponde à estratégia 9 do “quadro”, mas vale ainda enfatizar: “Esses pronomes não são retomadas de referentes anteriormente introduzidos, mas ativadores de novos referentes com base em elementos prévios que aparecem no discurso”, observa Marcuschi (p.231). A princípio, com a AI esquemática ocorre também algum tipo de relação partitiva, considerando que o pronome ativa um referente específico ancorando-se em um SN que refere-se à coleção, classe, grupo, todo (sobre esses termos vale a exposição feita acerca do subtipo “ii”), de modo que o elemento anafórico refere-se a alguma parte do antecedente.

Quase sempre o pronome ancora em um ou mais SNs retrospectivos no sentido de obter a construção do próprio referente, o qual geralmente é reafirmado por elemento(s) do cotexto prospectivo, seja nome, verbo, oração inteira. De certo modo, a construção referencial da forma pronominal se dá recorrendo a elementos anteriores e posteriores, pois, “é comum ter que esperar a confirmação da interpretação por algum elemento de natureza catafórica” (Marcuschi, 2001a, p.232).

Nesse subtipo, embora a forma pronominal tende a restringir-se a *ela(s)* e *ele(s)*, o elemento-âncora diversifica-se, proporcionando diversidade também na relação anafórica. Diversidade de caráter processual, semântico, cognitivo, inferencial. Isso indica que há algumas nuances quando o referente é introduzido por pronome, as quais podem conduzir a um refinamento desse subtipo de anáfora. Essa questão, porém, não é explorada no presente estudo.

Pensando no *continuum*, o subtipo “i” está mais próximo da AD que o subtipo “vi”. Em outras palavras, “i” tem certo apego à forma lingüística dada à pontualização dos itens lexicais no cotexto e dado ao preenchimento de papel temático do verbo pelo elemento anafórico, e, assim, certa explicitude relacional entre os dois itens. Por sua vez, “vi” é o subtipo com menos apego à forma lingüística considerando que a âncora pode achar-se difusa,

nesse caso as inferências é que em geral dão suporte para a construção do referente (do pronome em questão) e para a relação desse com a âncora (embora o aspecto masculino/feminino e singular/plural do pronome possa ser relevante ao processo).

Uma vez comentado cada subtipo de AI, cabe agora explicitar a correlação possível entre os subtipos e as nove estratégias tomadas de Marcuschi e Koch (2002). A postura assumida aqui vai em direção de fazer uma releitura do “quadro” ampliando-o com as AIs.

- i. papéis temáticos: esse subtipo comporta-se como estratégia 7.
- ii. SN definidos: trata-se de um subtipo correspondente à estratégia 6.
- iii. esquemas cognitivos: semelhante ao subtipo “i”, também se comporta como estratégia 7.
- iv. conhecimentos textuais: também caracteriza-se como estratégia 7.
- v. nominalizações: correspondente à estratégia 4.
- vi. pronomes: subtipo que corresponde à estratégia 9.

Observe-se que as estratégias 4, 6, 7 e 9 são correspondentes a subtipos de AI (aliás, inclui-se nas AIs também a estratégia 4.1, dada sua semelhança com 4). Isso não significa que o “quadro” esteja sendo reduzido e com isso ignorando a diversidade de aspectos e processos que o caracteriza. Considerar tais estratégias como subtipos de AI significa refiná-las e entendê-las no âmbito dos *tipos semânticos, conceituais e inferenciais*, os quais parecem nortear a progressão referencial em que a relação anafórica caracteriza-se por introdução de referente novo (seja mediante o uso de forma nominal ou pronominal).

A reflexão tecida sobre *subtipos* e *estratégias* permite correlacioná-los do seguinte modo, incluindo também as ADs.

Estratégias	AD / AI – subtipos
1	AD
2	AD
3	AD
4	AI – “v”
4.1	AI – ?
5	AD
6	AI – “ii”
7	AI – “i”, “iii” e “iv”
8	?
9	AI – “vi”

Quanto à estratégia 4.1, apesar de não encontrar um subtipo correspondente no conceito de anáfora tomado de Marcuschi (2001a), ela é classificada aqui como AI. Dada sua

semelhança com a estratégia 4 – subtipo “vi” – no *continuum* anafórico ela parece se localizar à direita de 4, pois entende-se que sua orientação léxico-estereotípica é menor que em 4, e, em contrapartida, seu processo cognitivo-procedural é maior.

Quanto à estratégia 8, ela não encontra subtipo correspondente nos conceitos de AD ou AI, provavelmente porque ela, diferente dos demais casos, não trata especificamente da (re)ativação de referente, mas sim da rotulação de partes formais do texto, caracterizando-se como *processo metalingüístico* em vez de processo referencial (ao menos como as demais estratégias ou os subtipos de AI). O fato de essa estratégia não ser considerada como AD ou AI sugere que há divergências no tratamento dado ao fenômeno anafórico.

A tarefa de expor grande variedade de estratégias e subtipos de anáfora não vai além de uma visão geral sobre o assunto. Uma abordagem específica sobre algumas estratégias ou até mesmo sobre uma única renderia estudo interessante. Por exemplo, sobre a estratégia 9 – denominada *Anáfora Esquemática* –, Marcuschi (1998b) apresenta aspectos teóricos e nuances do uso do pronome *ele(s)/ela(s)* como introdutor de referente sem antecedente explícito. Outra estratégia talvez instigante a uma abordagem detalhada é a *nominalização*, sobretudo devido ao grande número de formas lingüísticas possíveis para nominalizar e às particularidades que parece existir no que tange ao processo entre rótulo e as informações-suporte. A esse respeito vale o comentário de Apothéloz (2003, p.73): “as nomeações mostram que os mecanismos da anáfora podem levar muito além da simples retomada de informação e contribuir para os aspectos mais especificamente construtivos do discurso”. Na próxima seção faz-se recorte semelhante, mas não acerca de uma única estratégia/subtipo. Elege-se para reflexão a subclasse denominada *Anáfora Associativa*, a qual, a princípio, correlaciona-se com as estratégias 6 e 7 e os subtipos “ii”, “iii” e “iv”.

2.2.2 Refletindo sobre a Anáfora Associativa

A *Anáfora Associativa* (AA), conforme Kleiber, Schnedecker e Ujma (1994), tem recebido teoricamente dois tratamentos diferentes, denominados como concepção ampla e concepção restrita. Entre ambas há distinção de ordem teórica que diz respeito ao aspecto formal do elemento anafórico e, conseqüentemente, à relação de associatividade entre o elemento anafórico e o elemento-âncora.

“A definição ampla acolhe todo pronome anafórico indireto como anáfora associativa, enquanto que a definição estrita proíbe um tal assemelhamento, e só reconhecendo como anáfora associativa possível o SN com artigo definido” (Kleiber, Schnedecker e Ujma, 1994, p.5). Isto é, na definição ampla, o SN determinado por artigo indefinido ou por demonstrativo e a estratégia 9⁵⁶ (ou, o subtipo “vi”), por exemplo, são também considerados AA.

A exposição aqui se limita à concepção restrita. Sobre os elementos formais nos termos dessa concepção, observam Kleiber, Schnedecker e Ujma (p.5), “a mudança de formas lingüísticas desencadeia uma mudança na configuração conceitual: as formas desempenham, deste modo, um papel na definição da anáfora associativa”. Um trabalho em defesa de que a AA é um fenômeno de ordem léxico-estereotípica (semântico-formal, portanto) é o de Kleiber (1994). Outro trabalho de mesma postura é também de Kleiber (2001), o qual é resenhado por Ilari, Buin e Zanin (2003). Essa resenha é que serve de apoio para apresentar aqui um pouco dos argumentos de Kleiber (2001) em defesa da abordagem léxico-estereotípicos para a AA.

À concepção restrita, “são pertinentes para o reconhecimento do fenômeno, essencialmente, fatores como o tipo de expressão anafórica, a natureza da relação indireta etc” (Kleiber, Schnedecker e Ujma, 1994, p.5). Quanto à natureza da relação indireta, ela diz respeito à hipo-/hiperonímia, todo-parte, classe-membro, de modo que a associatividade entre dois SNs pode ocorrer por naturezas diversas. No caso típico de AA, “o referente de SN2 é concebido como uma parte do referente de SN1, o qual, por sua vez, é entendido como um todo” (Ilari, Buin e Zanin, p.367). Quanto ao tipo de expressão anafórica, trata-se de nome-núcleo determinado por artigo definido (embora a associatividade possa ocorrer também com expressão anafórica de outra formação⁵⁷). Conforme Ilari, Buin e Zanin (p.357),

Kleiber entende que na AA o artigo definido é um ingrediente essencial, cuja presença no segundo SN ressalta o fato de que [o] referente desse SN2 é apresentado como conhecido, além de atribuir-lhe um grau de acessibilidade determinado, diferente do que se espera quando o SN2 contém um pronome ou um demonstrativo.

⁵⁶ Embora a estratégia 9, ou subtipo “vi”, seja considerada AA nos termos da concepção ampla, por vezes ela recebe outra denominação: *Anáfora Esquemática* conforme, por exemplo, trabalho de Marcuschi (1998b). No presente estudo nem essa distinção nem o conceito de *Anáfora Esquemática* são desenvolvidos detalhadamente.

⁵⁷ Ao optar pela concepção restrita de AA, ou especialmente pelo artigo + nome, eximem-se da reflexão casos em que o elemento anafórico, por exemplo, é um pronome, pronome + nome, artigo indefinido + nome, nome + modificador (adjetivo, sintagma preposicional, oração relativa): essas formas lingüísticas seriam acolhidas pela concepção ampla. Por conseguinte, com tal restrição formal algumas espécies de associatividade não serão observadas. Parece que diferentes tipos de expressões anafóricas conduzem a relações associativas distintas, ou seja, a associatividade de certo modo está condicionada ao tipo de SNs da relação anafórica. Essa questão não é verificada detalhadamente no presente estudo. Não obstante, os suportes teóricos assumidos neste trabalho concernem não apenas à concepção restrita ou ao elemento anafórico constituído por artigo definido + nome, mas também à concepção ampla.

Observe-se que para Kleiber o artigo definido é um elemento crucial para tratar um nome como SN2 de uma AA. Apesar disso, esse pesquisador considera o artigo indefinido como determinante do elemento anafórico, mas sem fugir da “aura” do definido. A regra é o emprego do definido. Os casos em que ocorre indefinido “são na verdade a exceção que confirme a regra, porque se interpretam por um raciocínio que obriga por estabelecer o artigo definido e acaba por qualificar o indefinido como um partitivo” (Ilari, Buin e Zanin, p.356), por exemplo:

- *Os policiais inspecionaram o carro. Uma das rodas estava cheia de barro.*⁵⁸

Não apenas o elemento anafórico pode (ou talvez deva) ser limitado formalmente, o elemento-fonte também. A atenção aqui se volta para a indefinidade do antecedente. Conforme Ilari, Buin e Zanin (2003, p.360-1), Kleiber defende que

o antecedente que melhor ilustra a natureza da AA é do tipo *um N*. O antecedente indefinido é apropriado para estabelecer uma ponte estereotípica entre o antecedente e a expressão anafórica, pois carrega uma informação que não é individualizada. Dessa maneira, a saturação se dá pelo conhecimento estereotípico proporcionado pelo antecedente, e não pelo conhecimento dos referentes, que não é necessariamente acessível a todo intérprete do texto. O uso do indefinido exclui o estabelecimento de relações de conhecimentos particulares, pressupondo uma relação genérica que faz com que o referente seja compreendido por qualquer intérprete, bastando para isso a forma lingüística.

Uma vez assumida teoricamente a concepção restrita, a partir dos trabalhos citados acima, essa breve exposição sobre a AA orienta-se pelos seguintes aspectos:

- a. o elemento anafórico (SNb) é um SN determinado por artigo definido. Trata-se de introdução de referente novo apresentado como conhecido, com a suposição de que, no cotexto, há informações suficientes para completar sua identificação referencial;
- b. há uma expressão no cotexto retrospectivo que serve de âncora (SNa) para o elemento anafórico. Essa expressão é, preferencialmente, um SN indefinido;

⁵⁸ Os exemplos apresentados por Ilari, Buin e Zanin (2003) são em francês, conforme versão original do texto de Kleiber (2001). Esse inserido aqui é traduzido especialmente para o presente estudo, adaptando-o ao português; ele tem a seguinte forma em francês: *Les policiers inspectèrent la voiture. Une roue était pleine de boue (une roue = une des roues).*

KLEIBER, Georges. *L'anaphore associative*. (Coleção “Linguistique Nouvelle”) Paris: Presses Universitaires de France. 385 p. 2001.

- c. a relação entre o elemento anafórico e a âncora não é de retomada nem de correferencialidade, mas de remissão, de caráter inferencial. A relação ou “ancoramento” é de base preferencialmente léxico-estereotípica.

Sintetizando, “a anáfora associativa pede que o referente novo seja interpretado como já conhecido, e que esteja em relação indireta (ou não-correferencial) com o referente já mencionado”, como bem atentam Kleiber, Schnedecker e Ujma (p.10). Isso indica que a associatividade anafórica envolve aspecto léxico-estereotípico, inferências, informações implícitas, conhecimento de língua, conhecimento de mundo, trabalho cognitivo-discursivo. As palavras de Ilari, Buin e Zanin (p.357) enfatizam a relação de inferência e estereotipia: “ao contrário da anáforas indiretas em geral, que podem mobilizar os conhecimentos mais variados, as AAs mobilizam sempre inferências de um tipo muito particular, cujo fundamento é, num sentido a ser esclarecido, lexical-estereotípico.” Em suma, as inferências são instauradas pelos itens lexicais expressos na superfície do texto.

Kleiber, Schnedecker e Ujma (1994, p.5) assinalam que, sob a concepção restrita da AA, existe ainda uma subdivisão teórica: “há os que reivindicam uma abordagem cognitivo-discursiva do fenômeno, em que o discurso é capaz de estabelecer a associação; e outros que defendem uma abordagem mais semântica, a qual estipula que a relação é de natureza léxico-estereotípica”.

Dois autores que estabelecem um debate de que a AA é um fenômeno cognitivo-discursivo ou léxico-estereotípico são Charolles (1994) e Kleiber (1994, 2001). Esses autores dialogam sobre o fenômeno anafórico, e, especialmente Kleiber, defendem suas posições. O diálogo estabelecido por Charolles e Kleiber parece interessante, considerando que, conforme o conceito de referenciação, o fenômeno referencial-anafórico não é uma correspondência do mundo ou de estereótipos constituídos socialmente, nem uma criação discursiva deslocada do mundo.

No que tange à AA, o presente estudo assume uma tendência à perspectiva de Kleiber. A despeito disso, dando voz a Charolles, faz-se uma breve exposição da posição cognitivo-discursiva. Charolles (1994, p.66) questiona a abordagem puramente léxico-estereotípica:

podemos mesmo perguntar se a noção de estereótipo não perde, exatamente, sentido, a partir do momento em que admitimos que possam existir “estereótipos” conjunturais, não tendo outra validade, a não ser que em um contexto determinado? A noção de estereótipo, sobretudo se queremos explorá-lo na descrição lexical, não vai, com efeito, sem a idéia de uma certa generalidade.

As palavras de Charolles apontam que, embora os estereótipos possam ser valorizados na produção textual, a relação associativa apenas é definida de fato no processo de produção do texto. Em outro momento, acerca da interface entre texto e estereótipo, o argumento de Charolles (1994, p.66) é de que

O discurso impõe cálculos [semânticos] que obrigam o leitor a encontrar uma ou outra solução, partindo do princípio de que ele deve ter, neste sentido, uma relação que precisamente o definido indique. [...] Quanto mais esta relação for convencional, e “passada no sentido lexical”, mais a solução será fácil de encontrar, mas o estereótipo não faria mais que facilitar um processo de recuperação inferencial/referencial, que é implicado em dado texto. Não se trata, portanto, de negar o papel dos estereótipos, mas simplesmente de relativizá-lo.

A postura de Charolles de certo modo corresponde ao conceito de referenciação, conforme o qual a adequação textual é indissociável do fenômeno anafórico, da progressão referencial. Essa correlação, porém, não é explorada nem levada adiante no presente estudo, para tanto necessitaria de um olhar cuidadoso sobre os conceitos pertinentes. Noutros termos, a proposta do presente estudo é a de expor brevemente aspectos da AA.

Diferenciando-se de Charolles, vale lembrar aqui que há casos em que a relação entre o elemento anafórico e sua âncora aponta para a convenção semântico-referencial pré-discursiva do léxico, estabelecida pela comunidade de falantes acerca do mundo extralingüístico. Parece que esse apontamento contribui para que a AA seja entendida como fenômeno léxico-estereotípico, mesmo sabendo que “um traço estereotípico ou prototípico não é, necessariamente, um traço conhecido de todo mundo”, como bem alerta Kleiber (1994, p.84). Isto é, para que a convenção estabelecida pré-textualmente e a estereotipia se sustentem é necessário que falante e ouvinte compartilhem o conhecimento de mundo e de língua ativado na produção textual, especialmente de dada convenção e dada estereotipia.

Dentro da **abordagem cognitivo-discursiva**, a relação anafórica acontece sob orientações intratextuais, de modo que a construção do referente não apenas se adequa ao texto, mas também é determinada por ele. Isto é, não há necessariamente no cotexto um elemento-fonte (âncora) pontualizado e único, com o qual o elemento anafórico tem uma relação associativa *a priori* conhecida, o que há no cotexto são expressões/informações difusas capazes de indicar inferencialmente o referente do SN em foco. A inferenciação implica um trabalho cognitivo-discursivo que a complementa, no sentido de que os interlocutores acionam o conhecimento de mundo (armazenado na mente), podendo projetar

no texto relações referenciais inusitadas e até então inexistentes, mas aceitáveis cognitivamente e coerentes ao discurso. Em suma, conforme a abordagem cognitivo-discursiva, a construção referencial depende de aspectos textuais-discursivos e da atividade cognitiva dos interlocutores, de sorte a gerar entre dois SNs relação de associatividade única, “inédita”, particular a dado texto. Retomando as estratégias e subtipos, essa abordagem parece dizer respeito à estratégia 7 (ou subtipos “iii” ou “iv”). Por certo esses subtipos se correlacionam distintamente com tal abordagem: em “iv” há um trabalho cognitivo-inferencial e discursivo mais intenso que em “iii”, por exemplo.

Dentro da **abordagem léxico-estereotípica**, a relação anafórica acontece a partir da carga semântico-referencial *apriorística* que os elementos lexicais possuem, “independente” de orientações cotextuais. Essa abordagem tende a reconhecer que os interlocutores ativam no texto a carga semântico-referencial atribuída social e aprioristicamente a cada elemento lexical, a qual é introduzida e mantida no texto, satisfazendo a associatividade entre SNa e SNb. Assim sendo, na progressão referencial prioriza-se a associação pré-textual de conceitos estabelecida socialmente. Isso não implica ocorrência de associatividade inadequada ao (co)texto – o que prejudicaria o entendimento geral do texto –, pelo contrário, a estereotipia da AA faz evidenciar a associatividade entre dois SNs, de modo a AA tornar-se uma estratégia de progressão referencial que sempre contribui e “respeita” a construção de dado texto. Retomando as estratégias e subtipos, essa abordagem parece dizer respeito à estratégia 6, ou, ao subtipo “ii”: a relação é, portanto, do tipo todo-parte.

As considerações aqui, mesmo que breves, parecem apontar para o tratamento dado às AIs, especificamente aos *tipos*: *semânticos* (subtipo “ii”), *conceituais* (subtipo “iii”) e *inferenciais* (subtipo “iv”), entendendo que, de certo modo, esses *tipos* perpassam a reflexão realizada. Frente a isso, a AA pode ser tratada como parte do *continuum* anafórico tomada de Marcuschi (2001), possibilitando a seguinte correlação:

Abordagem léxico-estereotípica	Abordagem cognitivo-discursiva	
Tipos semânticos ↓ Subtipo “ii” SN definidos	Tipos conceituais ↓ Subtipo “iii” Esquemas cognitivos	Tipos inferenciais ↓ Subtipo “iv” Conhecimentos textuais
Estratégia 6	Estratégia 7	Estratégia 7

Parece que um tratamento interessante para a AA vai em direção de relativizar as duas abordagens, visto que a progressão referencial acontece mediante fatores que tangem a ambas. Frente a isso, assume-se aqui a hipótese de que a AA é um fenômeno ambivalente: cognitivo-discursivo e léxico-estereotípico, mostrando-se mais próximo da abordagem léxico-estereotípica. Essa hipótese, de certo modo, apoia-se em Marcuschi (2001a), que já apontava que os tipos *semânticos*, *conceituais* e *inferenciais* (ou, os subtipos “ii”, “iii” e “iv”) não são estanques nem excludentes, mas sim complementares, de sorte que o processo anafórico de um tipo/subtipo imbrica com o de outro tipo/subtipo.

As indicações, portanto, mesmo que não “refinadas”, são de que AA ocorre na junção de fatores cognitivo-discursivos e léxico-estereotípicos, embora parece haver uma tendência da abordagem léxico-estereotípica sobrepujar a cognitivo-discursiva. Isso pelo fato de a estereotipia nunca se ausentar da relação de associatividade textual, ainda que o estereótipo se “acomode” ao texto. Desse modo, parece que se deve necessariamente reconhecer o cotexto que acolhe o SNb e o SNa em questão, e os aspectos estereotípicos do léxico e da associatividade.

A discussão tecida em torno dessas duas abordagens voltou-se apenas para as AAs, partindo de sua concepção restrita, de sorte que não cabe aqui tentar a rigor estender às demais estratégias ou subtipos de anáfora a idéia de que ocorre junção de aspectos cognitivo-discursivo e léxico-estereotípicos, embora seja interessante pensar como esses aspectos comportam-se na anáfora em geral. Não obstante, ao longo da análise a ser empreendida esses conceitos são levados em conta concomitantemente, podendo, assim, facultar considerações além das expostas acima.

3 CONSTITUIÇÃO DE UM *CORPUS* ORAL

O *corpus* de que se serve o presente estudo compõe-se de excertos de texto oral, extraídos do acervo do “Banco de Dados Lingüísticos *VARSQL* – Variação Lingüística Urbana na Região Sul do Brasil”. Esse *Banco* é constituído de entrevistas orais realizadas com falantes-informantes de 12 centros urbanos da região sul do Brasil, no período de 1990 a 1995⁵⁹.

As entrevistas são conversas realizadas entre um estudante universitário (em geral do Curso de Letras), no papel de entrevistador, e um indivíduo preferencialmente nascido na cidade em que se dá a entrevista, no papel de entrevistado. A princípio, o uso lingüístico desse indivíduo representa o uso lingüístico corrente em sua comunidade/cidade. Um dos critérios para que de fato as entrevistas realizadas integrassem o acervo do *VARSQL* é que a fala do informante se caracterizasse como espontânea, a qual diz respeito diretamente ao uso de língua cotidiano, do dia a dia. Frente a esse critério, os textos componentes do *corpus* classificam-se como texto oral comum, cotidiano, usual, o que os torna particularmente interessantes para investigar a progressão referencial-anafórica, e, por isso, foram escolhidos como fonte de dados pelo presente estudo. Essa classificação atribuída ao *corpus* será levada em conta ao longo da análise no capítulo seguinte.

O *corpus* consiste em um conjunto de 34 textos selecionados entre os 100 utilizados por Costa (2000) em seu estudo intitulado *Cadeias referenciais no português falado*. Ao realizar o recorte no acervo de entrevistas, Costa (2000, p.33-34) orientou-se por quatro critérios, apresentados aqui:

Em primeiro lugar, o início e o final de cada texto foram demarcados a partir do turno conversacional e da unidade temática. Mais precisamente, tomou-se como referência para o recorte de fragmentos das entrevistas, em primeiro lugar, o momento em que o entrevistador propõe alguma questão ao entrevistado e este a aceita, dando início a uma seqüência de proposições que mantêm uma unidade temática; de forma análoga, o final do texto coincide em geral com a retomada do turno pelo entrevistador. Como nem sempre as intervenções do entrevistador são determinantes para a mudança do tópico conversacional (muitas vezes elas marcam o interesse pela continuidade do tópico), a unidade temática é um critério complementar à mudança de turno. O segundo critério foi estabelecido com o intuito de obter um conjunto de textos distribuídos de forma equilibrada entre dois tipos: narrativos e argumentativos. Finalmente, tomou-se como terceiro critério a seleção de um material representativo da diversidade regional e étnica que caracteriza o Banco de Dados Lingüísticos “*VARSQL*”. Para isso foram escolhidos textos

⁵⁹ Informações detalhadas acerca do *VARSQL* encontram-se em Knies e Costa (1996).

de diversos informantes, distribuídos aleatoriamente entre os municípios documentados. Finalmente, o nível de escolaridade dos falantes foi também um dos critérios nucleares na seleção da amostra, que contém textos de falantes de nível primário (4 a 5 anos de escolaridade) e de informantes com o segundo grau (10 a 11 anos de escolaridade).

Mediante esses quatro critérios, Costa constituiu um *corpus* com 50 textos narrativos e 50 argumentativos, sendo que, em cada um desses grupos, 25 são de entrevistas realizadas com informantes com escolaridade de nível primário e 25 com informantes com segundo grau (atualmente, o chamado nível médio).

Para o presente estudo, a opção em selecionar parte dos textos reunidos por Costa diz respeito a três motivos: os critérios de seleção empregados pela autora podem proporcionar observações interessantes, por exemplo ao correlacioná-los com os aportes teóricos assumidos aqui: o foco de sua pesquisa também é a coesão textual (progressão referencial-anafórica), possibilitando, assim, algum tipo de diálogo com a análise a se desenvolver neste estudo; e a possibilidade de agrupar um número maior de textos que ofereçam, em contrapartida, um número menor de tópicos. A partir do terceiro motivo, e levando em conta o tópico principal de cada texto, fez-se o seguinte agrupamento: 13 textos de tópico relacionado ao tema *acidente/morte* (todos narrativos), 8 de tópico relacionado ao tema *política* (argumentativos), e 13 de tópico relacionado ao tema *trabalho* (que se dividem em narrativos e argumentativos), totalizando, assim, 34 textos. Na organização desse conjunto não se orientou pela faixa etária, sexo ou escolaridade do informante, nem pela localidade de realização das entrevistas, de modo que esses critérios não são considerados ao longo da análise.

Os critérios que dizem respeito ao gênero/tipo textual⁶⁰ (argumentação e narração) e ao tópico discursivo (relacionado ao tema *política*, *trabalho* ou *acidente/morte*) são considerados ao longo da análise a se desenvolver, pressupondo que a progressão referencial e o uso de estratégias anafóricas possivelmente são condicionados a tais critérios. Isto é, a partir da hipótese de que cada tipo de texto apresenta particularidades acerca da progressão referencial-anafórica, pode-se correlacionar também estratégias e os critérios acima.

Um conjunto de 34 textos talvez pareça reduzido quando se quer observar usos da língua e seus fenômenos, particularmente a progressão referencial-anafórica, como é a proposta assumida neste estudo. No entanto, esse *corpus* mostra-se satisfatório à investigação desejada, que é sobretudo qualitativa; mas que também tem um viés quantitativo, uma vez que

⁶⁰ Sem detalhar o conceito de *gênero* ou *tipo* de texto, considera-se aqui que a argumentação e narração são uma subclassificação do tipo de texto entrevista/inquérito, mesmo sabendo que esse conceito tem sido explorado em Linguística por diferentes perspectivas.

se propõe a observar quais estratégias anafóricas são preferencialmente empregadas na fala cotidiana.

3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO *CORPUS*

Em geral, entrevistas realizadas para pesquisas linguísticas como as do *VARISUL* são marcadas pelo objetivo específico de registrar sobretudo o uso de língua do informante, representante de seu grupo social. Seguramente esse uso de língua é registrado, pois os entrevistadores assumem procedimentos que tendem a facultar a espontaneidade do entrevistado. Exemplo disso é o fato de inexistir um plano preciso a partir do qual o entrevistador estruturaria e conduziria a entrevista. Isso se caracteriza como vantagem, pois, a princípio, a ausência de um questionário resulta em espontaneidade e “soltura” na conversação, tanto por parte do entrevistador quanto por parte do entrevistado. Em relação a determinados tópicos (assuntos), porém, por vezes o entrevistador, por vezes o entrevistado se mostram com cautela⁶¹. Por parte do entrevistador isso ocorre provavelmente quando a conversa “toma um rumo” que lhe é pouco familiar, isto é, o assunto desenvolvido pelo informante não é com efeito de conhecimento do entrevistador. Por parte do entrevistado isso talvez ocorra quando o assunto em questão o intimida por motivos diversos. Tanto o entrevistador quanto o entrevistado podem se mostrar cautelosos, caso entre ambos não tenha se dado afinidade suficiente para que a entrevista ocorra sem “bloqueio” de qualquer assunto “posto em pauta”. Considerando os 34 textos selecionados, a cautela, o “bloqueio” ocorre com mais frequência quando o tópico é relacionado ao tema *política*.

Especificamente no caso desse Banco de Dados, o entrevistador é um estudante universitário, mais jovem que o informante, e, em geral, residente longe desse. E ainda, é a primeira ou segunda vez que se falam; caso seja a segunda, sabe-se que a primeira ocorreu também em função da entrevista, como estratégia de preparação e confirmação/autorização para que a conversa pudesse ser gravada. Essas considerações sobre a aproximação entre entrevistador e informante são gerais, pois há casos em que ocorreu aproximação entre ambos antes dos encontros direcionados para a entrevista. Nesse sentido, no *corpus* selecionado observam-se, entre outras características, as seguintes:

a) o entrevistador é que inicia a conversa direcionando ao informante certas questões e

⁶¹ O comportamento do entrevistador não é levando em conta durante a análise dos dados, uma vez que a cooperação dos interlocutores não integra os suportes teóricos do presente estudo.

assuntos pensados aprioristicamente, embora nem todos os excertos selecionados mostrem isso. Esse falar primeiro é uma marca de que o entrevistador, em geral, apenas se propõe a ouvir o informante;

- b) embora seja o entrevistador que, em geral, introduz o assunto, ele se mostra com baixo envolvimento no diálogo (pois essa é uma das regras da coleta de dados quando se deseja observar a fala do informante), sobretudo quando o informante narra fatos da própria vida. Em outras palavras, o entrevistador não estabelece uma troca de informações;
- c) o entrevistador raramente (contra-)argumenta ou expõe sua opinião sobre algum fato, e nunca relata sua vida tal como o informante, até mesmo porque esse não assume o papel de “curioso” e de “instigador”. Os papéis são bem definidos: um é o entrevistador, o outro é o entrevistado⁶²;
- d) mesmo entrevistador e informante estando face a face, em geral é necessária a explicação e descrição dos elementos do contexto situacional referidos no discurso, pois os assuntos são da experiência do informante, não da do entrevistador.

Embora o *corpus* selecionado apresente essas características, não significa que todo o *Banco do VARSUL* assim se caracterize, sobretudo em relação ao baixo envolvimento do entrevistador para com o informante. Esse baixo envolvimento entre os interlocutores talvez ocorra devido à falta de conhecimento por parte do entrevistador de assuntos particulares ao informante, mas não porque o entrevistador não queira ou não consiga se “entregar” à conversa. A posição de reserva do entrevistador ou qualquer das características apontadas acima, porém, não prejudicam nem impedem o desenvolvimento desta pesquisa.

3.2 TRANSCRIÇÃO: A FALA EM FORMA DE ESCRITA

Em linhas gerais, a *transcrição* é o processo de transformar um texto oral em texto escrito, sem modificá-lo quanto ao gênero (sem transformá-lo em novo texto). Não se constrói novo texto, mas sim, representa-se a fala em forma de escrita. Ao transcrever, se não se mantém “o mesmo texto”, ao menos se tem uma representação do texto oral, o que é o bastante para considerá-lo “o mesmo”, metodologicamente. Essa atividade de transformação é a “transcrição” (ou “transcodificação”) empregada, sobretudo, em pesquisas no campo da

⁶² Caso um analista busque as características da conversação face a face em entrevistas dessa ordem, estará equivocado, pois a conversação face a face “se dá espontânea e livremente no dia-a-dia, sem qualquer tipo de imposição institucional ou por força de alguma situação, como as entrevistas, os inquéritos”, alerta Marcuschi (1991, p.88).

Sociolingüística e da Análise da Conversação. Um conceito de “transcrição” é oferecido por Marcuschi (2001b, p.49)⁶³:

transcrever a fala é passar um texto de sua realização sonora para a forma gráfica com base numa série de procedimentos convencionalizados. Seguramente, neste caminho, há uma série de operações e decisões que conduzem a mudanças relevantes que não podem ser ignoradas. Contudo, as mudanças operadas na transcrição devem ser de ordem a não interferir na natureza do discurso produzido do ponto de vista da linguagem e do conteúdo.

Em Lingüística, as análises de textos orais apresentam um contratempo de ordem técnica que é a necessidade de a “fala” ser apresentada em forma de “escrita”, mesmo que o analista tenha à disposição o texto original gravado. Parece, portanto, que falar de transcrição conduz a falar das mudanças que o texto sofre ao ser transcrito. Um exemplo de mudanças é o fato de a transcrição não transferir para o ‘papel’ o momento único da interação verbal, afetando, assim, a identificação de elementos cotextuais, extraverbais, gestos, mímicas, expressão facial, os quais nem mesmo a gravação do texto em fita cassete é capaz de guardar. A esse respeito, Marcuschi (2001b, p.53) observa que

a tarefa de transcrição não é algo simples, nem natural. Trata-se de uma atividade que atinge de modo bastante acentuado a fala original e pode ir de um patamar elementar até uma interferência muito grande. Não existe uma fórmula para a transcrição “neutra” ou pura, pois toda a transcrição já é uma primeira interpretação na perspectiva da escrita.

Os analistas da *fala*, no entanto, atingem em geral resultados cientificamente satisfatórios, porque com freqüência eles se utilizam de acervos destinados à pesquisa, como é o caso do projeto *VARISUL*, que em toda a sua constituição⁶⁴ – projeção, preparação de entrevistadores, seleção de informantes, entrevista, transcrição – contou com um

⁶³ Nesse livro – *Da fala para a escrita: atividades de retextualização* –, Marcuschi comenta, exemplifica e analisa a atividade de retextualização, a qual desvirtua-se da proposta do presente estudo. Dito em poucas palavras, retextualização é a reconstrução de um texto em gênero diferente (em novo texto, portanto). Retextualizar é transformar, com a mínima perda de conteúdo, por exemplo, uma “conversa ao telefone” em “conversa face a face”, uma “carta comercial” em “conversa ao telefone”, um “bilhete familiar” em “conto”, uma “bula de remédio” em “conversa face a face” ou em “bilhete familiar”.

⁶⁴ Esse *Banco* foi feito com a tecnologia e suporte sonoro que atende os objetivos de pesquisas em várias áreas da Lingüística, além do suporte eletrônico (transcrição) que agiliza o trabalho do pesquisador, se se comparar com o pesquisador que vai a campo em busca de informantes e dados. Além do uso lingüístico de falantes de diferentes cidades do sul do Brasil, há também aspectos relacionados ao momento histórico, político e social. Os informantes, ao expressarem suas idéias e opiniões a respeito de fatos sociais, de certo modo expressam também aquelas que compartilham os demais indivíduos de sua comunidade, de sua cidade, especialmente as idéias/opiniões pertinentes ao momento histórico da realização das entrevistas.

empreendimento profissional considerável. Esse fator tem garantido qualidade e confiabilidade ao “texto escrito” de que se servem os pesquisadores com a proposta de investigar a “língua falada”. Isto é, esse fator é consonante com a observação de Marcuschi (2001b, p.52): “quando transcrevemos, adotamos uma série de convenções de transcrição para manter um mínimo de fidelidade à qualidade da produção oral, fugindo inclusive ao padrão ortográfico”.

No livro *Análise da Conversação*, ao falar da transcrição de conversações, Marcuschi (1991, p.9) traça algumas diretrizes sobre como fazê-la. Segundo ele, “não existe a *melhor* transcrição. Todas são mais ou menos boas. O essencial é que o analista saiba quais os seus objetivos e não deixe de assinalar o que lhe convém [ou, o que é relevante para a análise pretendida]. De um modo geral, a transcrição deve ser limpa e legível, sem sobrecarga de símbolos complicados”. Portanto, sem exigir um cuidado meticuloso do pesquisador, a tarefa de transcrição exige zelo, porque a transcrição adequada à pesquisa pretendida pode tornar-se uma das garantias de resultados confiáveis.

Embora essa necessária tarefa (transcrição) do pesquisador faça com que a conversação perca algumas de suas propriedades (inclusive as inerentes à interação face a face), essa perda não prejudica a pesquisa que se propõe a identificar a construção de objetos de discurso, a progressão referencial ou o fenômeno anafórico (ao menos conforme a abordagem a ser desenvolvida nos capítulos seguintes). No caso do presente estudo, faz-se uso de uma transcrição procedente do Banco de Dados Lingüísticos *VARSQL*. Em consideração à análise pretendida, aproveita-se apenas a primeira “linha” das três que constituem a transcrição. A segunda “linha” é reservada à fonética e a terceira à morfologia e a indicações de velocidade e ênfase. Além disso, a transcrição original sofre um processo de “limpeza” para eliminar as marcas da oralidade irrelevantes à investigação desejada, mantendo, assim, aquelas relevantes. Portanto, como há o interesse de manter nos excertos marcas que se vinculam à análise, os *procedimentos convencionalizados* na constituição desse Banco são observados parcialmente. O excerto abaixo serve de exemplo da primeira “linha” do Banco de Dados.

Excerto 1

F *Muito sérias, desde a destituição do Collor, a [esses]- [essas]- essas corrupções, esses troços todos. a história aqui ainda vai dizer muita coisa para a gente. (est) *Muita coisa vai <vi->, vai chegar a limpo ainda, porque teve [muito]- muito dedo político lá dentro, (est) foi demais. *Manipularam,

(hes) não posso dizer, isso é melhor não falar [4 porque o pensamento é pessoal 4]- o que é pessoal, é pessoal.

E *[4 Não, mas pode 4] *Mas pode falar se quiser.

F *Não, é que não foi uma manifestação global, (est) foi uma [<manifestofas->]- manifestações isoladas, provocadas [e]- (hes) e a pressão total foi só interna, dentro [do]- do0 Legislativo, né? (est) *Não foi- foi contra o Executivo, parece ("até") que foi com uma visão específica [pra]- pra destituir e pronto, não olhar nada que se o homem fe0z alguma coisa boa, ou não fe0z, só ver o que ele fe0z de errado. *Quando eu acho que deve#se primeiro analisar, analisem primeiro, vejam, verifiquem, ninguém pode ser julgado e dizendo (ruidos) (inint) falei aquela hora, nada é certo ou errado. *Só depois [de]- de verificado e exatamente se possa dizer isso é errado, (est) agora isso aqui está certo, hum?

E *E a senhora acha que é um julgamento é justo isso?

F *[Pra]- pra pegar os corrup0tores sim, corrupção deve ser (hes) banida ao má0ximo, agora vamos verificar se os elementos todos se estão <s-> nesse caso específico *Eu tive muita admiração pelo Collor. (est)

E *Votou nele?

F *Votei nele. *Um jovem0 com idéias (hes) brilhantes, vamos dizer, mais avançadas, (est) querendo levar o país para um estágio mais alto, né? e 0 levando o nome do Brasil lá fora, elevando o nome do país, fazendo de tudo pra mostrar que o país existe, pra melhorar. *Agora [se]- se teve suas falhas, teve, [<vam->]- vamos ver, (hes) isso é o que podia ser0 (hes) corrigido, vamos dizer. (est) *Ele mesmo veria ou estava vendo, estava acompanhando, agora ele não tinha uma assessoria que prestasse, né? (est) (PRIRT11 – 349 a 397)⁶⁵

Knies e Costa (1996, p.60-71) apresentam uma lista dos símbolos que compõem a primeira linha da transcrição do Banco, os quais, juntamente com seus significados, são apresentados a seguir em dois grupos. O primeiro grupo se constitui de símbolos preservados nos excertos e o segundo de símbolos eliminados ou substituídos por símbolos convencionais. Como critério empregado nessa distinção avaliou-se a necessidade de cada símbolo em respeito ao recorte teórico realizado aqui e à análise a ser empreendida, de modo que o corte de vários símbolos não acarreta em prejuízo ao presente estudo.

Símbolos preservados nos excertos:

E entrevistador. Esse símbolo indica que o entrevistador assume o turno de fala;

F falante ou entrevistado. Esse símbolo indica que quem detém o turno de fala é o entrevistado;

I interveniente. Esse símbolo indica que um indivíduo, que não E ou F, intervém na conversa, seja assumindo o turno de fala ou não;

“.....” citação – “fala de outro” – é transcrita entre aspas duplas;

⁶⁵ Ao fim de cada excerto codifica-se a localidade (cidade e estado) do entrevistado, o número da entrevista e as linhas correspondentes no arquivo eletrônico. O significado desses códigos (exceto as linhas) encontra-se no “Anexo A” à página 145. Nesse anexo pode-se verificar o sexo, a idade e a escolaridade do/da informante. A despeito desses critérios não serem levados em conta na análise a ser desenvolvida, parece interessante informá-los no sentido de possibilitar outras abordagens.

apóstrofo designativo de elisão da vogal na preposição “de” em compostos do tipo *vinha d’alho*.

(...) identifica comentários do transcritor em relação aos procedimentos extralingüísticos de um dos interlocutores. Esse símbolo foi mantido pelo fato de representar elementos e aspectos que interferem no objeto de análise. O transcritor usou esse símbolo nos seguintes casos:

(inint) : para palavras ou trechos de fala de qualquer dimensão ininteligíveis;

(est) : para qualquer estímulo dado pelo ouvinte ou falante. Esse símbolo indica a ocorrência na fala do indivíduo que recebe o estímulo;

(hes) : símbolo inserido na transcrição em caso de hesitação do falante (em geral o entrevistado/informante, mas não necessariamente);

(toss) : indica tosse de um dos interlocutores;

(ruído) : indica que parte da fala é ininteligível devido a barulho extraentrevista;

(risos) : em caso de risos durante a entrevista, detectados pelo transcritor, usa-se na transcrição (risos f) para risos do informante, (risos e) para risos do entrevistador, e (risos geral) para risos de ambos ou de todo o grupo (isto é, há entrevistas com participação de mais pessoas além de E e F);

(falando rindo) : para registro de fala do informante acompanhada de riso simultâneo;

(“...”): os enunciados de interpretação duvidosa são registrados como se supõe que a pessoa tenha dito, entre parênteses e aspas duplas. Para análise assumiu-se como critério selecionar textos de fato enunciados pelo falante. Nenhum excerto em análise, portanto, comporta trechos marcados por esse símbolo.

Símbolos eliminados dos excertos ou substituídos:

* esse sinal, no arquivo eletrônico faz a delimitação para buscas no programa de busca automática. Esse símbolo é também marca designativa de início de frase. Ele foi eliminado pelo fato de elementos estruturais como a frase não ser o foco de análise nem ser orientação deste estudo, independente da relação existente entre a(s) frase(s) e o(s) turno(s) de fala, indicado(s) por F ou E;

[n.....n] esse símbolo indica sobreposição de falas. Aqui, “n” é abreviatura de número. São indicadas entre colchetes com índices numéricos [1.....1], [2.....2], ... [9.....9] as emissões de fala feitas em conjunto pelo informante e pelo entrevistador. O papel do índice é o de marcar que parte do fala de uma pessoa se sobrepõe à de outra. O

- registro do texto sobreposto ao do falante só é feito quando há mudança de turno. Considerando que os índices numéricos serão apagados, atenção será dedicada no sentido de reproduzir as falas sobrepostas próximas entre si, em diferentes turnos;
- 0 indica que na segunda linha do arquivo eletrônico há acréscimo de segmento fonético, o qual não é recuperável pela escrita oficial. Ou ainda, indica pausa não correspondente ao sinal de pontuação. Em ambos os casos o símbolo foi eliminado, ao considerar que esse segmento fonético ou essa pausa não influencia na análise que se pretende. Ou seja, considera-se o registro dos transcritores como texto de análise, os quais pautaram-se no português padrão;
- # sinal representativo do hífen nos vocábulos e nos pronomes átonos. Esse símbolo é substituído por hífen;
- o hífen na transcrição representa as reticências. Esse símbolo é substituído pelo sinal de pontuação convencional (reticências). Os demais sinais de pontuação são usados convencionalmente, tanto na transcrição quanto nos excertos;
- [....]- gaguejo, repetição e correção são transcritos entre colchetes seguidos de hífen. Os colchetes são apagados e o hífen é substituído pelo sinal de reticências;
- <.....> palavra não dicionarizada é transcrita entre colchetes angulados. Nesse caso, os transcritores utilizaram como referência para decisão sobre palavras não dicionarizadas a 2^a. edição do *Novo Dicionário Aurélio* (1986). Os colchetes são eliminados e a palavra em destaque é mantida, acreditando que ela integra o “dicionário” particular do falante;
- <....-> palavra interrompida ou incompleta é registrada seguida de hífen, entre colchetes angulados. Os colchetes são eliminados e o hífen é substituído pelo sinal de reticências.

Além dessas alterações, em vários excertos aparece o símbolo [...] indicando que parte do texto do arquivo eletrônico foi eliminada em função de sua irrelevância para o fenômeno identificado no excerto, ou pelo fato de se preferir apresentar um excerto mais curto que o do arquivo, sem, contudo, causar qualquer prejuízo à análise.

Dadas essas informações sobre o Banco de Dados Lingüísticos *VARSQL* e sobre o *corpus* deste trabalho, faz-se a “limpeza” do excerto acima, no qual pode-se observar que os símbolos pertinentes à análise a ser desenvolvida se mantêm.

Excerto 1a

F Muito sérias, desde a destituição do Collor. a esses... essas... essas corrupções, esses troços todos. A história aqui ainda vai dizer muita coisa para a gente. (est) Muita coisa vai vir..., vai chegar a limpo ainda, porque teve muito... muito dedo político lá dentro. (est) foi demais. Manipularam, (hes) não posso dizer, isso é melhor não falar porque o pensamento é pessoal... o que é pessoal, é pessoal.

E Não, mas pode. Mas pode falar se quiser.

F Não, é que não foi uma manifestação global. (est) foi uma manifestação... manifestações isoladas, provocadas e... (hes) e a pressão total foi só interna. dentro do... do Legislativo, né? (est) Não foi... foi contra o Executivo, parece ("até") que foi com uma visão específica pra... pra destituir e pronto, não olhar nada que se o homem fez alguma coisa boa, ou não fez, só ver o que ele fez de errado. Quando eu acho que deve-se primeiro analisar, analisem primeiro, vejam, verifiquem, ninguém pode ser julgado e dizendo (ruidos) (inint) falei aquela hora, nada é certo ou errado. Só depois de... de verificado e exatamente se possa dizer isso é errado, (est) agora isso aqui está certo, hum?

E E a senhora acha que é um julgamento é justo isso?

F Pra... pra pegar os corruptores sim, corrupção deve ser (hes) banida ao máximo, agora vamos verificar se os elementos todos se estão s... nesse caso específico. Eu tive muita admiração pelo Collor. (est)

E Votou nele?

F Votei nele. Um jovem com idéias brilhantes (hes), vamos dizer, mais avançadas, (est) querendo levar o país para um estágio mais alto, né? e levando o nome do Brasil lá fora, elevando o nome do país, fazendo de tudo pra mostrar que o país existe, pra melhorar. Agora se... se teve suas falhas, teve, vam... vamos ver, (hes) isso é o que podia ser (hes) corrigido, vamos dizer. (est) Ele mesmo veria ou estava vendo, estava acompanhando, agora ele não tinha uma assessoria que prestasse, né? (est) (PRIRT11 – 349 a 397)

No capítulo seguinte ocupa-se da análise. Inicialmente, algumas considerações concernentes aos procedimentos assumidos ao longo da análise são tecidas.

4 ANÁLISE: A PROGRESSÃO REFERENCIAL NO TEXTO ORAL

Os objetivos do presente estudo são oportunamente reiterados: (i) compreender como se dá a progressão referencial-anafórica na fala cotidiana; (ii) identificar a construção da *rede referencial progressiva* tecida no desenrolar da fala/conversa; (iii) identificar a frequência de cada estratégia anafórica empregada na fala cotidiana (entendendo-a como de dois tipos: narrativa e argumentativa). Os dois primeiros objetivos são de ordem qualitativa e o terceiro é de ordem quantitativa.

As hipóteses assumidas no início deste trabalho são também reiteradas: (i) a anáfora (com suas diferentes estratégias) é um mecanismo textual/coesivo amplamente empregado na construção de referentes e no processo de progressão referencial; (ii) cada tipo de texto utiliza prioritariamente determinadas estratégias anafóricas para a progressão referencial.

Na identificação de estratégias anafóricas, aproveita-se da correlação feita no segundo capítulo entre os subtipos de AI, o conceito de AD (lembrando que os conceitos de AI e AD são tomados de Marcuschi, 2001a) e as estratégias propostas por Marcuschi e Koch (2002). A correlação foi assim apresentada:

Estratégias	AD / AI – subtipos
1	AD
2	AD
3	AD
4	AI – “v”
4.1	AI – ?
5	AD
6	AI – “ii”
7	AI – “i”, “iii” e “iv”
8	?
9	AI – “vi”

Ao aproximar o estudo de Marcuschi e Koch (2002) com o de Marcuschi (2001a), parece inevitável sugerir uma reorganização do “quadro”, por conseguinte, também do *continuum* anafórico. Essa reorganização – entendida como “novo quadro”, como tentativa de proposta de estudo – é que é considerada no decorrer desta análise. Antes de efetivamente apresentar o “novo quadro”, parece útil, porém, retomar alguns tópicos desenvolvidos principalmente no segundo capítulo, no sentido de justificar as diferenças em relação ao “quadro” tomado de Marcuschi e Koch (2002).

De acordo com o comentário tecido acerca da *hiperespecificação* logo após a inserção do “quadro” na seção 2.1.1, esse aspecto que Marcuschi e Koch consideram como integrante do processo referencial não é incluído no “novo quadro”.

Talvez seja interessante deslocar a estratégia 8 dada suas particularidades metalingüísticas. Uma possibilidade é para posição entre as estratégias 5 e 6, ao entendê-la como divisor das ADs e AIs. Assim, voltando o olhar para o *continuum* anafórico, ter-se-ia à esquerda da estratégia 8 explicitude e pontualização do referente, enquanto à sua direita ter-se-ia inserção de referente novo. Para esse deslocamento, entende-se que em 8 há *Alteração Referencial* diferente da que ocorre com as demais estratégias, visto que o processo é metalingüístico e não de reativação de referente designado no texto. Essa postura pode ser questionada, se se pensar na possibilidade de deslocar 8 para junto da estratégia 9, entendendo que em 8 também se dá *Introdução de Referente*, mesmo sabendo que de ordem diferente da que ocorre em 9. Nesse caso, em 8 não ocorreria *Alteração Referencial*, mas sim *Introdução de Referente* de ordem metalingüística.

A estratégia 9 é um tipo de anáfora inferencial, e a introdução de referente por essa estratégia implica que há construção do referente, o que, portanto, dispensaria a denominação *Referenciação Construída* no “quadro”. Desse modo, o campo denominado por Marcuschi e Koch de *Referenciação Construída* poderia ser unido ao campo *Referenciação Inferida*. A possível junção desses dois campos é apenas uma especulação, pois eles não são unidos na seqüência.

O diálogo estabelecido entre as estratégias anafóricas e as AIs – com seus tipos e subtipos – é privilegiado aqui. Assim, o diagrama que representa o *continuum* anafórico, tomado de Marcuschi (2001a) e inserido à página 83, de certo modo, integra o “novo quadro”. Junta-se às estratégias também o conceito de AD. Frente à junção dessas diferentes classificações, o campo do “quadro” denominado por Marcuschi e Koch de *Estratégias* é ampliado e chamado aqui de *Estratégias e Continuum Anafórico*.

O número correspondente a cada estratégia, conforme tomado de Marcuschi e Koch, é mantido no “novo quadro”, embora a seqüência que se propõe nesse “novo quadro” seja diferente da de Marcuschi e Koch. Esse procedimento se justifica no sentido de facilitar uma possível comparação com o “quadro” à página 59. As diferenças estabelecidas entre ambos os quadros, a princípio, são parte substancial do resultado das reflexões tecidas ao longo do presente estudo.

A partir dessas considerações, parece possível elaborar da seguinte maneira o “novo quadro”, o qual é apresentado a seguir.

PROCESSOS REFERENCIAÇÃO		<ul style="list-style-type: none">• INDICIALIDADE• EXPLICITUDE	REFOCALIZAÇÃO <ul style="list-style-type: none">• IMPLICITAÇÃO• ASPECTUALIDADE• AVALIAÇÃO• SUBESPECIFICAÇÃO					SITUACIONAL OU COTEXTUAL				
REFERENCIAÇÃO ESPECIFICADA		REFERENCIAÇÃO INFERIDA										REFERENCIAÇÃO CONSTRUIDA
MANUTENÇÃO REFERENCIAL		CORREFERENCIAÇÃO COM REFOCALIZAÇÃO					ALTERAÇÃO REFERENCIAL					INTRODUÇÃO DO REFERENTE
ANÁFORAS DIRETAS		ANÁFORAS INDIRETAS										
		TIPOS SEMÂNTICOS					TIPOS INFERENCIAIS					
ANÁFORA NOMINAL (repetição lexical)	ANÁFORA PRONOMINAL (características de correferen- cialidade)	ANÁFORA NOMINAL (sinonímias paráfrases)	DESCRIÇÃO DEFINIDA (completa incompleta com permuta)	DEFINIÇÕES EXPLICAÇÕES (procedimentos metalinguísticos)	PAPEL TEMÁTICO (preenchi- mento de papel temático)	HIPONIMIA HIPERONIMIA (relação do tipo classe/membro toto/parte especificação individualização seleção)	ESQUEMAS COGNITIVOS E MODELOS MENTAIS	MODELO DE MUNDO TEXTUAL (ancora- gem em inferência)	NOMINALIZAÇÃO (deverbal ou não e nome-verbo)	PRONOMINA- LIZAÇÃO NEUTRA (prônimo demonstrativo neutro)	INDICAÇÃO PRONOMINAL (referenciação induzida)	
1	2	3	5	8	7 – “i”	6 – “ii”	7 – “iii”	7 – “iv”	4 – “v”	4.1	9 – “vi”	
não-recategorização		recategorização										???
correferenciação		nao-correferenciação										???
co-signifi- cação	nao-co-significação											???

Observe-se que a subclasse *Anáfora Associativa*, por ora, não integra o “novo quadro”. Esse procedimento se justifica pelo fato de a reflexão desenvolvida sobre as AAs ser breve. De qualquer modo, essa subclasse de anáforas e o comentário tecido acerca da abordagem léxico-estereotípica e da cognitivo-discursiva também permearão a análise a seguir. Assim, o quadro que diz respeito à AA é também retomado.

Abordagem léxico-estereotípica	Abordagem cognitivo-discursiva	
Tipos semânticos ↓ Subtipo “ii” SN definidos	Tipos conceituais ↓ Subtipo “iii” Esquemas cognitivos	Tipos inferenciais ↓ Subtipo “iv” Conhecimentos textuais
Estratégia 6	Estratégia 7	Estratégia 7

Para desenvolver essa análise orienta-se por alguns dos critérios de seleção do *corpus* apresentado no capítulo anterior, são eles: o gênero/tipo textual – argumentação e narração –, critério de que Costa (2000) lançou mão ao selecionar cem textos do *VARSQL*; e o tópico discursivo: seja relacionado ao tema *política*, *trabalho* ou *acidente/morte*, os quais orientaram a escolha dos 34 textos entre os cem tomados de Costa. A análise se divide em dois blocos, o primeiro diz respeito a textos argumentativos de tópico relacionado ao tema *política*, o segundo bloco diz respeito a textos narrativos de tópico relacionado ao tema *trabalho* ou *acidente/morte*. Sobre esses dois blocos obter-se-á uma visão, mesmo que panorâmica, de como ocorre a progressão referencial nesse *corpus* e quais as estratégias anafóricas mais recorrentes, além de poder obter particularidades sobre algumas estratégias, senão todas. Os suportes teóricos expostos no primeiro e segundo capítulos são fundamentais na análise dos dados.

Em tempo, os excertos recortados para análise fazem parte de um texto mais extenso delimitado pelo tópico discursivo, como enfatizado anteriormente. A inserção desses recortes na sequência ocorre no sentido de mostrar como se dá a progressão referencial e quais estratégias são com frequência e preferencialmente empregadas, seja reiterando ou refutando aspectos teóricos ou posturas dos autores citados nos capítulos 1 e 2. Para tanto, assume-se o seguinte procedimento: primeiramente identifica-se, nos 34 textos aproveitados de Costa, o dado pertinente (entendido sobretudo como construção de objetos de discurso ou como relação anafórica), para em seguida identificar a porção de texto a sua volta, necessária para sustentar esse dado. Feita a identificação, faz-se o recorte. Para que esse recorte não seja

prejudicial à análise, atenção será dispensada no sentido de recuperar e/ou apontar o que for pertinente ao dado mas que se acha além do excerto.

As anáforas são observadas considerando a relação anafórica entre cada designação (elemento anafórico) e a introdução do referente, e não a relação entre a designação e o antecedente mais próximo. A princípio, esse procedimento faculta sobremaneira a identificação do processo evolutivo, progressivo, de modificação que sofre o referente. Aliás, possivelmente poderá observar que a progressão/modificação do referente é tamanha ao ponto de a remissão ao item lexical introdutor do referente parecer um equívoco, salvo se observar os demais itens lexicais da cadeia referencial e ter em conta as alterações sofridas pelo referente. Observam-se também casos de relação entre referentes distintos, em que um remete ao outro estabelecendo relações diversas, estabelecendo “cruzamentos referenciais”.

Um dos critérios de análise é o uso de códigos concernentes às estratégias e subtipos de AI. Por exemplo, 7-AI-“iv” indica que a relação anafórica empregada corresponde à estratégia 7 do quadro tomado de Marcuschi e Koch (2002) e ao subtipo “iv” das AIs, conforme conceito exposto a partir de Marcuschi (2001a) no segundo capítulo do presente estudo. Esses códigos são utilizados aqui conforme sua organização no “novo quadro”, e com a expectativa de que com eles ativem-se partes do suporte teórico pertinentes ao foco de análise. A identificação das estratégias utilizadas é crucial nessa reflexão: é o momento de verificar quais estratégias são mais recorrentes no tipo de texto entrevista.

Bloco 1: Textos argumentativos de tópico relacionado ao tema *política*.

Excerto 1b

F Muito sérias, desde a destituição do Collor, a esses... essas... essas corrupções, esses troços todos. A história aqui ainda vai dizer muita coisa para a gente. (est) Muita coisa vai vi..., vai chegar a limpo ainda, porque teve muito... muito dedo político lá dentro, (est) [...] Quando eu acho que deve-se primeiro analisar, analisem primeiro, vejam, verifiquem, ninguém pode ser julgado e dizendo (ruidos) (inint) falei aquela hora, nada é certo ou errado. Só depois de... de verificado e exatamente se possa dizer isso é errado, (est) agora isso aqui está certo, hum?

E E a senhora acha que é *um julgamento*[1] é justo isso?

F Pra... pra pegar *os corruptores*[2] sim, corrupção deve ser (hes) banida ao máximo, agora vamos verificar se *os elementos todos*[3] se estão s... *nesse caso específico*[4]. *Eu tive muita admiração pelo Collor*[5]. (est)

E Votou nele?

F Votei nele. *Um jovem com idéias brilhantes*[6] (hes), vamos dizer, mais avançadas, (est) querendo levar o país para um estágio mais alto, né? e levando o nome do Brasil lá fora, elevando o nome do país, fazendo de tudo pra mostrar que o país existe, pra melhorar. Agora se... se teve suas falhas, teve, vam... vamos ver, (hes) isso é o que podia ser (hes) corrigido, vamos dizer. (est) Ele mesmo veria ou estava vendo, estava acompanhando, agora ele não tinha uma assessoria que prestasse, né? (est) (PRI11 – 349 a 397)

No primeiro turno de fala da informante identificam-se inferências⁶⁶ que apontam para a avaliação e opinião que ela tem sobre o processo de *impeachment* a que esteve submetido o “ex-presidente da república Fernando Collor de Melo” no início da década de 1990, embora esse processo não seja referido explicitamente.

Essas inferências possibilitam que a entrevistadora na pergunta subsequente empregue a expressão *um julgamento*[1] para referir a evento futuro concernente a esse processo, estimulando a informante a revelar sua opinião/ponto de vista. Com a expressão *os corruptores* (com a possibilidade de o sujeito Collor fazer parte ou não desse grupo) a informante imprime no objeto de discurso um ponto de vista/avaliação que subentende crime, punição. Nesse caso, a expressão lexical em si contribui com sua carga semântico-referencial na identificação desse ponto de vista.

Com *Eu tive muita admiração pelo Collor*[5] e *Um jovem com idéias brilhantes*[6] a informante apresenta explicitamente sua opinião, seu ponto de vista (elogios) sobre o sujeito Collor. Quanto à categorização, com [5] e [6] o indivíduo Collor é categorizado como “bom político”. A identificação categorial exige reconhecer não só as expressões lingüísticas, mas também o co(n)texto, o conhecimento de mundo pertinente aos referentes em questão.

Pode-se notar a importância da atividade inferencial em alguns itens destacados:

- a) sobre *os elementos todos*[3]: relembrando o processo de *impeachment* que se desenvolveu na Câmara dos Deputados e Senado Federal ou consultando os veículos de comunicação de então identificam-se alguns desses elementos, mas não todos, pois a própria expressão (de caráter de implicitude, genérico) impossibilita a total identificação de todos os indivíduos;
- b) apesar de [2] e [3] alimentarem-se de várias informações (inferências) do cotexto e constituírem-se como um único objeto de discurso, sua referenciação se concretiza de fato mediante o conhecimento de mundo. Nesse caso, [2] e [3] unem-se para a constituição de um só *objeto de discurso*, referindo-se a um grupo de indivíduos específicos; e
- c) a expressão [4] também ancora em inferências. A construção do referente de *caso específico* – expressão genérica – certamente não é problema para entrevistadora e informante, mas pode sê-lo para o analista. Os interlocutores decerto compartilham de

⁶⁶ Ao longo desta análise fala-se freqüentemente de *inferências*. Vale lembrar que, quando elas ocorrem, elas preenchem “espaços vazios”, deixados pela *subespecificação* do/sobre o referente em foco. Ao falar de *inferência* significa que está ocorrendo *subespecificação referencial*. Esse assunto foi exposto nas seções 1.3.3 e 2.1.1.

conhecimento de mundo que sustenta o referente de [4] como a corrupção e o processo de *impeachment* em que estiveram envolvidos os indivíduos referidos por *Collor* e por *os corruptores*[2], informações representadas de certo modo pelas expressões cotextuais *desde a destituição do Collor, essas corrupções. esses troços todos*, enunciadas no início do excerto.

Estratégias anafóricas empregadas:

- um julgamento*[1] introdução de referente, por estratégia 7-AI-“iv”, remete (ancora) ao modelo mental *corrupção*.
- os corruptores*[2] introdução de referente, por estratégia 7-AI-“iv”, remete ao modelo mental *corrupção* e especialmente a [1].
- os elementos todos*[3] idem a [2].
- nesse caso específico*[4] nominaliza o processo narrado, o modelo mental *corrupção-corruptores*, por estratégia 4-AI-“v”.

O “mesmo” indivíduo *Collor* é introduzido no excerto abaixo, agora sob uma ótica diferente da ocorrência acima. A comparação entre os dois casos mostra a particularidade com que cada informante trata um “mesmo” objeto, no mesmo momento histórico-político do Brasil. A diferença identificada mostra que cada falante entende o mundo à sua maneira, abstraindo os objetos/eventos e introduzindo-os no discurso de modo bastante particular.

Os objetos de discurso focalizados nos excertos acima e subsequente (1b e 2) são objetos sociais introduzidos em um tópico relacionado ao tema política e corrupção, esse aspecto do objeto parece favorecer que o falante manifeste seu ponto de vista, sua avaliação, seu julgamento sobre o referente.

Excerto 2

E Claro. E *o plano Collor*[1], o que o senhor está achando *do plano Collor*[2]?

F Eu... (inint) eu, primeiro lugar, eu não votei nesse... *nesse homem*[3].

E (falando rindo) Votou em quem? (f)

F Não votei em ninguém.

E (falando rindo) Votou em branco? (f)

F É. Fiz um monte de riscos. Porque...

E Escreveu palavrão que nem uma tia minha? (RSPOA17 – 352 a 360)

Com *o plano Collor*[1] e [2], a entrevistadora refere-se a determinado “plano econômico”, na expectativa de que o informante o reconheça como tal. O informante, porém,

a partir do “plano” introduz novo referente: o “mentor” do plano referido⁶⁷. A expressão *nesse homem*[3] refere-se ao ex-Presidente da República Fernando Collor de Mello. Com a inserção de [3] não há complementação ou modificação do referente de [1], mas sim, um abandono, um redirecionamento; apesar disso, para que se construa/identifique o referente de [3], é crucial sua remissão a [1]. Implicitamente, com [3] o informante apresenta seu ponto de vista sobre o indivíduo *Collor* atribuindo-lhe atributos depreciativos: “indivíduo desprezível e digno de desmerecimento”. Essa postura parece ser enfatizada com o uso do pronome demonstrativo + nome genérico para introduzir novo referente, o qual até então se achava implícito discursivamente dado o conhecimento de mundo dos interlocutores, inferências e dada a expressão *o plano Collor*[1].

Estratégias anafóricas:

o plano Collor[1] introdução de referente.

do plano Collor[2] ... retoma [1] por estratégia 1-AD.

nesse homem[3] remete a [1] por estratégia 5-AD.

As informações requeridas no espaço subsequente podem reiterar, enriquecer, corrigir, modificar, fragmentar o referente do item lexical em foco ou, até mesmo, a referenciação de todo o texto anterior. Trata-se de um mecanismo natural ao texto que é melhor pensado como atividade que readapta, reorienta e reorganiza a referenciação de cada item lexical e do texto já enunciado. Esse processo dinâmico é observado neste excerto:

Excerto 3

F [...] eu trabalhei trinta anos como empregado. Se eu naquele... nesses trinta anos que eu trabalhei lá dentro da Ford, eu trabalhasse pra mim, hoje eu era um homem milionário, e eu trabalhei os trinta anos pra deixar o meu patrão mais rico e não tive reconhecimento nenhum.

E Por quê? Isso desestimula, né?

F Desestimula. E eu acho que *o próprio governo*[1] deveria de não prolongar tanto *essas discussões*[2] que *ele*[3] faz no Congresso, se é aprovada *no Congresso*[4] vai *pro Senado*[5], se passa no Senado *o Presidente*[6] veta, isto é, quando é com o trabalhador. [...] E quando é pro trabalhador? Aí fica um mês, dois meses, três meses, quatro meses, cinco meses, um ano, quando é pro trabalhador às vezes leva até um ano pra ser aprovado o aumento; [...] É, então devia de ter o quê? Diminuir o salário desses... esse pessoal do alto escalão, e melhorar o salário mínimo, o pobre ter mais comida na panela. (PRCTB17 – 538 a 578)

⁶⁷ Embora o foco desta análise não seja a colaboração entre interlocutores, observe-se que tal “desvio” conta com a colaboração consensual da entrevistadora, haja vista os seus questionamentos subsequentes.

As expressões⁶⁸ destacadas possibilitam a seguinte análise:

- (a) *o próprio governo*[1]: trata-se de uma designação genérica. O cotexto antecedente não fornece informação pertinente à referenciação de [1], e os conhecimentos socioculturais a seu respeito são insuficientes para identificar seu referente. O cotexto subsequente é que orienta sua construção referencial. A princípio, [1] e *ele*[3] correferem-se. Por outro lado, parece que os itens *no Congresso*[4], *o Senado*[5] e *O presidente*[6] são partes de [1]. Além desses referentes, o próprio evento – *essas discussões* – também oferece implicitamente informações fundamentais a [1]. Nota-se que [1] subdivide-se com as designações subseqüentes, as quais estabelecem com [1] relação de retomada não correferencial, mas do tipo hiponímica, ou todo-parte; e
- (b) *essas discussões*[2]: certamente “a falta de reconhecimento pelo trabalho exercido durante trinta anos” contribui na referenciação de [2], porém não a ponto de construir seu referente. Ainda que o caráter definido de [2] indique que se trata de referente já conhecido e enunciado, ele não se encontra explícito no cotexto. No entanto, no cotexto prospectivo acham-se informações para construir o referente de [2], por exemplo, pelas expressões *que ele faz no Congresso, se é aprovada no Congresso vai pro Senado, se passa no Senado o Presidente veta, isto é, quando é com o trabalhador. [...] às vezes leva até um ano pra ser aprovado o aumento*⁶⁹;

Estratégias anafóricas:

o próprio governo[1] introdução de referente, remete a expressões prospectivas, por estratégia 6-AI-“ii”.

essas discussões[2] introdução de referente, remete a expressões prospectivas, por estratégia 8. Trata-se de um nome de atividade linguageira.

Excerto 4

E⁷⁰ Certo. E eu conversei um pouco com *o pessoal*[1] também a respeito do... da... da prefeitura aqui de Londrina, né? porque lá em Curitiba a gente teve uma coisa assim: tivemos *um prefeito todo*

⁶⁸ Quanto a elementos do contexto de situação, o informante não os explicita, de modo que os mesmos não contribuem diretamente na referenciação. Sendo assim, tanto o referente de [1] quanto o de [2] são identificados a partir de informações socioculturais específicas (conhecimento de mundo) que [1] e [2] ativam. Essas informações dizem respeito, por exemplo, à política, à administração pública, à lentidão dos deputados em resolver problemas da população, especificamente no Brasil.

⁶⁹ O emprego do pronome *ele* [3] na oração relativa *que ele faz no Congresso* leva a não classificá-la como elemento modificador do nome-núcleo *discussões*[2], embora no processo de progressão referencial essa oração não deixa de cumprir um papel modificador.

⁷⁰ Este turno de fala de entrevistador é particularmente um dos mais extensos dentro dos textos que compõem o *corpus* do presente estudo. Em geral o entrevistador produz turnos de fala curtos. Um dos motivos para isso é que ele raramente expõe sua experiência, sua visão de mundo.

rebuscado[2] (est), todo (inint), tá bom? e depois *o pessoal*[3] votou *no candidato dele*[4] e parece que não está correspondendo lá em Curitiba *às expectativas*[5], né?

F Certo.

E E aqui como é que...

F (inint) é... *isentar de um imposto*[6], então é... é, esse povo acredita *nessas palavras*[7] ainda que na verdade há muito tempo *eles*[8] estão prometendo *isso*[9] e o povo está vendo que não é *isso*[10], né? *eles*[11] prometem no dia de política, *eles*[12] *prometem de dar remédio de graça*[13], *eles*[14] *prometem é... tudo que você imaginar*[15] *eles*[16] prometem, né? (est) e na verdade cadê *o homem*[17] que depois que é eleito lá no dia da... da eleição, foi eleito, tá? foi eleito e cadê *esse homem*[18], ninguém consegue mais falar com *o homem*[19], né?

Nesse excerto a entrevistadora designa dois grupos distintos de indivíduos utilizando-se da mesma forma nominal: *o pessoal*. Aparentemente, com [1] ela refere às pessoas residentes em Londrina com as quais teve contato, enquanto com [3] ela refere aos habitantes de Curitiba que votaram em determinado candidato. A construção de cada referente se dá mediante inferências, geradas a partir de informações difusas no cotexto e de conhecimento de mundo, com remissão de [1] a *Londrina* e de [3] a *Curitiba*, mas sem qualquer retomada. Parece que o caráter genérico que tem a expressão *o pessoal* favorece esse tipo de referenciação: construção do referente a partir de inferências.

Com *um prefeito todo rebuscado*[2] a entrevistadora apresenta sua avaliação, ponto de vista sobre um ex-prefeito de Curitiba (Rafael Greca), sobretudo devido ao uso do modificador *todo rebuscado*. Identifica-se o referente de [2] como tal remetendo-se à oração *lá em Curitiba a gente teve uma coisa assim*.

Na seqüência, *no candidato dele*[4], novo referente, retoma o núcleo referencial de [2] mas não o mantém como núcleo, e sim como modificador do novo núcleo. Isto é, o núcleo de [2] é o ex-prefeito de Curitiba, enquanto o núcleo de [4] é o atual (quando da realização da entrevista) prefeito de Curitiba (Cássio Taniguchi). A relação entre o referente de [2] e o de [4] é do tipo associativa, portanto.

Quanto *às expectativas*[5], mediante inferências no cotexto retrospectivo identifica-se seu referente como “o quê a população de Curitiba espera como desempenho do atual prefeito”. Observe-se que a entrevistadora cria uma situação discursiva ao longo de sua fala, cria uma seqüência em que ao final introduz [5], embora trate de um referente totalmente novo. Mas essa progressão referencial não é gratuita, parece ser uma estratégia da entrevistadora para ativar informações semelhantes na mente do informante e, em seguida, questioná-lo sobre a realidade vivida em Londrina passando-lhe o turno de fala.

A expressão *nessas palavras*[7] retoma [6] e o símbolo (inint) próximo, isto é, com (inint) pressupõe-se aqui que o informante tenha dito algo mais que contribua para a construção do referente de [7]. Mas [7] tem relação semelhante com [9], [10] [13] e [15] no

cotexto prospectivo. Nesse processo, [7] concentra e rotula todas as informações de [6], [13] e [15] principalmente. A princípio, [7] seria uma rotulação metalingüística; seu referente, porém, não são determinadas palavras do texto, mas sim o conteúdo, as informações que essas palavras ativam. Desse modo, entende-se o emprego de [7] como nomeação.

Quanto ao emprego de *isso*[9] e [10], que retomam tanto [6] como [7] fazendo referência especificamente ao “quê” os candidatos prometem às vésperas de eleição, em situação de campanha político-eleitoral, imprimindo um caráter genérico à atividade referencial, mais genérico do que o projetado pela expressão *nessas palavras*[7].

Caso de introdução de referente sem retomada nem remissão são as ocorrências de forma pronominal *eles* destacadas no excerto. Sua identificação referencial se dá de modo semelhante ao de *o pessoal* por exemplo: a partir de várias informações cotextuais infere-se que o referente de *eles* são os candidatos a cargos políticos, em campanha pré-eleição.

Caso semelhante ocorre com a expressão *o homem*[17], também de caráter genérico, a qual não encontra no cotexto um antecedente explícito a ser retomado, embora seu referente seja introduzido como já conhecido dos interlocutores (dado o uso do artigo definido). Sua identificação se dá mediante inferências geradas, por exemplo, a partir de várias expressões e orações do cotexto, entre elas: *um prefeito* e *votou no candidato dele* enunciados pela entrevistadora, *eles prometem no dia de política*, *eles prometem de dar remédio de graça*, *que depois que é eleito lá no dia eleição*. Ou seja, inferencialmente se identifica o referente de [17] como “os políticos eleitos”, que *prometeram* algo durante a campanha política. Quanto à relação de [18] e [19] para com [17], ela é de retomada correferencial, no entanto sem acrescentar mais informações que contribuam para a identificação do referente.⁷¹

Estratégias anafóricas empregadas:

o pessoal[1] introdução de referente, remete a *Londrina*, relacionando-se por associação: *o pessoal* de *Londrina*. Estratégia 7-AI-“iii”.

um prefeito todo rebuscado[2] introdução de referente, remete ao núcleo nominal *Curitiba*. Estratégia 7-AI-“iii”.

o pessoal[3] introdução de referente, remete a *Curitiba*, relacionando-se por associação. Estratégia 7-AI-“iii”.

⁷¹ Observe-se que a mudança do determinante (artigo definido – pronome demonstrativo) não provoca alteração substancial na carga semântico-referencial, até mesmo a ironia presente no elemento [17] é mantida. Como bem observa Costa (2000), na oralidade as formas nominais repetidas e correferenciais são bastante empregadas na construção de cadeias referenciais.

- no candidato dele*[4] introdução de referente, retoma o núcleo referencial de [2]. Estratégia 5-AD.
- às expectativas*[5] introdução de referente, construção referencial com ancoragem em informações difusas. Estratégia 7-AI-“iv”.
- nessas palavras*[7] nomeação de atividades exercidas pelo referente de [2], [4], [8], [17]. Referente construído por remissão a essas expressões e a informações difusas. Estratégia 4-AI-“v”.
- eles*[8] introdução e construção de referente. Estratégia 9-AI-“vi”.
- isso*[9 e 10] pronominalização neutra que remete a [7]. Estratégia 4.1.
- eles*[11, 12, 14 e 16] retomam [8], mantém-se como estratégia 9-AI-“vi”.
- o homem*[17] introdução e construção de um referente genérico, por inferências. Ancora, por exemplo, em *eles prometem no dia de política*. Estratégia 7-AI-“iv”.
- esse homem*[18] e *o homem*[19] retomam [17]. Estratégia 1-AD.

Ocorrências como as observadas acima são freqüentes na conversação cotidiana, tipo de texto em que a explicitude não é fator crucial de construção de referentes (ou da progressão referencial), certamente porque os interlocutores cooperam no sentido de completar os “espaços vazios”, as aparentes “deficiências” projetadas pelos itens lexicais em geral. Aliás, perpassa todo o excerto anterior um tom genérico, de subespecificação, de implicitude, de vagueza, de inferência. Talvez essa característica tenha relação direta com o momento histórico e político da entrevista, o contexto situacional e o tópico desenvolvido: “função e compromissos dos políticos eleitos”. Isso porque os indivíduos tendem a silenciarem-se sobre fatos recentes (sobretudo quando de caráter político) e porque vários fatos em pauta ainda aconteciam quando da realização das entrevistas.

Excerto 5

E *O governo Itamar*[1] o que a senhora acha?

F *Itamar*[2], *o Itamar*[3] se foi *o vice-presidente*[4] *ele*[5] devia estar incluído, *um vice-presidente*[6] que sabia o que o presidente faz. (est) (PRIRT11 – 413 a 416)

Aqui ocorre relação de remissão dos elementos [2] a [6] para com [1], no sentido de [1] contribuir na construção do referente dos demais itens. Quanto à referência, enquanto [1] refere-se a um “conjunto político-administrativo”, os demais referem-se ao indivíduo que

ocupa o cargo referido por [1]. A expressão [1] serve de antecedente/âncora no sentido de definir que *Itamar* é (ou foi) Presidente da República. Observe-se que o núcleo referencial – *Itamar* – de [2] e [3] surge do modificador de [1]⁷², isto é, [2] e [3] retomam parcialmente [1].

Os itens [2] a [6] estabelecem retomada anafórica entre si. Estaria cada um deles retomando todos os demais anteriores ou retomando apenas o item imediatamente anterior? “Certamente todos”. Pois, por exemplo, caso a retomada de [6] ocorresse apenas até [4], a identificação do referente de [5] e [6] seria comprometida.

Observe-se ainda que ocorre uma progressão referencial de [2] a [6], a qual recebe influência do conhecimento de mundo e de expressões cotextuais como *que sabia o que o presidente faz*, isto é, ao fim da cadeia o objeto de discurso se apresenta mais “rico” do que quando de sua introdução com [2]. Sobre esse enriquecimento, nota-se, ainda, que cada forma nominal possui uma carga semântico-referencial que distingue um nome do outro.

Estratégias anafóricas:

O governo Itamar[1] introdução do referente.

Itamar[2] introdução do referente, remete a [1] pela estratégia 6-AI-“ii”.

O Itamar[3] remete a [1] pela estratégia 6-AI-“ii”. Retoma [2] por 1-AD.

o vice-presidente[4] remete a [1] pela estratégia 6-AI-“ii”. Retoma [2] por 5-AD, correferencialmente.

ele[5] remete a [1] pela estratégia 9-AI-“vi”. Retoma [2] por 2-AD.

um vice-presidente[6] remete a [1] pela estratégia 6-AI-“ii”. Retoma [2] por 5-AD, correferencialmente.

Bloco 2: Textos narrativos de tópico relacionado ao tema *trabalho* ou *acidente/morte*.

Excerto 6

E Ô D. Ida, como é que é o movimento de cozinhar, de preparar alimentação para quatro mil pessoas por dia?

F Ah, o movimento é um movimento pesado, é um movimento de... que a gente tem que ter muita atenção, tem que ter muito cuidado com a higiene, porque *o Restaurante Universitário*[1], *eles*[2] recomendam muito é... muita higiene, porque, até pra gente mesma, não é só *os estudantes*[3] que comem, a gente... todo funcionário almoça ali, aquilo é tudo areado, aquilo é desinfetado, enfim, o

⁷² Nesta ocorrência o modificador do item âncora torna-se núcleo do elemento anafórico. Processo semelhante ocorre, por exemplo, entre *o plano Collor*[1] e *nesse homem*[3] no excerto 2, em que também o modificador de [1] torna-se núcleo de [3]. Uma diferença entre os dois casos a considerar é que, no excerto 2 a relação modificador-núcleo se dá com nomes diferentes, enquanto no excerto 5 a relação se dá com repetição do nome.

restaurante é bem cuidado. feijão escolhido, arroz é bem lavado debaixo de torneira. Quanto à higiene, a limpeza na comida. (SCFLP07 – 95 a 110)

Note-se que a expressão *os estudantes*[3] encontra como fonte a expressão *o Restaurante Universitário*[1]. Assim, identifica-se o referente de [3] como *os estudantes que comem* nesse restaurante, isto é, estudantes de determinada universidade. Para tanto, leva-se em conta inferências geradas no cotexto e conhecimentos de mundo conforme os quais os estudantes universitários têm à disposição um restaurante nos *campi* das universidades federais brasileiras.

Observe-se que há subespecificação do referente de [3], pois não é explícita a universidade a que esses estudantes vinculam-se, seu(s) curso(s), sua cidade/localização, sua faixa etária, suas condições financeiras, o percentual de estudantes relativo ao sexo, entre outras propriedades do conhecimento comum pertencentes a “estudantes universidades”. Isto é, subespecificação e implicação são aspectos paralelos e complementares da referenciação.

Em síntese, [1] e [3] são dois referentes distintos entre os quais há uma anáfora indireta associativa. Essa relação ocorre de modo particular nesse texto, reconhecendo a carga semântico-referencial estereotípica de cada expressão.

Quanto à forma pronominal *eles*[2], a construção de seu referente depende de informações/pistas cotextuais como *Restaurante Universitário* (âncora retrospectiva) e *recomendam muita higiene* (âncora prospectiva), as quais indicam que [2] refere-se à/ao nutricionista e às pessoas que coordenam ou supervisionam o preparo da comida no restaurante. Além disso, leva-se em conta um conhecimento de mundo muito particular: todo restaurante tem um profissional responsável pelo preparo dos alimentos servidos. Nota-se que a relação anafórica ocorre sem retomada ou remissão, mas sim, a partir de inferências geradas co(n)textualmente, que facultam construir o referente de [2].

Estratégias anafóricas:

o Restaurante Universitário[1] introdução de referente.

eles[2] introdução de referente por estratégia 9-AI-“vi”.

os estudantes[3] introdução de referente por estratégia 7-AI-“iii”.

Excerto 7

F [...] *Eles*[1] pegavam, vinham, e desembarcou em Recife, porque o primeiro porto sempre é Recife, né?

E Sim.

F Lá em Recife, aí ele começou a trabalhar, começou a trabalhar, trabalhar e trabalhar... E ele se

encontrou com *ela*[2], *ela também é portuguesa*[3], *a mulher dele*[4]. Não, *holandesa, a esposa dele é holandesa*[5], *é uma senhora bem alta, muito fina por sinal*[6], *ela*[7] trabalhava dentro na padaria de salto alto. Eles não tinham nada. nada, nada, eles chegaram assim... Ele não tinha nada. (RSFLC04 – 1052 a 1064)

A análise aqui se volta para um único referente. Na tentativa de deixar clara a origem/descendência de *ela*[2], a informante lhe faz referência com o nome *portuguesa*[3], mas logo percebe o seu equívoco, pois *ela* não nasceu em Portugal, mas sim na Holanda. Desse modo, com o nome *holandesa*[5] corrige-se a construção do *objeto de discurso* inserido por *ela*. Esse processo vai além. As expressões *mulher dele* e *esposa dele* complementam a referenciação de *ela*. A expressão *esposa dele*, que aparentemente estaria corrigindo o uso de *mulher dele*, torna mais respeitosa e cuidadosa a designação do indivíduo. Sem esse conjunto de relações, a identificação do referente do pronome *ela* seria comprometida ou dificultada. Essa construção de objeto, portanto, indica que vários itens lexicais podem se relacionar por correção, reorientação, complementação ou modificação, no sentido de construir um só *objeto de discurso*. Outras expressões que integram a mesma progressão referencial são *uma senhora bem alta, muito fina por sinal*[6] e *ela*[7]. A referenciação de [7] é construída também pela informação subsequente – *trabalhava dentro na padaria de salto alto* –, trata-se de caracterização importante do referente de [7]. Com a inserção de cada expressão o objeto de discurso, até então construído, é enriquecido, aspectualizado.

Tanto na introdução de *ela* quanto na de *portuguesa* parece que a informante opta por utilizar “a primeira palavra que lhe vem à mente, mais do que procurar por um termo apropriado, a palavra correta” (Brown e Yule, 1983, p.18). Isto é, a informante enumera diferentes formas nominais “na busca da melhor adequação para relacionar o que tenta dizer sobre o referente e a situação” (Mondada e Dubois, 2003, p.30), até se dar por satisfeita. É interessante observar que em casos como esse o falante pode alcançar a *melhor adequação* com o último item lexical enunciado, ou corrigindo uma ou outra expressão (como ocorre acima), ou com o amálgama de várias designações (como ocorre, por exemplo, com os elementos [2] a [6] no excerto 5).

Estratégias anafóricas:

Eles[1] – não se trata de introdução de referente. Sua identificação referencial depende de texto anterior ao excerto. Refere-se a um casal de estrangeiros residentes no Brasil.

ela[2] – entende-se aqui que [2] foi referido nominalmente em texto anterior. Portanto, [2] trata-se de estratégia 2-AD. Em relação a [1], ocorre estratégia 9-AI-“vi”.

ela também é portuguesa[3] – processo semelhante a [2]. A predicação de *ela* acresce

informações referenciais pertinentes.

a mulher dele[4] – remete a [1], [2] e [3]. Estratégia 5-AD. correferencial apenas a [2] e [3].

holandesa, a esposa dele é holandesa[5] – idem a [4]. Reorienta a construção do referente.

uma senhora bem alta, muito fina por sinal[6] – idem a [4] e [5]. Estratégia 5-AD. Enriquece a construção referencial iniciada por [2].

ela[7] – retoma [2]. Estratégia 2-AD.

Sobre essa progressão referencial, com o uso recorrente da estratégia 5, quase sempre imprimindo no referente propriedades novas, refocalizando-o, busca-se uma explicitude referencial. Isso indica que o emprego dessa estratégia nem sempre é acompanhado por subespecificação, o exemplo mostra que com essa estratégia pode-se, ao longo da progressão referencial, suprir o que foi subespecificado, utilizando-se de modificadores do nome-núcleo pertinentes.

Excerto 8

F *O inspetor*[1]...

E Já tinha saído?

F *O inspetor*[2] já tinha ido embora, que *a inspeção dele*[3] era três meses, quatro meses, né? (est) *eles*[4] fazem rodízio.

E Até hoje é assim?

F É, até hoje é assim. Mas depois que eu fui nomeado, *ele*[5] voltou à agência, mas não perguntou nada... não perguntou nada sobre aquilo. Esse... *esse gerente*[6] era *uma pessoa humilde*[7], viu? *Ele*[8] já é morto também, (est) *ele*[9] já é morto, *ele*[10] foi *deputado federal*[11] por várias... vários mandatos.

E Como era *o nome dele*[12]?

F *Doutor Sebastião Rodrigues Souza Júnior*[13]⁷³. E *ele*[14], *ele*[15] foi também *diretor do crédito rural*[16], hein? foi *uma pessoa importante*[17].

E Foi *um alto funcionário*[18]?

F *Um alto funcionário*[19], era da... da alta direção do banco, (est) era *diretor do crédito rural no Banco do Brasil*[20]. (est) (PRPBR23 – 459 a 479)

Com as perguntas realizadas a entrevistadora colabora, mesmo que de modo indireto, na construção do objeto de discurso introduzido com [1] pelo informante. Esse é um exemplo da “referenciação concebida como uma construção colaborativa de objetos de discurso – quer dizer, objetos cuja existência é estabelecida discursivamente”, conforme Mondada e Dubois (2003, p.35).

Ao questionar, *Como era o nome dele?*, a entrevistadora colabora diretamente no sentido de estimular o informante a dar mais informações sobre o objeto de discurso em

⁷³ Com a ocorrência de [13] faz-se uso de *nome próprio*, tipo de elemento anafórico com características particulares, mas que não são exploradas no presente estudo.

construção. Outra contribuição direta da entrevistadora é a inserção de *um alto funcionário*[18]. Nesse caso, ela apresenta nova designação e nova característica (de caráter social, mas que também expressa uma avaliação subjetiva) para o referente em construção. Prova de que [18] integra-se ao referente é a repetição que o informante faz logo em seguida dessa expressão.⁷⁴

Quanto à forma pronominal *eles*[4], espera-se encontrar seu referente retomando um SN, o que não ocorre. Mas há indicações cotextuais, sobretudo implícitas em *O inspetor*[1] e [2], de que “quem faz rodízio” são os inspetores. Portanto, para que a construção/identificação desse referente ocorra lança-se mão de informações explícitas no cotexto, além de orientar-se pela forma gramatical de [4]: masculino e plural.

Estratégias anafóricas:

O inspetor[1] – introdução de referente.

O inspetor[2] – retoma [1]. Estratégia 1-AD.

a inspeção dele[3] – remete a [1], refere-se ao cargo ocupado por [1]. Estratégia 5-AD.

eles[4] – remete a [1] e a “quem faz rodízio”. Estratégia 9-AI-“vi”.

ele[5] – retoma [1]. Estratégia 2-AD.

esse gerente[6] – introdução de referente. Estratégia 7-AI-“iii”.

uma pessoa humilde[7] – retoma [6]. Estratégia 5-AD.

Ele[8, 9, 10] – retomam [6]. Estratégia 2-AD.

deputado federal[11] – retoma [6]. Estratégia 5-AD.

o nome dele[12] – introdução de referente. Remete a [6]. Estratégia 5-AD.

Doutor Sebastião Rodrigues Souza Júnior[13] – retoma [6] e [12]. Estratégia 5-AD.

ele[14, 15] – retomam [6]. Estratégia 2-AD.

diretor do crédito rural[16] – retoma [6]. Estratégia 5-AD.

uma pessoa importante[17] – idem a [16].

um alto funcionário[18] – idem a [16].

Um alto funcionário[19] – idem a [16]. Retoma [18], pela estratégia 1-AD.

diretor do crédito rural no Banco do Brasil[20] – idem a [16].

⁷⁴ Diferente do que ocorre aqui, há casos em que a inserção oferecida pelo entrevistador desvirtua-se do *objeto de discurso* que o informante constrói, e esse, ora aceita o “novo objeto”, ora ignora a contribuição do entrevistador. O que ocorre de comum nesses casos, sobretudo no caso observado acima, é o aspecto colaborativo da construção de referentes, como observa Mondada e Dubois (2003, p.295), “mesmo se [o falante] introduz explicitamente seus objetos discursivos, estes não lhe pertencem, e se transformam, sendo ordenados coletivamente, de forma largamente independente das intenções individuais”.

Excerto 9

E E, você lembra (hes) dessa menina, como é que foi que encontraram ela. Essa que você falou, Elizabeth, né? que você falou.

F A Elizabeth? A Elizabeth, ela foi pro colégio... “Olha”, e passou do horário de vir e não voltou, né? Daí saiu *os pais dela*[1], saiu ela... não eram *os pais*[2], era *padrasto*[3], né? (est) Inclusive, pelo que o pessoal conta, eu não tenho muita certeza porque faz muito tempo, né? Ela trabalhava na Bratac, ela tinha quinze anos na época, sabe? O pessoal diz que ela trabalhava lá. E ela foi pro colégio à noite, passou do horário, o pessoal não achou. Procuraram, procuraram, aí resolveu sair a mãe dela e saíram com uma... com uns meninos ali da rua e foram procurar no caminho do colégio. (est) (PRLDN05 – 131 a 147)

Aqui, a construção do referente envolve dois itens lexicais [2] e [3], sendo que o primeiro [2] é parcialmente corrigido pelo segundo [3]. A enunciação de *padrasto*[3] não se trata de pura e simples correção de *os pais dela*[1] ou de *os pais*[2], mas sim de uma reorientação referencial atentada pela informante devido a seu conhecimento de mundo, no sentido de que *os pais* refere-se ao “pai” e à “mãe” naturais de Elizabeth (referente introduzido em texto anterior ao excerto). No entanto, a informante não deseja referir ao “pai de Elizabeth”, assim substitui [2] por *padrasto*[3] logo em seguida, realizando uma correção parcial de [2]. Desse modo, com a inserção de [3], a informante mantém o referente “mãe” já implícito no texto, sobretudo nas expressões [1] e [2]. Ou seja, o *objeto de discurso* é constituído de *mãe* e *padrasto* de Elizabeth. Pode-se notar que, ao fazer essa correção, a informante acredita que o entrevistador compartilha da mesma noção de *pais*, que é de fundo social.⁷⁵

Estratégias anafóricas:

os pais dela[1] introdução de referente.

os pais[2] retoma [1] por estratégia 3-AD.

padrasto[3] introdução de referente. Remete a [1] por estratégia 5-AD.

Excerto 10

F *Esse um outro irmão*[1] mora em Prudentópolis, é *gerente da COPEL*[2]. E... tem *um outro que é casado*[3], tem *dois filhinhos*[4], aliás *um filhinho*[5] e *uma filhinha*[6], né? Até *ele*[7] ainda esse ano *ele*[8] perdeu *um filho*[9], né? com dez anos, (ruído) *vítima de atropelamento*[10].

E Nossa. Como?

F Foi... *um rapazinho de menor no volante*[11], né? Foi naquela baixada ali perto na... naquela Rua

⁷⁵ Semelhantes a esse caso, no *corpus*, há ocorrências em que quatro ou mais expressões lexicais inter-relacionam-se por hetero-correção, seja total ou parcial.

da Santa ali onde que eles⁷⁶ falam. E *o meu sobrinho*[12] estava de bicicleta, né? e *esse de menor*[13] estava numa velocidade... terrível, né? (PRI18 – 206 a 218)

Quanto a *ele*[7] e [8], retomam o referente de *um outro que é casado*[3]. Mas ainda, não se identifica de que *outro* se fala. Para tanto, há de reconhecer que [3], embora introduza novo referente, remete a uma outra expressão: *Esse um outro irmão*[1]. Deve-se ter em conta que a interpretação referencial de [1] depende do enunciado anterior ao excerto. O fato é que a chave do referente de [3], [7] e [8] é o nome *irmão*. Em outras palavras, a anáfora entre *ele* e [3] é de retomada correferencial, e entre [3] e [1] é apenas de remissão, sendo que essa remissão ocorre no sentido de [3] encontrar um núcleo referencial (no caso, *irmão*)⁷⁷.

Sobre a introdução do referente [11], vale destacar que ela ocorre a partir da reação de espanto-questionamento do entrevistador: *Nossa. Como?*. Isto é, embora o entrevistador não introduza nenhum referente, ele colabora de modo direto na progressão referencial.

Estratégias anafóricas:

Esse um outro irmão[1] “introdução” do referente⁷⁸.
gerente da COPEL[2] retoma [1] pela estratégia 5-AD.
um outro que é casado[3] introdução de referente, remete a [1] por estratégia 5-AD.
dois filhinhos[4] introdução de referente.
um filhinho[5] remete a [4] por estratégia 5-AD.
uma filhinha[6] remete a [4] por estratégia 5-AD.
ele[7, 8] retomam [3] pela estratégia 2-AD.
um filho[9] introdução do referente.
vítima de atropelamento[10] retoma [9] pela estratégia 5-AD.
um rapazinho de menor no volante[11] introdução do referente, ancora em [10].
o meu sobrinho[12] retoma [9] pela estratégia 5-AD.
esse de menor[13] retoma [11] pela estratégia 3-AD.

⁷⁶ Essa ocorrência de *eles* caracteriza-se como indeterminação do sujeito/referente. Seu emprego é de ordem genérica, não há referente específico nem mesmo implicitamente. Casos desse tipo não são considerados no presente estudo, visto que não se trata de introdução de referente nem de relação anafórica. O caso de indeterminação diferencia-se tanto da estratégia 2-AD, por exemplo, quanto da 9-AI-“vi”, exatamente porque essas estratégias ativam/introduzem referente no texto, mesmo que implicitamente.

⁷⁷ A inserção de [3] é um caso em que o nome-núcleo tem como modificar uma oração relativa, diferente do que foi considerado em torno de *essas discussões* no excerto 3, ocorrência em que a oração relativa tem uma forma pronominal que refere a um objeto distinto do referido pelo nome-núcleo. Essa questão é comentada aqui para justificar a presença do verbo no SN.

⁷⁸ A interpretação referencial de *Esse um outro irmão* dependente de “fala” anterior ao excerto.

Excerto 11

F Tem, agora tem, agora tem. É porque (hes) deve fazer um ano mais ou menos, começou a morrer muita gente, né? (est) Agora um pouco também é abuso da pessoa, acaba de almoçar, de jantar e *pula na água*[1], né? Então, mas... aí *por mais segurança*[2], *eles*[3] colocaram *corpo de bombeiro*[4], colocaram (hes) *salva-vida*[5], né? (est) Só que *eles*[6] colocam *uma linha dentro do lago*[7], *até naquela linha*[8] é permitido. dali pra dentro, se entrar *eles*[9] vão lá e tiram. (est) Então é... e quando eu era moleque não tinha nada disso. A gente chegava, pulava e ia embora *nadar*[10] e... eu mesmo perdi um amigo, ali no Igapó. (PRLDN13 – 488 a 546)

As formas pronominais *eles*[3], [6] e [9] ocorrem como introdução de referente sem antecedente explícito. Trata-se de referentes distintos. O item [3] parece referir a alguém que comanda o grupo de corpo de bombeiro, ou, talvez a alguma autoridade do governo municipal. Sua subespecificação é de “alto grau”, certamente porque tem como âncora apenas a expressão subsequente *colocaram o corpo de bombeiro*. Por sua vez, [6] ancora em [4], [5] e em *colocam uma linha dentro do lago*, essas expressões indicam que o referente de [5] são os indivíduos componentes de [4] e de [5]. Quanto a [9], sua ancora é a expressão subsequente *vão lá e tiram*, a qual parece ser insuficiente para construir o referente de [9]. O *frame* que diz respeito a “nadar no Igapó” – aliás, *frame* bastante particular ao informante em questão –, ativado por expressões antecedentes, é que faculta (juntamente com a expressão *vão lá e tiram*) a construção referencial de [9]: trata-se das pessoas que nadam no Igapó.

Nota-se que *uma linha dentro do lago*[7] é uma expressão que ancora em *pula na água*, *por mais segurança*, *corpo de bombeiro*, *salva-vida*, *até aquela linha*, *nadar*, mas não apenas, pois a partir dessas expressões não se identifica ainda o referente de [7]. Para que tal identificação ocorra é preciso lançar mão de informações implícitas, de inferências geradas ao longo do texto, de conhecimento de mundo. Aí sim, identifica-se seu referente como linha colocada na superfície da água delimitando a área permitida para as pessoas nadarem.

Estratégias anafóricas:

eles[3] – introdução de referente (seres humanos). Estratégia 9-AI-“vi”.

eles[6] – idem a [3]. Não correfere a [3], embora [3] e [6] estabelecem relação social e profissional no mundo da realidade.

uma linha dentro do lago[7] – introdução de referente. Estratégia 7-AI-“iv”.

eles[9] – idem a [3]. A partir do cotexto, infere-se que [6] e [9] sejam correferenciais: salva-vidas.

Excerto 12

E E o senhor tem quantos filhos já?

F Nós tínhamos dois filhos. (est) Mas minha filha faleceu agora em... em outubro (est) que ela nasceu com *um problema grave*[1], mas conseguiu viver quinze anos com bastante tratamento e... nós tratamos ela durante oito anos em São Paulo, ela chega... chegou a fazer *um transplante em São Paulo*[2], *transplante de fígado e rim*[3], (est) mas não chegou a... depois de... de... de trinta e cinco dias depois do transplante ela chegou a falecer. Ela tinha quinze anos de idade. Hoje eu estou com *um filho*[4] só, (est) *um rapaz*[5] aí, tem uma loja aqui em Blumenau. (est) *Ele*[6] trabalha durante o dia, (inint), temos só mais *um filho*[7]. (est)

E Ela... apenas quinze anos, né? (SCBLU03 – 541 a 603)

A intenção do falante ao empregar os elementos [2] e [3] é de referir ao mesmo *transplante*. A questão é que [2] tem uma adjetivação que remete ao espaço onde ocorreu o *transplante*, enquanto [3] tem uma adjetivação que remete aos órgãos transplantados, o que, portanto, inevitavelmente distingue as duas expressões quanto ao significado. Deve-se considerar também que tanto [2] quanto [3] retomam o item [1], o qual introduz genericamente o evento em foco.

Outro caso ocorre com [4] e [5], os quais, a partir de informações socioculturais, podem ser identificados como categorizados distintamente, apesar de se tratar de elementos correferenciais. Enquanto [4] pertence à categoria “família”, [5] pertence à categoria “faixa etária”. Essa diferença categorial conduz a uma diferença também de significados.

Percebe-se, portanto, uma dinamicidade discursiva caracterizada pela *heterogeneidade semântica* dos itens lexicais, que parece ser proporcionada pelo emprego de diferentes categorias ao nomear um mesmo evento/indivíduo. Com isso, há indicações de que quando não há correferência a não co-significação é mais evidente.

Estratégias anafóricas:

um problema grave[1] – introdução do referente.

um transplante em São Paulo[2] – retoma [1] pela estratégia 5-AD.

transplante de fígado e rim[3] – idem a [2].

um filho[4] – introdução do referente.

um rapaz[5] – retoma [4] pela estratégia 3-AD.

ele[6] – retoma [4] pela estratégia 2-AD.

um filho[4] – retoma [4] pela estratégia 1-AD.

Excerto 13

F Não, eu não sei se foi na Flori... Foi no centro, (est) porque ele... Que a pessoa pegou **o táxi**, né? Na rádio a gente escutou que foi dez e cinquenta da noite, mas não sei porque tinha pessoas que viram **aquele táxi** já às oito horas da... da noite circulando por aqui, né? Inclusive a minha mãe viu, (est) né? que entrou **um táxi**, que na rua onde que ela mora é a rua principal e tem uma que é só fundos, ela não tem saída, né? Então só tem dois moradores ali. Ela viu que **um táxi** entrou ali dentro, né? Ela achou assim, nossa! **Um táxi** indo para o vizinho, coisa que nunca a gente vê. Que será que aconteceu, né? Tá, não demorou **o táxi** veio de volta, mas ninguém pensou... (inint) (hes) foi visto... duas pessoas, né? (hes) **Esse carro** foi encontrado, moradores viram que **o carro** deu a volta e desceu um barranco pra frente. E uma pessoa se atirou pela **porta**. **A porta** abriu e se jogou pelo mato, né? (est) E, vi... daí uns trinta metros (hes) abaixo, no mato assim, né? que era um barranco abaixo assim, né? Eles escutaram barulhos, (est) né? Aí, aquela pessoa que escutou foi chamar a polícia, a polícia veio e quando foram ver já estava morto ele, né? (est) todo esfaqueado.

E Aí, que horror! (SCBLU02 – 713 a 741)

A inserção de *A porta* é um caso típico de AA, conforme a defende Kleiber. Isto é, a relação que *A porta* estabelece com a âncora é de ordem léxico-estereotípica. Nesse ocorrência, mais de um item nominal figuram-se como SNa, capazes de servir como âncora de *a porta*[SNb]. São eles, *o carro*, *Esse carro*, *o táxi*, *um táxi* e *aquele táxi*. Isto é, *a porta* refere-se à porta do *carro (táxi)* mencionado anteriormente. A relação entre *a porta* e um SNb projeta-se como um caso típico de *anáfora associativa*, em que se sobressaem aspectos estereotípicos do léxico. Essa relação se estabelece inferencialmente, ao levar em conta as informações difusas no cotexto e o conhecimento de que no mundo *o táxi/o carro* possui *porta*. Isto é, no mundo “todo” carro tem porta, então *a porta* designada no texto é a porta do *táxi/carro* designado no cotexto retrospectivo.

Estratégia anafórica:

a porta – introdução de referente, pela estratégia 6-AI-“ii”. Ancora em *o táxi*, *aquele táxi*, *um táxi*, *o carro*.

A análise até aqui tem se dado apenas em excertos extraídos dos 34 textos do *corpus*. Abaixo insere-se um desses textos com o intuito de identificar as estratégias anafóricas em sua superfície.

Excerto 14 – texto completo

E Bom, já sofreste *algum assalto, acidente, morte na família, assim, algo que marcou*[1]?

F Que marcou? E como marcou pra mim, né? Eu devia ter treze a catorze anos. Nós éramos bem pobres, mas sabes o que é *aquele pobre*[2], que vive pedindo favor dos outros? Que eu era um cara que morava *num terreno*[3] (inint) *na casa de uma tia*[4] (inint) era bem arrenegado, assim, (inint).

Eu trabalhava no Estreito, próximo ao *Quartel*[5], ali. Naquele tempo, era *o Décimo Catorze*[6], hoje é... é o... (ruído) *o BI*[7], lá, no caso. (est) É *o BI*[8], ali. Bom, ali tinha *uma madeira*[9], *a IMA*[10], chamava-se *IMA*[11], *a madeira*[12]. Tinha uma “qualidade” grande e ali era *madeira pra construção*[13]. Mas era um... *eles*[14] tinham *um terreno imenso*[15]. Foi num sábado, próximo às... devia de ser quinze pra meio-dia, mais ou menos. Que *eles*[16] liberavam *aqueles toquinhos de tábuas*[17], não tem? *o restante*[18], que sobrava, *pro pessoal*[19] queimar, né? Porque naquele tempo não... Naquele tempo, *fogão de gás*[20], naquele tempo, era rico. Mesma coisa. *televisão*[21], era rico, né? *O meu papo ali*[22], com (inint) então, nos sábados, *eles*[23] liberavam *pro cara*[24] pegar, então nós iam pegando. *de saco*[25], lá embaixo. E acontece que eu entro debaixo, não só eu eu e mais *duas pessoas*[26], *dois vizinhos*[27]. Entramos debaixo da... *da pilha de madeira*[28] e virou. Era desse tamanho assim, (inint). Eu quebrei *o fêmur*[29]. *A mãe*[30] quase se matando, gritando. *A mãe do outro*[31] também, berrando *a mãe do outro*[32], porque eram dois... *dois irmãos*[33], né?

E Eram *os vizinhos*[34]?

F “Daí estávamos” todos juntos. Sei que me levaram. Naquele tempo tinha *o SANDU*[35], no Estreito. Hoje não existe mais *o SANDU*[36]. *SANDU é órgão do INPS*[37]. (est) *Ele*[38] ficava (hes) bem ali, próximo, ali no... Como é que *eles*[39] chamam ali, assim? (inint) tem *a Hermes Macedo*[40], no Estreito. *A SANDU*[41] ficava um... mais um pouco à... à frente. (est) Nós passávamos muito pelo Estreito, né? (est) Daí parece que me levaram. só me deram *calmante*[42] lá, um... Não sei, fiquei chap... dopado, no caso, chapado, né? (est) (inint). *Isso*[43] marcou. E *a outra*[44] foi num... comigo também, foi *um bagre*[45] que eu ganhei de pre... *presente*[46], lá no *Quartel*[47], *o rapaz que mora perto lá do Quartel*[48]. E eu estava cortando *bagre*[49], mas não sabia que o... que *o esporão*[50] estava fincado aqui. Quando eu corto, *a cabeça*[51] vem junto com *a minha mão*[52]. (est) *Isso*[53] aí foi tudo num sábado, e geralmente acontece comigo só no sábado.

E Só no sábado? (ruído) Tens que cuidar, hein? (risos geral) (ruído) E daí, como é que foi, tiveste que tirar?

F Não, eu sei que me apaguei. *Deu um branco em mim*[54]. Aí *o meu compadre*[55] é que me levou *pro hospital*[56], aí deram *injeção de tétano*[57] em (inint). (SCFLP19 – 149 a 212)

As expressões *eu estava cortando bagre* e *Quando eu corto, a cabeça vem junto* apontam que há casos de AI-subtipo “i” em que o papel temático não é preenchido mediante um item lexical, mas por inferências. Isto é, o “instrumento faca” é subespecificado (implicitado), de sorte que o papel temático-instrumental do verbo “cortar”, ou, o “espaço vazio”, ser preenchido por inferências. Essa ocorrência mostra que referente implicitado pode é fundamental ao processo referencial. Apesar disso, pelo fato de a ocorrência configurar-se como eclipse e de voltar a análise apenas aos itens lexicais da “superfície textual”, o referente *faca* não será considerado na sequência.

Sobre a cadeia *uma madeira*[9] – *a IMA*[10] – *IMA*[11] – *a madeira*[12] – *madeira pra construção*[13] – *aqueles toquinhos de tábuas*[17] – *o restante*[18] – *da pilha de madeira*[28] entende-se que em [9] contém [13], [17], [18] e [28]. Isto é, na madeira em questão há uma série de objetos que lhe são “familiares”, conforme orientações cognitivo-discursivas. Trata-se, portanto, de AI do subtipo “ii”.

Caso semelhante ocorre na cadeia *um bagre*[45] – *bagre*[49] – *o esporão*[50] – *a cabeça*[51], sobre a qual entende-se que *esporão* e *cabeça* são partes de *bagre*. Trata-se de uma relação anafórica do subtipo “ii” de ordem léxico-estereotípica, embora deva-se atentar

para aspectos cognitivo-discursivos também. É interessante observar que esse subtipo de anáfora é bastante recorrente no texto oral/entrevista. Talvez seja o subtipo de AI mais freqüente nesse tipo de texto.

Como já disse anteriormente, nem tudo precisa ser explicitado no texto, e os interlocutores é que decidem o que pode ser subespecificado, em *Quando eu corto, a cabeça vem junto com a minha mão*, por exemplo, certamente o que vem junto é o *esporão*, o qual estava fincado na mão do informante. No entanto, ao cortar a cabeça do peixe, como o esporão vem junto? Trata-se de um evento que os interlocutores não se preocupam em detalhar ou esclarecer, embora possa ser identificado mediante abordagem cognitivo-discursiva e conhecimento de mundo.

Com o elemento *calmante*[42] ocorre AI do subtipo “iii”. Esse elemento ancora em um modelo mental ativado/projetado por expressões como *quebrei o fêmur, sei que me levaram, SANDU, SANDU é órgão do INPS*. Trata-se de um modelo mental que diz respeito a acidente, a pronto socorro, a atendimento médico, com o qual *calmante* estabelece uma relação indireta, no sentido de o medicamento referido por [42] ser acolhido nesse modelo. Nota-se, ainda, que *calmante* integra uma progressão referencial que se volta para o efeito do medicamento: *fiquei dopado*. Isto é, há uma continuidade textual: acidente, socorro, medicamento, efeito do medicamento. Caso semelhante ocorre com *injeção de tétano*[57]. Essa expressão ancora em um modelo mental projetado por expressões como *estava cortando bagre, o esporão estava fincado aqui, Quando eu corto a cabeça vem junto com a minha mão, pro hospital*. Ou seja, o modelo mental diz respeito a um acidente ocorrido durante o preparo de um peixe, o que necessitou de *injeção de tétano* como medicamento. Observe-se que ambos os elementos – *calmante* e *injeção de tétano* – não se relacionam com determinadas expressões pontualizadas no cotexto, mas sim, com o modelo mental que elas ativam. Observe-se, ainda, que em ambos os casos levam-se em conta práticas culturais de que *calmante* e *injeção de tétano* são medicamentos indicados para cada uma das situações. Visto de outro modo, essas práticas culturais são conhecimentos de mundo acionados para a identificação referencial e para a relação anafórica de [42] e de [57].

Quanto às ocorrências do subtipo “vi” com as formas pronominais [14], [16] e [23], parece que não se trata de um só referente. Nota-se que [14] ancora-se em expressões retrospectivas como *uma madeireira* e *a IMA*, e na expressão prospectiva *tinham um terreno imenso*; assim, [14] refere-se aos proprietários da madeireira IMA. Por sua vez, [16] refere-se aos funcionários da madeireira IMA (embora possa estar implicitado aí seus proprietários). A diferenciação entre os dois pronomes está na ancoragem prospectiva: prospectivamente [16]

ancora-se em *liberavam aqueles toquinhos de tábuas*. Isto é, provavelmente quem liberava os toquinhos eram os funcionários e não os proprietários da IMA. Por sua vez, [23] ancora-se em *liberavam pro cara pegar*, sugerindo, assim, interpretação semelhante à de [16]. Em outros termos, a construção referencial de [14] diferencia-se da de [16] e de [23] exatamente pela expressão prospectiva. Isso mostra ser essa expressão crucial para a construção referencial do pronome introdutor de referente. E ainda, tal expressão não só reafirma, mas também pode reorientar e redirecionar a referenciação da forma pronominal sem antecedente explícito.

Estratégias anafóricas empregadas:

algum assalto, acidente, morte na família, assim, algo que marcou[1] – introdução de referente. Trata-se de uma motivação para que o informante desenvolva o tópico discursivo sobre sua vida.

aquele pobre[2] – introdução de referente, subespecificado.

num terreno[3] – introdução de referente, subespecificado.

na casa de uma tia[4] – remete a [3] por estratégia 6-AI-“ii”.

Quartel[5] – introdução de referente.

o Décimo Catorze[6] – retoma [5] por estratégia 3-AD.

o BI[7] – idem a [6].

o BI[8] – idem a [6].

uma madeira[9] – introdução de referente.

a IMA[10] – retoma [9] por estratégia 3-AD.

IMA[11] – idem a [10].

a madeira[12] – retoma [9] por estratégia 1-AD.

madeira pra construção[13] – remete a [9] por estratégia 6-AI-“ii”. Entende-se que [9] possui [13], ou, que [13] é um conteúdo de [9].

eles[14] – introdução de referente, estratégia 9-AI-“vi”. Remete a *madeira*, *IMA* e a expressões subseqüentes.

um terreno imenso[15] – introdução de referente. Remete a [9] por estratégia 7-AI-“iv”.

eles[16] – idem a [14].

aqueles toquinhos de tábuas[17] – remete a [9] por estratégia 6-AI-“ii”. Entende-se que [9] possui [17], ou, que [17] é um conteúdo de [9].

o restante[18] – remete a [9] por estratégia 6-AI-“ii”. Relação semelhante a que ocorre entre [17] e [9].

pro pessoal[19] – introdução de referente subespecificado.

fogão de gás[20] – introdução de referente.

televisão[21] – introdução de referente.

O meu papo ali[22] – Rotula parte de turno de fala retrospectivo, recuperando o tópico discursivo. Trata-se de nome de atividade linguageira. Estratégia 8.

eles[23] – introdução de referente, remete a [14] e [16]. Estratégia 9-AI-“vi”.

pro cara[24] – introdução de referente subespecificado.

de saco[25] – introdução de referente subespecificado. O cotexto próximo permite identificá-lo.

duas pessoas[26] – introdução de referente, expressão genérica.

dois vizinhos[27] – retoma [26] por estratégia 3-AD. De certo modo especifica-se [26].

da pilha de madeira[28] – remete a [9] por estratégia 6-AI-“ii”. Entende-se que [9] possui [28], ou, que [28] é um conteúdo de [9].

o fêmur[29] – introdução de referente. A forma verbal *quebrei* aponta o referente. A expressão *Eu quebrei o fêmur* é crucial à compreensão do acidente narrado: *Eu quebrei o fêmur*[29]. *A mãe*[30] quase se matando, gritando. *A mãe do outro*[31] também, berrando *a mãe do outro*[32], porque eram dois... *dois irmãos*[33], né?

A mãe[30] – introdução de referente com subespecificação. Decerto *a mãe* de quem *quebrou o fêmur* é que *quase se mata, grita*.

A mãe do outro[31] – introdução de referente subespecificado: característica devido ao fato de serem *duas pessoas*[26], *dois vizinhos*[27], os acompanhantes do falante.

a mãe do outro[32] – retoma [31] por estratégia 1-AD. Embora [32] seja mãe de *dois irmãos*, o informante não emprega *a mãe dos outros*, talvez seja por alguma restrição em usar a forma plural.

dois irmãos[33] – retoma [26] por estratégia 3-AD. Especifica-se o referente de [26].

os vizinhos[34] – retoma [26, 27, 33] por estratégia 3-AD.

o SANDU[35] – introdução de referente.

o SANDU[36] – retoma [35] por estratégia 1-AD.

SANDU é órgão do INPS[37] – retoma [35] por estratégia 3-AD.

Ele[38] – retoma [35] por estratégia 2-AD.

eles[39] – não se trata de introdução de referente, mas de indeterminação de sujeito.

a Hermes Macedo[40] – introdução de referente.

A SANDU[41] – retoma [35] por estratégia 1-AD.

calmante[42] – introdução de referente. Remete a *quebrei o fêmur, SANDU. fiquei dopado*, por estratégia 7-AI-“iii”.

Isso[43] – pronominaliza o processo narrado acerca da fratura do fêmur. Estratégia 4.1.

a outra[44] – remete à pergunta do entrevistador no início do texto. Refere a outro acidente descrito no cotexto subsequente.

um bagre[45] – introdução de referente.

presente[46] – remete a [45] por estratégia 5-AD.

no Quartel[47] – introdução de referente.

o rapaz que mora perto lá do Quartel[48] – introdução de referente com subespecificação.

bagre[49] – retoma [45] por estratégia 1-AD.

o esporão[50] – remete a [45] por estratégia 6-AI-“ii”.

a cabeça[51] – remete a [45] por estratégia 6-AI-“ii”.

a minha mão[52] – introdução de referente.

Isso[53] – pronominaliza, simultaneamente, dois processos: o acerca da fratura do fêmur e o acerca do acidente com o peixe. Embora o segundo processo esteja cotextualmente mais próximo de [53], na sua identificação referencial leva-se em conta a expressão subsequente: *foi tudo num sábado*, a qual remete a ambos os acidentes⁷⁹. Estratégia 4.1.

Deu um branco em mim[54] – introdução de referente com subespecificação.

o meu compadre[55] – introdução de referente.

pro hospital[56] – introdução de referente.

injeção de tétano[57] – introdução de referente. Remete a *eu estava cortando bagre, o esporão estava fincado aqui, a cabeça vem junto com a minha mão*. Estratégia 7-AI-“iii”.

A identificação das estratégias anafóricas ao longo dessa análise sugere a confirmação de que elas constituem um amarramento que cobre todo o texto. Isto é, os referentes se intercomplementam e entrecruzam, constituindo uma progressão referencial que envolve grande parte dos referentes, senão todos. Esse processo é que permite falar de *rede referencial progressiva*. Para exemplificar e comentar com detalhes a constituição dessa *rede* insere-se a

⁷⁹ Esse exemplo mostra que a pronominalização neutra é uma estratégia que se dá como processo cognitivo-discursivo, ou seja, as informações léxico-estereotípicas são insuficientes para a progressão referencial mediante pronominalização.

seguir um novo excerto, entendendo que o processo identificado sobre ele possa ser estendido a qualquer outro texto/excerto.

4.1 A CONSTITUIÇÃO TEXTUAL DE UMA TEIA REFERENCIAL PROGRESSIVA

Excerto 15

F Dire... *Diretor financeiro da TELESC*[1], apis... aplicava *o dinheiro*[2] *na conta dele*[3]. *Ele*[4] desapareceu, né? Estava *esse dinheiro da TELESC*[5] todo aplicado *na conta particular dele*[6]. (est) E eu que estava lendo *o jornal*[7] hoje, também, né? *Um monte de prefeitos*[8] que estavam com *o mesmo problema*[9], né? Aplicando *o dinheiro de prefeitura*[10] *na conta particular deles*[11]. (SCFLP20 – 560 a 568)

Antes de focalizar a progressão referencial, identifica-se as relações anafóricas que contribuem para a construção de objetos de discurso:

- *Diretor financeiro da TELESC*[1] faz introdução do referente. Tem a referenciação construída sobretudo mediante o conhecimento de mundo dos interlocutores;
- *o dinheiro*[2] introduz novo referente. Remete a *esse dinheiro da TELESC*[5], buscando informações cotextuais prospectivamente. Essa remissão permite dizer que o *Diretor financeiro da TELESC* aplicava o dinheiro da *TELESC* na própria conta. Estratégia anafórica: 5-AD;
- *a conta dele*[3] introduz novo referente e remete a [1]. A relação de remissão ocorre no sentido de *ele*, modificador de *a conta* em [3], reativar/recuperar informações em [1]. A expressão [3], portanto, é dependente de [1]. Estratégia anafórica: 5-AD;
- *Ele*[4] retoma [1], estabelecendo correferência. Nota-se que, nesse caso, o referente evolui agregando informações de fundo social contidas na predicação *aplicava o dinheiro na conta dele* e na forma verbal *desapareceu*. Estratégia anafórica: 2-AD;
- *esse dinheiro da TELESC*[5] retoma [2], correferencialmente. Nesse caso acontece uma progressão a partir não só do SN, mas também de informações cotextuais, no sentido de deixar claro que o dinheiro aplicado pelo *Diretor* pertencia à *TELESC*. Estratégia 3-AD;
- *a conta particular dele*[6] retoma [3], também correferencialmente. Com o novo SN, especificamente com o adjetivo *particular*, a informante enfatiza que a conta pertence ao *Diretor*. Ênfase que também se caracteriza como estratégia de evolução/progresso do referente. Estratégia 3-AD;
- *o jornal*[7] introduz um novo referente, sem retomar nem remeter a nenhum outro

referente. Esse item refere-se ao veículo de comunicação em que a informante tomou conhecimento dos referentes a serem construídos ([8], [9], [10] e [11]). Portanto [7] é ativado como apoio social para a inserção (e progressão) dos referentes subsequentes. Estratégia 7-AI-“iii”;

- *Um monte de prefeitos*[8] também introduz novo referente, sem estabelecer retomada nem remissão. Com [8] a informante ativa novo conhecimento de mundo, sem, contudo, desvencilhar-se do conhecimento compartilhado com o entrevistador até então;
- *o mesmo problema*[9] retoma informações cotextuais concernentes a aplicar o dinheiro da empresa/instituição em conta particular, sobretudo devido à adjetivação *o mesmo*, que associa *o problema* com algo já mencionado. Nesse caso, há retomada sem relação de correferência. Trata-se, portanto, de construção de novo referente. De certo modo [9] funciona como elo entre os referentes já mencionados e os que ainda serão designados, integrando, assim, a progressão de outros referentes. Estratégia anafórica: 4-AI-“v”;
- *o dinheiro de prefeitura*[10] remete a [8], e insere um novo referente. A construção do referente de [10] depende também de [9] e do problema acerca do *Diretor financeiro da TELESC*. A interrelação de [10] com [9] é crucial para que se perceba o problema que envolve o dinheiro da prefeitura. Estratégia anafórica: 7-AI-“iii”; e
- *a conta particular deles*[11] remete a [8] e [9]. Trata-se da inserção de um novo referente. Embora a relação entre [6] e [11] caracterize-se como repetição, entre ambos não há nenhuma relação direta. Mas sim relação indireta estabelecida pela “comparação” proporcionada pela expressão *o jornal*. O elemento [11], como os demais, integra o processo de progressão referencial que perpassa o excerto destacado. Estratégia anafórica: 7-AI-“iii”.

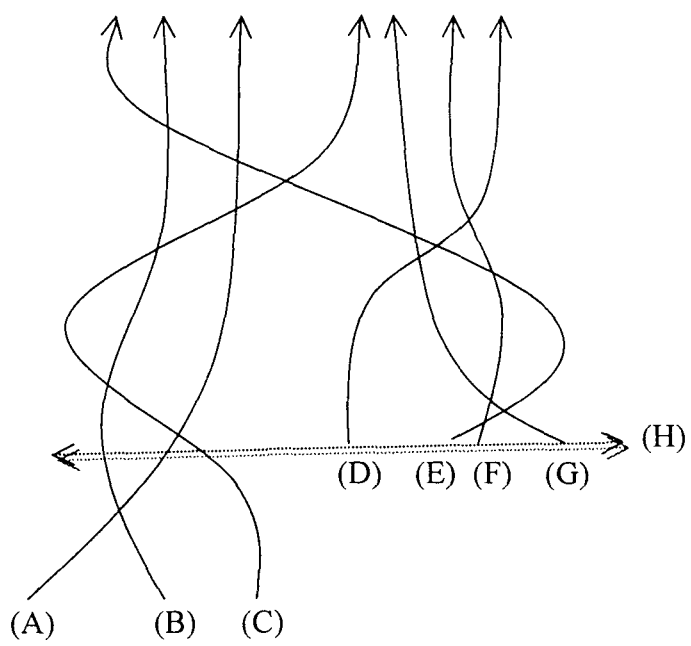
Entre os elementos destacados nota-se que há amálgama da referenciação de alguns elementos lexicais no sentido de construir um só objeto de discurso, por exemplo, [4] com [1], [5] com [2], [6] com [3]. Isto é, o referente é introduzido no texto e, em seguida, é reativado e enriquecido mediante predicções cotextuais e informações sociocontextuais. Nota-se que o contexto extraverbal e situacional é ativado não apenas com *o jornal*, mas também com os demais referentes, porque *o problema* em questão é social, político, situado no tempo e geograficamente.

Examinando a construção desses objetos de discurso, percebe-se um processo complexo que se dá por retomada (integral ou parcial), remissão, continuidade referencial,

contribuição de um referente na construção de outro, elementos contextuais, trabalho cognitivo, conhecimento de mundo e de língua, conceitos socioestereotípicos, adequação da estereotipia ao texto, enfim, percebe-se que a progressão referencial é um arranjo particular a cada texto: uma *rede referencial progressiva* tecida a partir de vários fatores.

Ao certificar-se de que os objetos de discurso se constituem por amálgama, enriquecendo-se com informações co(n)textuais, ou mesmo fragmentando-se, nota-se que essa *rede* – a progressão referencial – é um processo que ocorre como crescimento, que pode ser entendido de modo vertical, como construção em que os referentes apresentam-se, por vezes, paralelamente, por vezes, entrecruzando-se. Isso: um objeto de discurso contribui para a construção de outro, como relação natural ao texto.

Com o intuito de representar a *rede referencial progressiva* tecida no excerto acima, tem-se figurativamente o esquema abaixo, em que cada linha – denominada por A, B, C, D, E, F, G e H – representa um objeto de discurso, independentemente se ele se constitui por retomada parcial ou total, fragmentando-se ou agregando predicções. As setas na extremidade de cada linha significam que a construção dos referentes não se limita a esse excerto, pois há, no mínimo, o texto extraído do *VARISUL* e do qual o excerto faz parte.



No esquema, o cruzamento das linhas representa que os referentes se interrelacionam diretamente, um referente cruza com outro explicitamente no sentido de um referente buscar

informações para que a *rede* se constitua. Por exemplo, embora (A), (B) e (C) sejam referentes distintos, eles se entrecruzam tornando-se interdependentes, como se, para “construir” o problema em questão, a informante dependesse desses três referentes. Caso semelhante ocorre com (D), (F) e (G), em que acresce o referente (E), o qual recupera propriedades/atributos do primeiro grupo de referentes, dando, assim, coerência e integração entre os dois grupos. Quanto ao referente (H), introduzido no texto após a inserção do primeiro grupo de referentes, ele serve de base, de ponto de origem para o segundo grupo.

Didaticamente, pode-se focalizar a progressão referencial que ocorre com cada objeto de discurso, essa é a intenção do comentário abaixo. As letras entre parênteses, portanto, assumem a seguinte representação:

- (A) representa a progressão referencial presente na construção do objeto de discurso que envolve *Diretor financeiro da TELESC*[1] e *Ele*[4];
- (B) representa a progressão referencial na construção do objeto que envolve *o dinheiro*[2] e *esse dinheiro da TELESC*[5];
- (C) representa a progressão na construção do objeto que se constitui por *a conta dele*[3] e *a conta particular dele*[6]. Esse objeto inter-relaciona diretamente com (A) e (B);
- (D) representa o objeto centrado em *Um monte de prefeitos*[8];
- (E) representa o objeto de discurso centrado na expressão *o mesmo problema*[9], a qual se envolve referencialmente com (A, B, C) e (D, F, G);
- (F) representa o objeto de discurso centrado em *o dinheiro de prefeitura*[10]. Esse objeto inter-relaciona com (D) e (G);
- (G) representa o objeto de discurso centrado em *a conta particular deles*[11]. Esse objeto inter-relaciona com (D); e
- (H) representa o referente de *o jornal*[7], que serve de ponto de origem para a construção de (D), (E), (F) e (G).

Aparentemente, o esquema desenhado representa apenas as relações diretas entre os objetos de discurso, de modo a evidenciar que a progressão de um referente cruza com a progressão de outro(s). Para que esse cruzamento aconteça, porém, deve-se reconhecer os elementos e informações contextuais, o conhecimento de mundo e de língua compartilhados, as diferentes informações/expressões cotextuais: pois se trata de fatores que contribuem para a progressão referencial que perpassa todo o texto, estabelecendo, assim, um *amarramento textual*, uma *rede referencial progressiva* que cobre todo o texto.

Quanto à anáfora, deve-se ter em conta que ela está presente no esquema acima, sobretudo em cada referente construído, em cada “linha que sobe”, em cada cruzamento. Isto é, as relações anafóricas são imprescindíveis à construção dos objetos de discurso, à progressão referencial, à *rede* que cobre o texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a progressão referencial ocorre na fala cotidiana do tipo entrevista/inquérito? Inicialmente pode lembrar-se de que os objetos podem constituir-se paralelamente como também por imbricamento. Em geral, à medida que cada objeto constitui-se, ele imbrica/entrecruza com outros objetos que também vão constituindo-se no desenrolar do texto; esse imbricamento por vezes se dá explicitamente, por vezes mediante inferências. São raros os casos em que o objeto se constitui quase que independentemente de outros objetos. Parece que esses casos tendem a ocorrer quando o excerto/texto possui em seu tópico discursivo um número bastante reduzido de referentes e, entre eles, um ocupa o centro do tópico (por exemplo a progressão observada no excerto 8).

A postura assumida no sentido de correlacionar AD e AI com as estratégias tomadas de Marcuschi e Koch, e de considerar, por exemplo, o pronome demonstrativo neutro como estratégia (4.1-AI, *pronominalização neutra*) distinta da nominalização, condicionou a identificação da *rede referencial progressiva*, tecida por meio da construção de referentes. A análise mostrou que ela é única e particular a cada texto/excerto, e que a abordagem de estratégias anafóricas diversas faculta sua identificação. Aliás, as estratégias anafóricas tornaram-se o instrumento principal e bastante útil na identificação do processo de construção de objetos de discurso e da *rede* por eles constituída. Isso condiz com a constatação de que as estratégias anafóricas são empregadas na construção de um mesmo referente como também na interrelação/imbricamento de referentes diversos.

As observações realizadas sobre o fenômeno anafórico em geral, atentando-se tanto para as formas lingüísticas quanto para o processo entre tais formas, foram especialmente interessantes para alcançar o objetivo assumido: compreender como se dá a progressão referencial, voltando-se para a produção do texto.

Entendendo que a *rede referencial* realiza-se como construção de sentido, da carga semântico-referencial “permeadora” do texto/fala, de “amarramento textual”, da *textura* em geral, identifica-se que ela se constitui com maior “facilidade” quando há emprego das estratégias concernentes à AD, ou seja, os aspectos *explicitude*, *manutenção referencial*, *correferencialidade*, *não-recategorização*, *co-significação*, *sinonímia* conduzem a uma *textura* mais evidente do que quando emprega-se de estratégias concernentes à AI. Nos casos de AI, há quase sempre subespecificação referencial e por conseguinte recorre-se mais freqüentemente a inferências – que por vezes se tornam cruciais na constituição da *rede referencial* –, recorre-se também a um trabalho cognitivo maior à medida que, no *continuum*

anafórico, as estratégias distanciam-se das ADs. As indicações são de que recorrer a inferências e à atividade cognitiva significa que os elementos lingüísticos são estereotípicos e semanticamente insuficientes para estabelecer a relação anafórica ou a progressão referencial, mas não que o fenômeno anafórico-referencial inexista. Em linhas gerais, a análise possibilita afirmar que a fala é sempre “bem” construída no que diz respeito à progressão referencial-anafórica, à *rede referencial progressiva*, independente do número de objetos construídos e de como tais objetos integram-na (a fala, mas também a *rede*).

A análise mostrou que as estratégias/subtipos das AIs são bastante freqüentes. Essa freqüência parece justificar-se pelo fato de no texto oral cotidiano do tipo entrevista a explicitude/clareza das informações não ser inscrita puramente nos elementos formais do texto, mas também nas inferências, no conhecimento de mundo compartilhado, no contexto situacional, na relação face a face (esses elementos são considerados a grosso modo, uma vez que não foram abordados detalhadamente). Entende-se aqui que o fato de os interlocutores jogarem constantemente com todos esses elementos durante a produção textual faculta o emprego das estratégias anafóricas denominadas AIs. Em outros termos, faculta que a progressão referencial-anafórica caracterize-se por subespecificação, implicitação, inferenciação.

Conforme a especificidade do texto (argumentação ou narração) algumas estratégias anafóricas são mais recorrentes do que outras na progressão referencial e na constituição da *rede referencial progressiva*.

Em resposta à hipótese formulada por Marcuschi (1998a), segundo a qual cada tipo de texto emprega estratégias anafóricas preferenciais, de certo modo todas as considerações aqui lhe são pertinentes, embora deva-se pontualizar alguns aspectos conclusivos. Inicialmente, sobre o texto oral cotidiano do tipo entrevista/inquérito pode-se considerar o seguinte: as ADs (estratégias 1, 2, 3 e 5) ocorrem com mais freqüência no texto classificado como narrativo, principalmente as estratégias 1, 2 e 3, as quais dizem respeito à manutenção referencial, à correferencialidade e explicitude. Aparentemente esses aspectos são elementos caracterizadores da narração, ao menos no *corpus* utilizado. Dentre essas estratégias, o texto argumentativo emprega preferencialmente a estratégia 5: recurso sobretudo de avaliação e refocalização do referente. Quanto às AIs, elas são mais freqüentes no texto argumentativo que no narrativo. No texto narrativo as ocorrências são preferencialmente do subtipo “ii”, “iii” e “vi”, enquanto no texto argumentativo diversificam-se os subtipos.

O subtipo “vi” – estratégia 9 –, forma pronominal em que o referente é introduzido sem um antecedente explícito, é bastante freqüente, sobretudo no texto narrativo. Com o

emprego dessa estratégia, em geral, a construção do referente não se dá apenas retrospectivamente, mas sim recorrendo a informações/inferências do cotexto prospectivo (nesse caso as formas verbais é que em geral fornecem informações). Por vezes, não há no cotexto uma expressão pontualizada (forma nominal) que sirva de âncora, que oriente a construção do referente do pronome, e a forma verbal subsequente ao pronome não é o bastante para sua construção referencial. Nesses casos, para que a construção do referente ocorra, em geral deve-se necessariamente considerar o modelo mental (*frame*, *script*, cenário, esquema) em que a forma pronominal insere-se.

A *nominalização*, estratégia 4 – subtipo “v” –, é bastante rara no *corpus* em questão, seja como nome deverbal ou não deverbal (forma supletiva). Em situações em que ela aparentemente poderia ocorrer, os informantes, em geral, fazem uso do pronome demonstrativo neutro, sobretudo o pronome *isso*. Essa identificação corrobora as palavras de Apothéloz e Chanet (2003), conforme as quais esse tipo de pronome é amplamente empregado no texto oral. A recorrência da estratégia 4.1 é certificada independente do fato de esses autores considerarem o uso do pronome uma espécie de nomeação e, no presente estudo, ser considerado *pronominalização neutra*.

A estratégia 8, em que se usa de *procedimentos metalinguísticos*, é também bastante rara. Talvez essa estratégia seja de fato rara no texto falado em geral, ou na fala cotidiana, e particular a algum tipo de texto escrito: essa hipótese é apenas uma questão nova, alheia a este estudo.

Ao menos na análise desenvolvida aqui, em que o olhar se voltou para a explicitude dos itens lexicais, não ocorreu anáfora como subtipo “i”. Antes que considerar que ela com efeito seja pouco freqüente no texto oral do tipo entrevista, melhor relativizar a questão no sentido de reconhecer que o *papel temático* é preenchido em geral por referente implicitado (o que se caracteriza como elipse, subespecificação). Ou seja, o referente do *papel temático* (*instrumento*, sobretudo) de dado SV não é designado; assim, pode dizer-se que o subtipo “i” é uma espécie de anáfora em que a ocorrência se dá preferencialmente sem a inserção do elemento anafórico no cotexto. E o uso dessa estratégia pode ter ocorrido de modo significativo, considerando que o referente implicitado não foi reconhecido como tal, mas sim, foi entendido em geral como inferência na construção de outros referentes.

Quanto aos subtipos “ii”, “iii” e “iv”, denominados por AA, nos textos argumentativos de tópico relacionado ao tema *política* empregam-se apenas os subtipos “ii” e “iv”; enquanto nos textos narrativos de tópico relacionado ao tema *trabalho* ou *acidente/morte*, embora seja reduzido o número de ocorrências de AA, empregam-se os três subtipos. O que estaria

ocasionando a ausência do subtipo “iii” e a presença dos demais no primeiro conjunto de textos? Essa questão exigiria análise detalhada de um número significativo de ocorrências. Ainda assim, talvez possa considerar, por exemplo, alguma espécie de distanciamento entre os modelos mentais – os quais são característica do subtipo “iii” – e a sequência textual argumentativa (ou com *política*, tema social com enfoque contemporâneo à realização das entrevistas/*corpus*), e certa proximidade deles com a sequência narrativa (ou com *acidente/morte*, tema em geral da intimidade e do passado do falante-informante).

Os resultados obtidos acerca da AA são pouco consistentes, devido à abordagem realizada ser bastante limitada, sobretudo se se atentar para a ampla discussão que a Lingüística de Texto vem lhe dedicando, por exemplo, no que tange às posições léxico-estereotípica e cognitivo-discursiva. A despeito disso, a abordagem desenvolvida talvez possa ser tomada como motivação para pensar a AA no conjunto geral de estratégias e no *continuum* anafórico.

A análise mostrou que a inserção de aspectos como (re)avaliação, aspectualidade e refocalização do referente é mais comum ao texto argumentativo que ao narrativo. Essa particularidade da argumentação certamente se justifica pelo fato de o texto argumentativo (os quais, de modo particular, são de tópico relacionado ao tema *política*) ser um espaço próprio para o falante apresentar seu ponto de vista, sua avaliação, sua opinião sobre objetos, indivíduos e eventos em geral. Tais aspectos inibem o emprego, por exemplo, de estratégias 1 e 2 (as quais condizem com manutenção e estabilidade do referente e de suas propriedades ativadas ao longo da progressão referencial), e estimulam o emprego de estratégias como 5 e 6 ou 7. A correlação observada entre esses aspectos e gênero textual (narrativo ou argumentativo) não permite dizer que avaliação e refocalização sejam típicas do tópico discursivo relacionado ao tema *política*, visto que todos os textos argumentativos caracterizam-se por esse tópico. É certo que a constituição do *corpus* contribuiu para que a análise não apontasse diferenças evidentes de progressão referencial em relação ao tópico discursivo.

De fato, *anáfora* é um título genérico para um emaranhado de problemas semântico-referenciais, um fenômeno natural de ordem do texto que continua apenas parcialmente explicado e conhecido. Neste momento, antes que resultados acabados, tem-se um pequeno e limitado estudo sobre a progressão referencial-anafórica, com o qual espera contribuir-se com as pesquisas em Lingüística de Texto. E, talvez, sugerir caminhos. Melhor assim.

REFERÊNCIAS

- APOTHÉLOZ, Denis. *Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual*. Tradução CAVALCANTE, M. M. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.) **Referenciação**. São Paulo: Contexto, p.53-84. 2003.
- APOTHÉLOZ, Denis; CHANET, Catherine. *Definido e demonstrativo nas nomeações*. Tradução CAVALCANTE, M. M.; REGADAS, C. M. B. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (orgs.) **Referenciação**. São Paulo: Contexto, p.131-176. 2003.
- FERREIRA, Aurélio B. H. *Novo Dicionário (Aurélio) da Língua Portuguesa*. 2.^a ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986.
- BROWN, Gillian e YULE, George. *Discourse analysis*. Cambridge: Cambridge University Press. Cap. 1 e 6. 1983.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *As nomeações em diferentes gêneros textuais*. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n.41, Campinas: Ed. da Unicamp, p.127-140. 2001.
- _____. *Expressões indiciais e anáforas indiretas*. Texto mimeografado. 9 p. 2002.
- CHAROLLES, Michel. *Anáfora associativa, estereótipo e discurso*. In: SCHNEDECKER, C. et al. (eds). **L'anaphore Associative. Aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques**. Paris: Klincksieck. 1994.
- CONTE, Maria-Elisabeth. *Encapsulamento anafórico*. Tradução CAVALCANTE, M. M. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B. e CIULLA, A. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, p.177-190. 2003.
- COSTA, Iara Bemquerer. *Cadeias referenciais no português falado*. In: **Organon**, n. 28/29. Porto Alegre: Instituto de Letras – UFRGS, p.33-54. 2000.
- _____. *Indicações para o estudo da referenciação no texto*. In: Anais do 4^o Encontro do Celsul. Curitiba: UFPR, 1 CD-ROOM, 9 p. 2001.
- _____. *A progressão referencial no texto argumentativo oral: questões preliminares*. Trabalho apresentado no V ELFE – Encontro de Língua Falada e Escrita. Texto mimeografado. Maceió, 7 p. 2002.
- FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática. 1991.
- FRANCIS, Gill. *Rotulação do discurso: Um aspecto da coesão lexical de grupos nominais*. Tradução CAVALCANTE, M. M.; DEUS, V. S. C.; MIRANDA, T. P. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B. e CIULLA, A. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, p.191-228. 2003.
- GUIRAUD, Pierre. *A Semântica*. Tradução e adaptação de MASCARENHAS, M. E. Rio de Janeiro: Difel, 2a. ed. 1975.
- HAAG, C. R. e OTHERO, G. A. *Anáforas Associativas: um estudo de corpus aplicado*. Artigo originário de apresentação no XIV Salão de Iniciação Científica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2002.

HALLIDAY, M.A.K. e HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. Londres: Longman. Cap.1. Tradução provisória elaborada pelo Depto.de Língua Inglesa e Lingüística da UFRN. 1976.

ILARI, Rodolfo. *Alguns problemas no estudo da anáfora textual*. In: Revista Letras, n.56. Curitiba: Ed. da UFPR, p.195-215. 2001a.

_____. *Anáfora e correferência: por que as duas noções não se identificam?*. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, n.41, Campinas: Ed. da Unicamp, p.91-109. 2001b.

_____. *Introdução à semântica: brincando com a gramática*. São Paulo: Contexto. 2001c.

ILARI, Rodolfo; BUIN, Edilaine e ZANIN, Graziela. *Resenha de KLEIBER, Georges (2001)*. In: Cadernos de Estudos Lingüísticos – 44, Campinas: Ed. da Unicamp, p.355-372. 2003.

KLEIBER, Georges. *Discurso e estereótipo: pode o texto remeter ao equilíbrio uma anáfora mal formada?* In: SCHNEDECKER, C. et al. (eds). **L'anaphore Associative. Aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques**. Paris: Klincksieck. 1994.

KLEIBER, Georges; SCHNEDECKER, Catherine e UJMA, Laurence. *L'anaphore associative, d'une conception l'autre*. In: Schnedecker, C. et al. (eds). **L'anaphore Associative. Aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques**. Paris: Klincksieck, p.5-64. 1994.

KNIES, Clarice Bohn e COSTA, Iara Bemquerer. *Banco de Dados Lingüísticos VARSUL: Manual do usuário*. Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre: UFPR, UFSC, UFRGS, PUC/RS. 1996.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *A coesão textual*. 6ª. ed. São Paulo: Contexto. 1993 [1989].

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto. 1997.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez. 2002.

KOCH, Ingedore G. Villaça e TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto. 6ª. ed. 1995.

KOCH, Ingedore G. Villaça e MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Processos de Referência na Produção Discursiva*. Revista D.E.L.T.A., Vol.14, Número Especial, pp.169-90. 1998.

LYONS, John. *Semântica I*. Lisboa: Presença/Martins Fontes. 1980.

LIMA, Siumara Aparecida de. *Progressão referencial e reescrita em produções textuais no ensino médio*. Dissertação de Mestrado. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Lingüística Textual: o que é e como se faz*. Recife: Ed.da UFPE, Série Debates. 1983.

_____. *Análise da Conversação*. 2ª. ed. São Paulo: Ática. 1991.

_____. *Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português brasileiro*. In:

“Colóquio Internacional – A Investigação do Português em África, Ásia, América e Europa: Balanço e Perspectivas”, Berlin. Texto mimeografado. 1998a.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Referenciação e Cognição: o caso da anáfora sem antecedente*. Encontro de Linguística, Juiz de Fora, Texto mimeografado. 1998b.

_____. *O processo de referenciação na produção discursiva*. Publicado in: HORA, D. da; CHRISTIANO, E. (orgs.) **Estudos Lingüísticos: Realidade Brasileira**. João Pessoa: Idéia Editora. Texto mimeografado, 6 p. 1999a.

_____. *Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais*. XVII Jornada do Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste (GELNE), Fortaleza. Texto mimeografado. 1999b.

_____. *Quando a referência é uma inferência*. “XLVIII Seminário do GEL - Grupo de Estudos Lingüísticos de São Paulo”, Assis. Versão preliminar, texto mimeografado. 2000.

_____. *Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras*. In: **Revista Letras**, n.56. Curitiba: Ed. da UFPR, p.217-58. 2001a.

_____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez. 2001b.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; KOCH, Ingedore Villaça. *Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada*. **Gramática do Português Falado – Volume VIII: Novos estudos descritivos**. Campinas: Editora da UNICAMP, Vol. 8, 602 p., p.31-56. 2002.

MILNER, Jean-Claude. *Reflexões sobre a referência e a correferência*. Tradução CAVALCANTE, M. M. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B. e CIULLA, A. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, p.85-130. 2003.

MONDADA, Lorenza. *Processus de catégorisation et construction discursive des catégories*. In: DUBOIS, Danièle. (org.). **Catégorisation et cognition: de la perception au discours**. Paris: Éditions Kimé, p.291-313. 1997.

MONDADA, Lorenza e DUBOIS, Danièle. *Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação*. Tradução CAVALCANTE, M. M. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B. e CIULLA, A. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, p.17-52. 2003.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes. 1988.

SANTOS, Rosita Maria Bastos dos. *Progressão referencial no texto opinativo escrito*. Dissertação de Mestrado. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. 2001.

SHIRO, Martha. *Inference in discourse comprehension*. In: COULTHARD, Malcolm (ed). **Advances in Written Text Analysis**. London: Routledge. p.167-78. 1994.

SILVA, Milton Francisco da. *Alguns aspectos de referenciação e tópico discursivo na fala*. In: **Fragmenta**, n.17. Curitiba: Ed.da UFPR. p.187-204. 2000.

ANEXO A

As informações deste anexo consistem no perfil dos informantes e na localidade em que foram realizadas as entrevistas.

As informações são assim organizadas:

- coluna 1: número do excerto conforme apresentação ao longo do presente estudo.
- coluna 2: identificação de unidade da federação e cidade do informante. As siglas inseridas no quadro têm o seguinte significado:
 - PRIRT: Paraná – Irati
 - RSPOA: Rio Grande do Sul – Porto Alegre
 - PRCTB: Paraná – Curitiba
 - SCFLP: Santa Catarina – Florianópolis
 - RSFLC: Rio Grande do Sul – Flores da Cunha
 - PRPBR: Paraná – Pato Branco
 - PRLDN: Paraná – Londrina
 - SCBLU: Santa Catarina – Blumenau
- coluna 3: número da entrevista no arquivo eletrônico do Banco de Dados do *VARISUL*.
- coluna 4: sexo do informante,
- coluna 5: faixa etária do informante. Os símbolos têm o seguinte significado:
 - A: Faixa de 25 a 49 anos (preferencialmente 25 a 45) completos na data de realização da entrevista;
 - B: 50 anos (preferencialmente 55 a 75) completos na data de realização da entrevista.
- coluna 6: idade real, quando da realização das entrevistas.
- coluna 7: escolaridade do informante. As siglas têm o seguinte significado:
 - PRIM: pessoas que tenham cursado de 4 a 5 anos de escola (4^a à 5^a série do 1^o grau);
 - SEG: pessoas que tenham cursado de 10 a 11 anos de escola (2^o ou 3^o ano do segundo grau).

Essas informações são organizadas no quadro inserido na página seguinte.

1	2	3	4	5	6	7
Excerto 1	PRIRT	11	F	B	72	SEG
Excerto 2	RSPOA	17	M	B	52	SEG
Excerto 3	PRCTB	17	M	B	52	SEG
Excerto 4	PRLDN	10	F	B	55	SEG
Excerto 5	PRIRT	11	F	B	72	SEG
Excerto 6	SCFLP	07	F	B	55	PRI
Excerto 7	RSFLC	04	F	B	63	PRI
Excerto 8	PRPBR	23	M	B	50	SEG
Excerto 9	PRLDN	05	F	A	+ou- 28	SEG
Excerto 10	PRIRT	18	M	A	26	SEG
Excerto 11	PRLDN	13	M	A	35	PRI
Excerto 12	SCBLU	03	M	A	44	PRI
Excerto 13	SCBLU	02	F	A	38	PRI
Excerto 14	SCFLP	19	M	A	50	SEG
Excerto 15	SCFLP	20	F	A	27	SEG